



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ROBERTO DOS SANTOS SOTERO

DO QUE NÃO TEM SEMENTE: Reflexões ecolinguísticas sobre a
categorização nominal no Wakalitesú

Recife
2019

ROBERTO DOS SANTOS SOTERO

DO QUE NÃO TEM SEMENTE: Reflexões ecolinguísticas sobre a
categorização nominal no Wakalitesú

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em LINGUÍSTICA.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira Lima

Recife

2019

S717d Sotero, Roberto dos Santos

Do que não tem semente: reflexões ecolinguísticas sobre a categorização nominal no Wakalitesú / Roberto dos Santos Sotero. – Recife, 2019.

108f.: il.

Orientadora: Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira Lima.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

Inclui referências.

1. Ecolinguística. 2. Categorização linguística. 3. Sufixação referencial. I. Lima, Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-222)

ROBERTO DOS SANTOS SOTERO

DO QUE NÃO TEM SEMENTE: Reflexões ecolinguísticas sobre a
categorização nominal no Wakalitesú

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em LINGUÍSTICA.

Aprovada em: 29/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza (Presidente)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria Virginia leal (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Katia Nepomuceno Pessoa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

O sítio do meu avô paterno era o lugar onde o mundo todo se escondia dentro dele. Não de uma forma metafórica. Até hoje, às percepções já oficialmente de adulto, tudo com que já me deparei na vida estava de algum modo lá, muito grande ou quase nunca escondido para meus olhos de criança ver. Os móveis antigos carregavam não só a memória colonial de madeiras centenárias como também o forte cheiro de peroba que se confundia em mim com o das mulheres pobres quase sempre negras que os ilustravam. O relógio antigo, que a cada hora marcada ecoava um badalo fúnebre pelos cômodos da casa, carregava a fonte do medo ainda presente de ir ao banheiro durante as últimas horas da noite.

Lá, entre guloseimas blindadas dentro de vasos de cristal e masculinidades exorbitantes reunidas em uma única mesa de jantar, desejos e aversões se construíam, e um mundo inteiro estabelecia em mim suas leis e regras e mesclava-se com outros universos, em uma órbita regida pela força maior do acaso. A experiência economicamente oposta na pequena casa dos meus avós maternos, por exemplo, me permitia leituras e conflitos instantâneos. As mensagens bíblicas penduradas em molduras baratas e as intimidades dos quartos fragilmente protegidas por portas de pano se abraçavam em uma dança fértil, cujo ritmo parecia apenas guiado pelo que considero hoje o primeiro processo humano de categorização: a sistematização cognitiva de um eu.

Esse adão categorial, apesar de se fundar às bases daquilo que, mesmo tão íntimo, não pode ser de ninguém, direcionou de forma consistente minha energia às tarefas de proteger, delimitar e ampliar os itens dessa categoria. Mesmo carregando em mim cardumes inteiros, a individualidade sempre surgiu como uma força instintiva que os enlatava e marcava no produto final um único selo. A compreensão de que as pesquisas científicas são claramente limitadas pelos interesses e motivações que lhes estão na base não é novidade. Como se pode ver neste trabalho, muitos pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento humano, já se conscientizaram de que a compreensão dos fenômenos da vida não está desconectada de quem os observa. As barreiras das investigações científicas parecem coincidir, portanto, com os limites de navegabilidade de um eu, e, nesse sentido, o paradigma ecológico está diretamente relacionado com o desenvolvimento da percepção das fronteiras difusas ou provavelmente inexistentes dessa categoria.

Muito obrigado a Stella, cujo carinho, cuja inteligência e cujos questionamentos sobre a natureza da realidade foram imprescindíveis para não deixar esta pesquisa ganhar em algum momento uma proporção maior do que a que ela deveria ter na vida: este trabalho não é

escrito na primeira pessoa do plural por uma simples regra acadêmica. Muito obrigado a Paulinha, Pri, Edney, Sivaldo, Neto e a todos os outros amigos e companheiros do NEI, onde pudemos construir, em cima de uma família mais do que linguística, um espaço de investigação coletivo, humano e fraterno.

Muito obrigado a todos os indígenas da Terra Indígena Tirecatunga, que me presentearam com uma pedra pesada, de se carregar no peito, que desde então sempre serve para me devolver ao chão: a João Batista, pelas aulas mais do que linguísticas; a Lurdes, Anita e Marli, por expandirem meu leque sobre o feminino; a Natanael e Vanessa, pelos comentários que me abriram a percepção sobre a língua; a Pedrinho, pelos banhos no Rio Papagaio; a Seu Lídio, pelas histórias que hoje sempre faço questão de me recontar; a Tarcizio, pela minha estadia harmônica na aldeia; a Cláudia e Cleide, por me incluírem tão rapidamente na família; a Terezinha, a quem devo (e sonho em pagar) uma estadia à beira de riachos de águas cristalinas; a Seu Geraldo e a Dona Edna, pelas conversas quando a noite chegava. Muito obrigado a Vera, pelos cuscuz com queijo e pelo carinho materno que eu não esperava nunca encontrar na minha experiência mais estrangeira, e a Áurea e Alex, pela companhia na aldeia e por me apresentarem a deliciosa culinária cuiabana.

Obrigado a mainha, principalmente pelo abrigo eterno que sempre me impulsionou a escrever; a Hedinha, a Laurinha e a Luminha, pelo carinho cujas fortes raízes parecem não se abalar com minhas tempestades de ausências; a May, que sempre me é a prova mais verídica da possibilidade de um grande lúcido amor; a Mila, que mesmo na distância se faz mais do que presente; a Mamah, a Lili, a Ginho e a Ry, por coisas que não podem ser elencadas; a Aninha, cuja ascendência em aquário e cujo espetacular talento em fazer comidas orgásticas me fizeram procrastinar sem um mínimo de peso na consciência. Enfim, obrigado a todas as pessoas que me fazem desejar falar, tal como os nambikwára, uma língua cujo conceito de grandeza seja mesclado metaforicamente com o de ser mulher.

Obrigado a Gustavo, pelo companheirismo virtual durante minha pesquisa de campo, pela alegria nas estradas mato-grossenses ao final dela e pelas várias xícaras de café que antecederam minhas tentativas, quase sempre frustradas, de transcender meus poucos planetas em capricórnio.

Obrigado ao Darmata, que, como mãe, sempre me deu e me dá tudo o que realmente preciso. Obrigado a Victor, Vagner, Petry, Íris, Dani, Marcinha, Nati, Celso, Luanda, Luciana, Matheus, Carmita, Flori e Mi, pelas provas diárias de que a diversidade e os atritos são os mecanismos mais eficientes que a vida parece encontrar para fertilizar nos corpos as possibilidades de mudança.

Em uma música escrita para Maria Bethânia, sua namorada na época, Gilberto Gil descreve uma mulher que se encontra onde o corpo está, presa assim aos pés e ao chão, mas também onde vai a cabeça em vão. Uma mulher que está onde tudo esteja, cujo corpo todo é tão imenso como deve ser o voo da terra para lua ou a noite da lua. Muito obrigado a Esdras, por me permitir viajar na sua imensidão e por diariamente me apresentar a metáforas que me ajudam a compreendê-lo melhor.

“Arroz e soja têm semente para plantar. Mandioca e manga têm semente. Melancia a gente planta, tem semente, mas água não tem semente não.” (NAMBIKWÁRA, 2019)

“Eu queria pegar na semente da palavra.” (BARROS, 2010)

RESUMO

Sob os preceitos da ecolinguística, a qual defende que a linguagem deve ser estudada como uma totalidade integrada, por um posicionamento mais questionador dos modelos investigativos, o presente trabalho busca refletir sobre como os falantes do Wakalitesú, pertencente à família linguística Nambikwára, categorizam por meio da classe nominal de palavras o mundo ao redor. Ainda na primeira metade do século XX, Lévi-Strauss (1948) apontou para uma variação final dos substantivos nas línguas dessa família que corroboraria sua divisão dos grupos estudados. O antropólogo francês referia-se, já então, aos morfemas chamados, em trabalhos posteriores de descrição linguística, de *artigos*, de *suffixos nominais finais* ou de *suffixos referenciais*. No entanto, os estudos sobre esses fenômenos ainda são permeados por uma forte opacidade. Esta pesquisa, a partir da análise do sistema de sufixação referencial nos nomes do Wakalitesú, propõe-se a contribuir com os estudos sobre a categoria nominal das línguas Nambikwára e a promover as discussões mais gerais e basilares sobre a natureza das categorizações linguísticas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foram coletadas cerca de 46 horas de gravação com falantes nativos da língua, situados na região de cerrado mato-grossense. Respaldado nos conceitos de *referência construtiva* e de *referência identifiante*, presentes na teoria funcionalista de Dik (1989), o estudo propõe uma compreensão para os sufixos referenciais que abrange a possibilidade do falante de marcar o termo para o qual ele vai ajudar o ouvinte a construir uma referência e aquela de apontar o termo cuja referencialidade está concluída. Essa proposta, no entanto, surge consciente de que qualquer categoria científica nasce de um campo epistemológico específico e, portanto, é incapaz de descrever precisamente a realidade das coisas.

Palavras-chave: Ecolinguística. Categorização linguística. Sufixação referencial.

ABSTRACT

Under the precepts of ecolinguistics, which advocates that language should be studied as an integrated totality by a more questioning positioning of investigative models, the present work seeks to reflect on how the speakers of Wakalitesú, belonging to the Nambikwára linguistic family, categorize the world around by its nominal class. In the first half of the twentieth century, Lévi-Strauss (1948) pointed to a final variation of the nouns in the languages of this family that would corroborate his division of the groups studied. The French anthropologist referred then to the *articles*, *final nominal suffixes*, or *referential suffixes*, called as such by later works of linguistic description. However, studies on these phenomena are still permeated by a strong opacity. Through the analysis of the referential suffixation system in the nouns of Wakalitesú, this research proposes to contribute with studies on the nominal category of the Nambikwára languages and to promote the more general and basic discussions about the nature of language categorizations. For these purposes, a field survey was carried out, in which about 46 hours of linguistic data were collected with native speakers of the language, located in the *cerrado* region of Mato Grosso, Brazil. Based on the concepts of *constructive reference* and *identifying reference*, proposed in Dik's (1989) functionalist theory, the study proposes an understanding for referential suffixes that covers the speaker's possibilities of marking the term with which he will help the listener to construct a reference, as well as to point out the one whose referentiality is completed. However, this proposal arises from the awareness that any scientific category reflects a specific epistemological field, therefore being unable to describe accurately the reality of things.

Keywords: Ecolinguistics. Linguistics categorization. Reference suffixation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Missão jesuítica no Utiariti.....	41
Figura 2 - Mapa de localização dos grupos nambikwára.....	43
Figura 3 - Localização das Terras Indígenas (TI) com povos nambikwára.....	44
Figura 4 - Índio wakalitesú.....	47
Figura 5 - Índios wakalitesú em roça tradicional.....	78
Figura 6 - Índios wakalitesú na aldeia Três Jacu.....	47
Figura 7 - Índio Valdemar.....	47
Figura 8 - Índia wakalitesú.....	47
Figura 9 - Índios wakalitesú na aldeia Três Jacu.....	47
Figura 10 - Aldeias na Terra Indígena Tirecatinga.....	49
Figura 11 - João Batista.....	50
Figura 12 - Índios wakalitesú.....	50
Figura 13 - Crianças wakalitesú em roça.....	50
Figura 14 - Lídio Nambikwára.....	50
Figura 15 - Aldeia Três Jacu.....	50
Figura 16 - Criança wakalitesú.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Família linguística Nambikwára.....	45
Quadro 2 - Palavra morfológica do Lakondê, segundo Telles (2002).....	67
Quadro 3 - Séries de sufixos referenciais em Kingston (1976).....	69
Quadro 4 - Sufixos referenciais segundo pesquisadores.....	73
Quadro 5 - Formas de se referir.....	79
Quadro 6 - Uma interpretação geral para os sufixos referenciais nas línguas nambikwára.....	91

LISTA DE SÍMBOLOS

//	transcrição fonológica
[]	transcrição fonética
‘ ’	tradução literal
ˈ	acento primário
ˌ	acento secundário
-	fronteira de morfema

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1SG	primeira pessoa do singular
2SG	segunda pessoa do singular
3PL	terceira pessoa do plural
3SG	terceira pessoa do singular
CL	classificador
CL	classificador
DEF	artigo definido
EQUA	equativa
FNS	sufixo final nominal
GNT	genitivo
I	morfema de inalienabilidade
INDEF	artigo indefinido
IO	verificação individual/orientação de observação
MASC	masculino
NCL	classificador nominal
NMZ	nominalizador
P	marcador de posse
P	tempo passado
PERF	perfectivo
PF	perfectivo
PL	marcador de plural
POS	possessivo
POS1	possessivo da primeira pessoa
REF	referencial
SN	sufixo nominalizador
SR	sufixo referencial
T/E	tempo verbal/evidencial

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	16
2	UNIVERSO INVESTIGATIVO.....	19
2.1	O FAZER CIENTÍFICO: <i>DO MECANICISMO AO PARADIGMA ECOLÓGICO</i>	19
2.1.1	O mecanicismo.....	22
2.1.2	O paradigma ecológico.....	24
2.2	UMA LINGUÍSTICA ECOLÓGICA.....	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1	LEITURA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	34
3.2	PESQUISA DE CAMPO.....	35
3.3	LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	36
3.4	OUTROS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
4	OS NAMBIKWÁRA.....	38
4.1	OS POVOS AMERÍNDIOS.....	39
4.2	OS NAMBIKWÁRA.....	40
4.2.1	A família linguística.....	45
4.3	OS WAKALITESÚ.....	46
4.3.1	Situação sociolinguística.....	48
5	A CATEGORIZAÇÃO E A LINGUAGEM.....	51
5.1	A ORDEM DAS COISAS.....	52
5.2	CONHECER É CATEGORIZAR?.....	56
5.2.1	O modelo clássico.....	57
5.2.2	Semelhanças de família.....	58
5.2.3	Teoria dos protótipos.....	59
5.3	A CATEGORIZAÇÃO LINGUÍSTICA.....	60
5.3.1	A categorização nominal.....	63
6	CATEGORIZAÇÃO NOMINAL NO WAKALITESÚ.....	66
6.1	A PALAVRA NOMINAL.....	67
6.2	OS SUFIXOS REFERENCIAIS NA LITERATURA DESCRITIVA.....	68
6.3	OS SUFIXOS REFERENCIAIS NO WAKALITESÚ.....	73
6.3.1	Uma proposta funcionalista.....	77
6.3.2	A referência construtiva.....	80
6.3.3	Uma interpretação geral para os sufixos referenciais.....	89

6.3.4	A referência identificante.....	91
6.4	AS METÁFORAS PELAS QUAIS ELES VIVEM.....	94
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	104

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O norte-americano Percival Lowell passou boa parte de sua vida à procura de um possível nono planeta do sistema solar. Em 1930, quase treze anos após sua morte, um outro astrônomo, a partir de fotografias do céu noturno, descobriu o movimento de um corpo celeste que, meses depois, seria batizado com as iniciais do nome daquele cujo esforço foi imprescindível para sua descoberta. Mais de meio século depois, após descobertas de objetos similares e de uma definição formal, feita em 2006 pela União Astronômica Internacional (UAI), Plutão deixou de ser entendido como um planeta e passou a constituir, juntamente com mais quatro corpos celestes, uma classe nova chamada de *planetas-anões*.

Assim como na astronomia, distribuir em categorias as identidades e diferenças dos fenômenos observados no mundo talvez seja o que há de mais intrínseco às investigações científicas. Mas nem sempre foi assim. Como observa Foucault (2002), até o final do século XVI o conhecimento estava relacionado com o estabelecimento de semelhanças entre as coisas. Dessa forma, guiados por um diferente solo epistemológico, os seres humanos olhavam o céu não para comparar os corpos celestes em termos de identidades e diferenças, mas, sim, para essencialmente encontrar neles semelhanças e relações com suas próprias vidas.

Para Foucault (2002), toda classificação do mundo surge de uma ordem, a qual constitui o domínio espontâneo sobre o qual, por meio do olhar, da atenção e da linguagem, se fundamentam as culturas e teorias. Dessa forma, para o filósofo francês, todos os códigos ordenadores de uma cultura, assim como as reflexões sobre a ordem, são influenciados pelo campo epistemológico que os torna possíveis.

Nas ciências cognitivas, a categorização é entendida como uma operação mental, como uma interação sistemática, e, portanto, exerce um papel fundamental não só no funcionamento da linguagem, mas da vida humana como um todo. De acordo com Taylor (1995), a linguística está conectada com a categorização não apenas porque, como qualquer ciência, ela precisa de categorias para analisar os seus objetos de estudo, mas também porque esses fenômenos, além de constituírem categorias em si, também representam categorias.

Talvez como reflexo do que pode ser a propriedade mais basilar da existência humana, isto é, a de buscar conhecer e classificar o mundo ao redor, as línguas humanas também recorrem constantemente a processos de categorização. A classe nominal, por exemplo, que abrange os termos que funcionam como núcleos de frases referenciais (HENGEVELD, 2013), é classificada nas línguas do mundo a partir de vários parâmetros, que lhe atribuem

propriedades como alienabilidade, definitude, especificidade, gênero, número, entre várias outras. Para Greenberg (apud SENFT, 2007), os nomes normalmente são alvos prediletos dos sistemas de categorização porque eles, mais do que qualquer outro constituinte, necessitam constantemente de técnicas referenciais de identificação.

Portanto, o estudo da *categorização nominal*, termo que neste trabalho abrange os variados sistemas de classificação dos nomes, é de extrema importância para as investigações linguísticas, já que esses sistemas se referem a uma ampla variedade de técnicas formais que tanto podem nos ajudar a compreender como e por que algumas línguas codificam variadas noções, tal como a da própria referencialidade, quanto promovem, com isso, as discussões mais gerais e basilares sobre a linguagem humana.

Os sufixos referenciais, fenômenos observados nas línguas nambikwára, são uma técnica sistemática de categorização nominal bastante distintiva, cujos estudos ainda são permeados por uma forte opacidade. Descritos inicialmente com valores de definitude e indefinitude, esses morfemas são quase obrigatoriamente sufixados no final de palavras nominais, principalmente quando elas são enunciadas fora de contexto linguístico. No entanto, as noções de definitude e especificidade não parecem cobrir satisfatoriamente os usos desses sufixos, cujo significado e cuja função, como apontou Kingston (1976) para o Mamaindê, são quase indefiníveis.

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, a partir da análise do fenômeno de sufixação referencial dos nomes no Wakalitesú, uma língua do grupo linguístico Nambikwára do Sul, contribuir para os estudos sobre categorização nominal das línguas nambikwára. Pretende-se também, com isso, promover discussões mais profundas sobre a natureza das categorizações linguísticas e das investigações científicas.

Esta pesquisa, por sua vez, é embasada na perspectiva ecológica da linguagem, isto é, no modelo que, firmado como disciplina teórica na década de 1970, defende que a linguagem humana deve ser compreendida como uma totalidade integrada, a partir do reconhecimento de que não há na realidade domínios autossuficientes que possam ser estudados separadamente. A ecolinguística, influenciada pelo paradigma ecológico, surge, portanto, consciente de que qualquer modelo investigativo é fruto de um paradigma científico, ou seja, de escolhas que imprimem nos fenômenos analisados as percepções, as técnicas e os valores que orientaram as investigações.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro busca, por meio de reflexões sobre a natureza das teorias científicas, apontar as limitações e lacunas do universo investigativo e justificar, portanto, a escolha de uma perspectiva ecológica para o estudo dos

fenômenos linguísticos.

O segundo capítulo apresenta, além de algumas questões e lacunas que permearam a pesquisa, uma descrição dos procedimentos metodológicos que a conduziram, os quais são divididos em três momentos: a leitura e a revisão bibliográfica; a pesquisa de campo; e o levantamento e a análise dos dados.

No terceiro capítulo, faz-se uma descrição histórica, antropológica e sociocultural dos povos nambikwára, em especial dos da etnia Wakalitesú, residentes na Terra Indígena Tirecatinga, no município de Sapezal, no Mato Grosso. Além disso, são apresentados dados linguísticos e sociolinguísticos sobre as línguas e a família linguística Nambikwára.

O quarto capítulo aprofunda a discussão sobre o fenômeno de categorização, explanando suas bases filosóficas e seu papel no funcionamento da linguagem e da investigação científica, principalmente na que perpassa a tradição linguística. Por fim, faz-se uma breve explanação sobre os fenômenos de categorização nominal, principalmente sobre aqueles descritos na literatura tipológica como classificadores.

O quinto capítulo descreve o processo de sufixação referencial das línguas nambikwára e apresenta, mais profundamente, como esse fenômeno funciona no Wakalitesú, propondo uma interpretação, a partir da teoria funcionalista de Dik (1989), para os sufixos referenciais dessa língua. Apesar de não se ter a pretensão de responder ou solucionar questionamentos acerca da natureza das categorizações linguísticas, o final do capítulo traz reflexões especulativas sobre a relação entre linguagem, cultura e pensamento.

Por fim, nas considerações finais, faz-se um breve resumo sobre as principais considerações do estudo realizado, e apontam-se algumas perspectivas e contribuições que podem ser alcançadas com trabalhos futuros.

2 UNIVERSO INVESTIGATIVO

Apesar de não haver um consenso sobre a forma e o local em que a mandioca foi domesticada, as variadas proposições apontam que esse processo se deu em algum ponto (ou em vários de maneira simultânea) das Américas do Sul e Central, em períodos que variam de 5 a 7 mil anos a.C., por meio de práticas contínuas de seleção e manipulação de uma ou mais de uma espécie ancestral (ALLEM, 2002). Como a mandioca, várias outras plantas hoje conhecidas são produtos de um longo processo de interação com seres humanos, atividade que, como reflete Harris (1967), aponta que a transição para uma cultura agricultora não veio por um passo revolucionário, e sim por lentos e complexos processos de ajuste entre o homem e a terra.

Assim, em vez de se perguntar sobre quando, onde e como os seres humanos deixaram de ser apenas caçadores-coletores, talvez tenhamos que considerar a possibilidade de que a agricultura sempre existiu entre aqueles que provavelmente não compartilhavam nossas formas atuais de ver e se relacionar com o mundo. Ao reduzir a prática agrícola a um modelo mecanizado e exploratório de controle da natureza, estamos inconscientemente aderindo a uma perspectiva mecanicista que, muito mais do que a agricultura, vem delineando outros sistemas humanos de produção, como a ciência. Não é por acaso que os portugueses, no século XVI, acharam que as populações ameríndias não lavravam nem criavam, como descreveu em carta Pero Vaz de Caminha, apesar da mandioca, “de que aqui há muito”, e das “sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam” (CASTRO, 1996).

De forma metafórica, essa questão paradigmática é muito bem ilustrada por Watts (1991) com a parábola do rei que, incomodado com a dureza do solo, é orientado por um sábio servo a abandonar a ideia de cobrir com couro todo o seu território e, em vez disso, apenas cortar pequenos pedaços do material e colocá-los embaixo dos pés, dando origem assim às primeiras sandálias. Como mostra o filósofo, o ponto dessa história para um hindu não está na ilustração óbvia de uma engenhosidade técnica, mas, sim, na demonstração de dois tipos diferentes de atitude em relação ao mundo.

2.1 O FAZER CIENTÍFICO: *DO MECANICISMO AO PARADIGMA ECOLÓGICO*

De início, é importante esclarecer que esta parte do trabalho não visa construir um arcabouço histórico ou crítico das teorias científicas, mas apenas apontar, fundamentado em estudos com tais propósitos, as limitações e lacunas do universo investigativo da ciência clássica, cujos vestígios ainda se fazem presentes nas pesquisas científicas contemporâneas,

apesar das mudanças conceituais introduzidas pela ciência do século XX, e justificar, portanto, a escolha mais ecológica para a construção deste trabalho.

Talvez o paralelo com as práticas agrícolas nos ajude ainda mais a compreender a natureza e a origem das ideias científicas, já que, tal como aquelas, as reflexões e categorizações sobre os fenômenos da vida parecem ser tão antigas quanto a própria humanidade. Como aponta Colin Ronan (1983), é impossível discutir a história e teoria da ciência sem se levarem em consideração as visões “mágicas” da vida, que para ele foram e são uma maneira legítima de expressar uma síntese do mundo natural e também da relação dos seres humanos com este. Para o autor, por exemplo, quando um xamã em uma comunidade tradicional realiza um ritual para produzir chuva, ele expressa uma compreensão da relação entre a chuva e o crescimento das plantações e cria, portanto, um diálogo entre um aspecto da natureza e um outro: “Ele compreende alguma conexão entre o homem e o mundo em torno dele, alguma compreensão primitiva que, dado o procedimento correto, o homem pode controlar os poderes da natureza e colocá-los para trabalhar para seu próprio bem” (RONAN, 1983, p. 10, tradução nossa).

No entanto, é válido perceber que esse elo com o mundo ao redor pode ser concebido de variadas formas e abarca diferentes visões sobre os fenômenos naturais, que, como bem mostra Descola (2016), também são culturais. Para o antropólogo, nem todas as culturas do mundo escolheram o caminho de isolar a natureza como um domínio externo, “onde toda causa pode ser estudada cientificamente e onde tudo pode ser rentabilizado a serviço dos homens” (p. 24). Assim, se para nós há uma diferença clara entre humanos, animais e plantas, para os Achuar, grupo indígena que vive na fronteira do Equador com o Peru, grande parte das plantas e dos animais são seres concebidos e tratados como pessoas, isto é, possuem uma alma análoga à dos humanos e, portanto, não são mais seres naturais: “Em outras palavras, meu senso comum não tinha nada a ver com o deles. Quando observávamos as plantas e os animais, não víamos a mesma coisa” (DESCOLA, 2016, p. 14). Para Descola (2016), a distinção entre natureza e cultura, isto é, entre o que é e o que não é humano, não existe para inúmeros povos, como é o caso dos aborígenes australianos, para os quais tudo é natural e cultural ao mesmo tempo. Ao se dividirem em grupos totêmicos, ou seja, categorias prototípicas que podem incluir, a partir de características morais e físicas, membros humanos e não humanos, sujeitos e objetos, os aborígenes quebram com a distinção entre o que é natural e o que é cultural.

Para que se possa falar de natureza, é preciso que o homem tome distância do meio ambiente no qual está mergulhado, é preciso que se sinta exterior e superior ao mundo que o cerca. Ao se extrair do mundo por meio de um movimento de recuo, ele poderá perceber este mundo como um todo. Pensando bem, entender o mundo como um todo, como um conjunto coerente, diferente de nós mesmos e de nossos semelhantes, é uma ideia muito esquisita. Como diz o grande poeta português Fernando Pessoa, vemos claramente que há montanhas, vales, planícies, florestas, árvores, flores e mato, vemos claramente que há riachos e pedras, mas não vemos que há um todo ao qual isso tudo pertence, afinal só conhecemos o mundo por suas partes, jamais como um todo. (DESCOLA, 2016, p. 22-23).

E é nesse sentido que o antropólogo francês afirma que não foi o desenvolvimento das ciências que mudou a maneira como vemos a natureza, mas que, de forma contrária, o desenvolvimento científico só foi possível graças ao fato de que a natureza passou a ser entendida como algo externo aos humanos: “Quando afirmamos que o mundo se compõe de entidades naturais, de humanos e objetos artificiais, enunciamos os princípios de uma cosmologia particular, isto é, da nossa” (DESCOLA, 2016, p. 47).

De forma análoga, ao refletir sobre a produção científica no decorrer da história da humanidade, Thomas Kuhn (1962) observa que uma “ciência normal”, definida por ele como uma pesquisa firmemente baseada em realizações científicas anteriores, não está desvinculada das percepções, técnicas e dos valores que orientaram essas realizações, ao que o autor chama *paradigma científico*. Para ele, toda ciência emerge de uma contínua competição entre concepções distintas de natureza, todas aproximadamente compatíveis com os preceitos do método científico¹, e a proeminência de alguma se dá pelo fato de esta ser mais bem-sucedida em responder os problemas que um grupo de cientistas classificam como graves. Para o historiador, portanto, a ciência normal é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo, e é o estudo do paradigma estabelecido que prepara o estudante para participar dessa comunidade, formada por pesquisadores cuja base do campo de estudo também é constituída pelas mesmas regras e padrões.

O paradigma é, dessa forma, um modelo de observação que busca enquadrar os fenômenos nos moldes preestabelecidos e que restringe, mesmo que bem-sucedido, a capacidade de observação da ciência.

¹ Como mostram Capra e Luisi (2014), o método científico está relacionado com uma maneira específica de adquirir conhecimento a respeito dos fenômenos naturais e sociais: “Em primeiro lugar, envolve a observação sistemática dos fenômenos estudados e o registro dessas observações como evidências [...]. Em seguida, os cientistas procuram interligar os dados de maneira coerente, livre de contradições internas [...]. Por fim, o modelo teórico é testado por observações suplementares e, se possível, por experimentos adicionais” (p. 24).

As áreas investigadas pela ciência normal são certamente minúsculas; ela restringe drasticamente a visão dos cientistas. Mas essas restrições, nascidas da confiança no paradigma, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência. Ao concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seriam inimagináveis. (KUHN, 1962, p. 45).

E é esse detalhamento da realidade que garante, segundo Kuhn (1962), o caráter transformacional e revolucionário das mudanças paradigmáticas, as quais quebram com o caráter progressista e uniforme atrelado aos períodos de “ciência normal” e são asseguradas pela presença de descobertas e novidades no próprio processo de investigação. Dessa forma, a cosmologia mecanicista, que, como mencionado anteriormente, gerou um extraordinário avanço tecnológico e uma fértil precisão investigativa, foi responsável pela observação de lacunas que só uma mudança paradigmática conseguiria preencher. O paradigma holístico, ou ecológico ou sistêmico, mais próximo assim da cosmovisão dos Achuar e dos aborígenes australianos, começou então a influenciar novamente os campos científicos desde o século XX.

2.1.1 O mecanicismo

Se, antes do século XVI, o mundo ainda era de certa forma dominado por um paradigma holístico, em que se prevalecia, principalmente sob influência das ciências gregas e da teologia cristã, a visão do mundo como um organismo vivo, isto é, como um todo orgânico, é com as produções científicas do período então chamado de Revolução Científica que a concepção do mundo como uma máquina se firmou. Como nos mostram Capra e Luisi (2014), o arcabouço conceitual criado por figuras como Galileu Galilei, René Descartes e Isaac Newton dá nascimento a mudanças revolucionárias no processo de investigação, fundamentado então por um novo método científico, que, apesar de estabelecido por Francis Bacon, compartilhava muitas características com os experimentos realizados cem anos antes por Leonardo da Vinci (CAPRA; LUISI, 2014).

Considerado o pai da ciência clássica, Galileu restringiu o estudo da ciência às propriedades materiais dos corpos, isto é, às partes que podiam ser medidas e quantificadas, e construiu o alicerce conceitual que, defendido e formalizado na mesma época por Bacon, com um método de investigação indutivo, no qual, por meio de experimentos e observações, conclusões eram tiradas e testadas, teria na filosofia de Descartes e na física de Newton o seu arcabouço geral e a sua implementação.

Ao acreditar que a essência da natureza humana estava no pensamento, Descartes, além de criar uma divisão abrupta entre mente e matéria, cristalizou a primeira como mais importante e confiável e reduziu assim a segunda a um simples objeto de análise, sem relação com os humanos. Como apontam Capra e Luisi (2014), Descartes não só acreditava que a linguagem da natureza era matemática, como também usou essa linguagem para analisar os fenômenos físicos e construir um método analítico de raciocínio que se tornou uma grande característica da ciência clássica e levou à crença de que qualquer fenômeno poderia ser entendido pela simples redução às suas menores partes constituintes: “Não havia propósito, nem vida, nem espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de acordo com leis mecânicas, e tudo no mundo material podia ser exemplificado em função do arranjo e movimento de suas partes” (CAPRA; LUISI, 2014, p. 49). Como resultado dessa visão mecanicista, tem-se uma desenfreada manipulação e exploração dos fenômenos tidos como inferiores e naturais.

Sobre esse caráter reducionista do pensamento científico, Watts (1991) sugere que ele tem suas raízes na impressão, nascida da própria maneira como funciona a mente e a linguagem (esta última entendida também como uma série linear de signos lidos ou falados um por vez), de que a atenção requer seleção. Para ele, diferentemente de como surge aos olhos, isto é, como um campo visual em infinitos detalhes, o universo só nos parece tangível cognitivamente quando dividido em unidades (coisas, fatos e eventos) facilmente pensáveis, as quais serão definidas por classes, que, por sua vez, serão marcadas e ordenadas por palavras. Para o filósofo, portanto, “quando não se reconhece que o pensamento ordena o mundo, supõe-se que o pensamento descobre uma ordem que já existe — um tipo de ordem que é, ademais, expressável em termos de palavra e pensamento” (WATTS, 1991, p. 58, tradução nossa). E foi Isaac Newton, no século XVII, o primeiro a realizar e expressar a ordem do pensamento mecanicista, que até então não passava de um esboço teórico.

Com o cálculo diferencial, Newton apresentou um método matemático capaz de descrever as leis gerais do movimento dos corpos e mostrar empiricamente o funcionamento do mundo que a filosofia cartesiana até então só conceitualizava: um universo em que, regido por leis absolutas, os fenômenos físicos eram limitados ao movimento das partículas materiais, que por sua vez era descrito em relação a outra dimensão absoluta, o tempo, que “em si mesmo e por si mesmo, e por sua própria natureza, flui uniformemente sem referência a qualquer coisa externa” (NEWTON apud CAPRA; LUISI, 2014, p. 53). O tempo, assim, era uma questão essencial para a ciência newtoniana, já que, tomado como uniforme e, portanto, reversível — passado e futuro eram então equivalentes —, tinham-se as ferramentas

necessárias para se desvendar as leis (ou a única lei) que mantinha o universo funcionando.

Prigogine (2002), nobel de química, ao afirmar que a ciência clássica se baseia essencialmente na noção de “leis da natureza”, sugere que esse conceito apresente um elemento teológico: “Para Deus, tudo é dado; novidade, escolha ou ação espontânea dependem do nosso ponto de vista humano [...]. Sob essa óptica, o estudioso, graças ao conhecimento das leis da natureza, aproxima-se progressivamente do conhecimento divino” (p. 15). Ao excluir o caos, isto é, a instabilidade, da descrição do universo, a ciência clássica apagou do mundo uma série de fenômenos que não se encaixavam na sua visão determinista da realidade e que, para o químico russo, são elementos fundamentais para se entender a estrutura da vida.

Watts (1991) parece não ter dúvidas de que a ideia de leis da natureza surgiu da suposição de um único deus governando o mundo. Assim, para o filósofo, a busca por um método universal, capaz de eliminar todas as irregularidades e anomalias científicas, reflete a cosmologia cristã de se possuir uma divindade como geômetra supremo: “Dizemos: ‘Como é extraordinário que as estruturas naturais se conformem com tanta precisão às leis geométricas!’, esquecendo que, ao ignorar suas irregularidades, nós as forçamos a isso” (WATTS, 1991, p. 59, tradução nossa).

A concepção mecanicista da realidade, portanto, mudou de maneira profunda o que se entendia por natureza e o propósito da pesquisa científica. A visão do mundo como uma máquina, governado por leis matemáticas perfeitas, cobriu com um tecido uniforme e rígido todo o caos e toda a complexidade da vida.

2.1.2 O paradigma ecológico

Com uma famosa anedota lévi-straussiana sobre os indígenas das Antilhas — a qual relata que estes, enquanto eram investigados pelos espanhóis (para saber se tinham ou não uma alma), dedicavam-se a afogar os brancos para descobrir se os corpos destes estavam sujeitos à putrefação —, Viveiros de Castro (2002) aponta para a questão do perspectivismo ameríndio. Para o autor, enquanto o ponto de vista dos europeus se resumia em duvidar da existência de uma alma semelhante à que habitava em seus corpos, a perspectiva ameríndia traduzia-se em questionar não a alma, já que outros seres também a têm, mas, sim, a materialidade de um corpo parecido com o que tinham. Segundo Viveiros de Castro (2002), para os indígenas não há uma oposição (tal como feita por nós) entre humanos e não humanos, e, com isso, natureza e cultura fazem parte de um mesmo campo sociocósmico. Apesar de haver diferenças claras

entre a proposta do perspectivismo ameríndio e as ideias apresentadas anteriormente de Descola (2016), o que nos mais interessa aqui é perceber como, nas palavras de Viveiros de Castro (2002):

Os ameríndios não somente passariam ao largo do Grande Divisor cartesiano que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) anteciparia as lições fundamentais da ecologia, que apenas agora estamos em condições de assimilar [...]. Antes, ironizava-se a recusa, por parte dos índios, de conceder os predicados da humanidade a outros homens; agora se sublinha que eles estendem tais predicados muito além das fronteiras da espécie, em uma demonstração de sabedoria “ecosófica” [...], que devemos emular, tanto quanto permitam os limites de nosso objetivismo. (p. 370).

Na ciência ocidental, essa emulação se deu primeiramente na biologia, no início do século XX. Como nos mostram Capra e Luisi (2014), embora a biologia do século XIX, influenciada pela visão mecanicista, tenha tido grandes avanços no entendimento de muitas questões, como aquelas relacionadas às estruturas e funções das células, para alguns cientistas a transposição das leis da física e da química para a biologia parecia ser insuficiente na compreensão do funcionamento dos organismos vivos, isto é, para eles o fenômeno da vida não podia ser entendido a partir do mero estudo de suas partes. Dentre os que defendiam essa visão, destacam-se os biólogos organísmicos, que apontaram para um todo irreduzível, e os ecologistas, que, no estudo de comunidades de organismos, também mostraram a existência de uma totalidade integrada (CAPRA; LUISI, 2014).

A complexidade de organização observada pelos biólogos organísmicos apontou para as propriedades essenciais que surgem do diálogo entre as partes de um sistema e, portanto, para o contexto em que determinado fenômeno ocorre. Segundo Capra e Luisi (2014), as ideias impulsionadas pela biologia organísmica ajudaram a dar nascimento a uma perspectiva holística que, também conhecida como sistêmica ou ecológica, posteriormente se enriqueceria com várias outras contribuições científicas, como as da ecologia e da física quântica.

A ecologia, definida por Ernst Haeckel (apud COUTO, 2007), considerado seu fundador, como a ciência das relações entre um organismo e o mundo externo que o envolve, nasceu, portanto, como uma área multidisciplinar na biologia e, a partir de conceitos como os de *ecossistema*, *biosfera*, *comunidade* e *rede*, promoveu uma mudança de enfoque dos organismos para as comunidades a que estes pertencem. O pensamento sistêmico ganhou então mais fundamentação para questionar a visão do mundo como uma máquina.

O grande choque que golpeou a ciência do século XX foi a constatação de que os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio de análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser compreendidas no âmbito de um contexto maior. Desse modo, a relação entre as partes e o todo foi invertida. Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes só podem ser compreendidas a partir da organização do todo. Em conformidade com isso, o pensamento sistêmico não se concentra em blocos de construção básicos, mas, em vez disso, em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é “contextual”, que significa o oposto do pensamento analítico. Análise significa separar as partes e considerar isoladamente uma delas para entendê-la; o pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de uma totalidade maior. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 96).

A visão clássica da vida seria muito mais impactada com as descobertas da física moderna, já que seus dois pilares, a relatividade geral e a mecânica quântica, mostrariam ao mundo uma realidade que não se encaixava nos moldes da física newtoniana e que, como bem reflete Capra (2013), se aproximava muito mais das visões místicas orientais.

Contrária às bases newtonianas de um espaço e tempo absolutos, a teoria da relatividade de Albert Einstein modificou todo o referencial para se descrever a natureza. Ao esclarecer que o tempo não passa do mesmo jeito para todos e que o espaço, diferentemente de como se acreditava, não se realiza como um recipiente vazio, mas como um campo gravitacional, como um componente também material do universo, Einstein transformou essas grandezas em elementos relativos, utilizados assim por um observador particular na descrição de um determinado fenômeno. Outra contribuição de Einstein, que lhe rendeu o Nobel e que criou a base para o surgimento da mecânica quântica, refere-se ao seu trabalho sobre a natureza da energia, no qual ele mostrou que a luz, tal como o físico alemão Max Planck tinha previsto, é feita de partículas, ou seja, move-se no espaço como pacotes, ou quantas, de energia.

A teoria quântica, construída por várias cabeças pensantes do século XX, teve como principal contribuição a inserção de um novo olhar científico para a radiação eletromagnética. Sob liderança de Niels Bohr, um grupo de intelectuais uniram forças para sistematizar uma teoria que organizasse matematicamente os incompreensíveis comportamentos e propriedades das partículas atômicas e subatômicas. A partir da investigação experimental, a mecânica quântica revelou então uma realidade inconstante e inesperada, em que, como bem resumiu Heisenberg (apud CAPRA; LUISI, 2014, p. 105), o que se observava não era “a própria natureza, mas a natureza exposta ao nosso método de indagação”. Apesar de ainda hoje a mecânica quântica ser celebrada como uma teoria matemática eficiente, seus paradoxos conceituais são deixados de lado, e ela permanece envolvida por um ar de mistério.

Para Capra (2013), esses aspectos paradoxais da realidade, descobertos pela ciência do século XX, aproximaram de maneira extraordinária a física moderna das ideias transmitidas por tradições filosóficas e religiosas orientais, como o Budismo, o Hinduísmo e o Taoísmo: “Como sucede no Zen, a verdade achava-se escondida em paradoxos que não podiam ser resolvidos pelo raciocínio lógico mas demandavam ser compreendidos nos termos de uma nova percepção” (CAPRA, 2013, p. 63). Percepção esta que, como bem refletiam figuras como Heisenberg (apud CAPRA, 2013), não podia ser expressa pela linguagem comum: para ele a estrutura dos átomos não estava suscetível a ser compreendida por interpretações verbais, pelos nossos conceitos cotidianos.

As investigações de Einstein e dos físicos quânticos, portanto, chocaram ainda mais as bases da ciência tradicional e ajudaram no fortalecimento e na disseminação de pensamentos que apontavam para uma nova proposta do fazer científico. Inspirados nos conceitos promulgados pela escola filosófica fundada por Arne Naess em 1970, Capra e Luisi (2014) apontam que esse novo paradigma se propõe a fazer perguntas mais profundas, a questionar cada aspecto isolado do velho paradigma.

Com o tempo, não precisaremos abandonar todos os nossos velhos conceitos e ideias, mas, antes de sabermos isso, precisamos estar dispostos a questionar tudo. Assim, a ecologia profunda faz perguntas profundas sobre os próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, voltados para o crescimento e materialistas. Ela põe em questão todo esse paradigma a partir de uma perspectiva ecológica: a partir da perspectiva das nossas relações uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos partes. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 37-38).

As características e consequências para as ciências da linguagem do que, tal como Capra e Luisi (2014), chamaremos de *paradigma ecológico* serão melhor explicitadas adiante. Aqui, interessa-nos mais perceber a importância de se gerarem pesquisas e reflexões que partam desses questionamentos profundos sobre o fazer científico.

Se a agricultura convencional, que hoje é uma das maiores responsáveis pela exploração e degradação dos recursos finitos do planeta, também é influenciada, como já apontado anteriormente, pela ilusão cartesiana de separatividade entre a vida humana e os fenômenos que chamamos de naturais, qualquer simples mudança tecnológica (como a troca, por exemplo, de adubos químicos por orgânicos) não é capaz de, sozinha, transformar e barrar as consequências desastrosas da interferência da prática agrícola nos processos vitais que permeiam, por exemplo, o funcionamento do solo e, em larga escala, do planeta. Como apreendido nas lições advindas da física moderna, as lacunas e enigmas apresentados pela

natureza devem dar nascimento a uma nova percepção da realidade, mesmo que esta inicialmente venha respaldada em conceitos e metodologias tradicionais.

Na agricultura, por exemplo, essa mudança de perspectiva parece acontecer no trabalho agroecológico do agricultor e cientista suíço Ernst Götsch (1997), que sistematizou conhecimentos tradicionais de comunidades indígenas e quilombolas na produção de alimentos em concomitância com a criação de ecossistemas ricos e férteis. Para Götsch (1997), apenas uma compreensão e um aprofundamento em todas as formas dadas pela natureza podem criar laços mais íntimos com esta. Só assim, para ele, a agricultura pode se transformar no que, de um ponto de vista ameríndio, sempre foi: em uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais da vida, existentes em todo lugar e dos quais fazemos parte. Ao tomar os próprios processos vitais como professores, trabalhando a favor deles, a partir do entendimento de consórcio e sucessão de espécies, com o auxílio de capina seletiva e poda, Ernst Götsch foi capaz de, em pouco mais de 30 anos, transformar 410 hectares de uma terra degradada no Sul da Bahia em verdadeiras florestas abundantes, recuperando ao fim 14 nascentes de água.

Ora, o paralelo feito até então entre a produção agrícola e a científica não só nasce da proposta ecológica do presente trabalho, isto é, da de descrever fenômenos a partir de uma visão que considere o contexto, a conexidade e as relações entre as coisas, mas parte também do interesse de que, tal como a agricultura de Ernst Götsch, consigamos produzir conhecimentos e práticas que, mesmo com sandálias conceituais, para retomar aqui a parábola do início do capítulo, nos tornem mais íntimos dos fenômenos que descrevemos.

2.2 UMA LINGUÍSTICA ECOLÓGICA

Saussure (2012), na primeira metade do século XX, já afirmava que o ponto de vista cria o objeto. E vemos claramente nesses pouco mais de cem anos de estudos linguísticos modernos como os pontos de vista criaram e compreenderam diferentemente a linguagem. Apesar de perpassado por muitas nuances e interpenetrações, esse quadro científico foi bastante influenciado pela visão de mundo instaurada pela filosofia de Descartes e pela mecânica de Newton.

Como já discutido anteriormente, até o século XVII o fazer científico, embora marcado por uma organização do conhecimento, que remontava aos gregos, caracterizava-se por uma unificação dos campos de estudos. Só a partir do século XVIII, principalmente depois dos pensamentos de Auguste Comte, que procurou explicar o mundo social com critérios das

ciências exatas e biológicas, começou o processo de especialização e disciplinarização nas atividades científicas. Com o objetivo principal de entender o funcionamento das coisas, o gesto científico de divisão do objeto — para conhecer os seus elementos constituintes e então apreender o seu todo — tem o seu apogeu no século XIX e perdura de certa forma até os dias de hoje (FIORIN, 2008).

Embora os estudos de caráter sistemático sobre a linguagem remontem aos trabalhos de comparação e reconstrução das línguas indo-europeias no final do século XVII, o *Curso de Linguística Geral* é sempre interpretado como o momento de ruptura entre uma linguística pré-científica e uma linguística fundada em hipóteses e métodos rigorosos. Ao estabelecer que a língua é um sistema homogêneo e autônomo e, por isso, deve ser estudada em si mesma e por si mesma, Saussure, cuja visão imanentista foi de indiscutível funcionalidade e fertilidade para a linguística, excluiu, para não a tornar um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, qualquer diálogo dela com outras áreas do saber.

Influenciado pela visão clássica e dualista do mundo, Saussure (2012) criou, portanto, uma distinção entre fala e língua e comparou esta a um jogo de xadrez, tratando-a como um sistema bem definido: para ele, enquanto a fala é heterogênea, a língua é homogênea, isto é, constitui-se como um sistema em que, tal como numa partida de xadrez, o valor respectivo de cada termo é definido pela oposição às outras peças do tabuleiro. Para Saussure (2012), a língua, tal como o mundo newtoniano, seria um objeto de natureza concreta, cujas leis e regras precisavam ser apenas descobertas.

Ora, a linguagem está tão intimamente entrelaçada às experiências humanas que é basicamente impossível imaginar vida sem ela. E é essa percepção que vai levar o próprio Saussure (2012) a chamá-la de multiforme e heteróclita: para ele, “a cavaleiro de diferentes domínios” (p. 41), a linguagem, tomada em seu todo, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, pertence ao domínio individual e ao domínio social. Dessa forma, o estudo desse fenômeno, seguindo o caminho contrário do proposto pelo linguista genebrino, que de forma coerente necessitou negar a interdisciplinaridade da linguística na época, está intrinsecamente ligado a outros campos do saber, tanto das ciências humanas quanto das ciências exatas e biológicas.

E coube a Lévi-Strauss (com a sua antropologia estrutural) o primeiro passo de um processo que ficou conhecido como *virada linguística*, isto é, a aderência de métodos e noções da linguística saussuriana em outros campos das ciências humanas. A aventura estruturalista atingiu vários outros personagens, como Lacan na psicanálise (dizendo que o inconsciente é estruturado como uma linguagem), Merleau-Ponty na filosofia e Barthes na

literatura.

O diálogo com as ciências naturais, que já era preconizado por Schleicher no século XIX, foi o ponto central dos estudos gerativos na década de 1950. Para Chomsky (2005), influenciado pela filosofia de Descartes, a linguagem precisava ser entendida como um objeto natural, para que assim se pudessem fazer verdadeiros progressos em seu estudo. Para ele, os fenômenos mentais e linguísticos, traduzidos numa competência e considerados em igualdade de circunstâncias com qualquer outro tipo de evento, processo e estado do mundo, deveriam ser estudados por meio dos métodos da investigação cartesiana.

Se até um certo momento a linguística se caracterizava por uma hegemonia de estudos puramente imanentistas, ora ligados à estrutura da língua (com o estruturalismo saussuriano), ora centrados nas estruturas mentais (com o gerativismo chomskiano), nos meados do século XX — influenciada pelos estudos filosóficos sobre a linguagem, principalmente pela filosofia analítica de Wittgenstein e Austin — ela sofre então o processo de mudança que se convencionou chamar de *virada pragmática*. Surgiram, assim como em outras ciências, novas perspectivas de análise que buscavam entender a linguagem em seus usos efetivos: é o caso, por exemplo, dos estudos funcionais, cognitivos, conversacionais, sociolinguísticos, discursivos, textuais, entre outros paradigmas modernos no estudo da linguagem. Iniciou-se então uma convergência de conceitos teóricos e metodologias entre as várias disciplinas.

Ora, para aqueles que hoje procuram investigar cientificamente a linguagem humana, é clara a percepção dos avanços que os estudos interdisciplinares trouxeram para a compreensão do fenômeno da linguagem. No entanto, por ainda estarem de certa forma presos a princípios científicos como o da ordem, o da separação e o da redução, tais estudos encontram seus limites nas fronteiras ainda existentes entre as disciplinas, e os variados pontos de vista são construídos, portanto, como se estes competissem entre si, e não se enriquecessem.

É nesse conflituoso quadro teórico que a ecolinguística, ou ecologia linguística, emerge como uma fértil possibilidade para se pensar o fenômeno da linguagem. Firmada como disciplina teórica na década de 1970, com a publicação do livro de Einar Haugen (1972), para a ecolinguística o estudo da língua deve necessariamente abarcar o meio ambiente em que ela está situada, e isso inclui os aspectos simbólico, natural, sociocultural e cognitivo deste. De um ponto de vista ecolinguístico, pelo fato de o universo ser um todo unificado, não há domínios autossuficientes que possam ser estudados separadamente de outros domínios da realidade (STEFFENSEN; FILL, 2014).

Sob os preceitos de uma visão holística de mundo, a ecolinguística então não é uma

disciplina teórica tal como a fonologia, a sintaxe gerativa ou a sociolinguística variacionista. Ela é, ou ao menos tenta ser, um ponto de vista unificado, em que a linguagem é estudada como uma totalidade integrada e a partir do qual se pode observar qualquer fenômeno linguístico. Para Fill (apud COUTO, 2007), a ecolinguística surge, então, como um ramo das ciências da linguagem que se preocupa com o aspecto das interações, em seus variados níveis.

É válido perceber, como nos mostra Fill (2016), que a relação da língua com outros aspectos da realidade já era debatida por pesquisadores como Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf e Wilhelm von Humboldt, os quais apontaram para a ligação entre língua e cultura e conscientizaram-se da relação entre a diversidade linguística e a diversidade de visões de mundo. No entanto, foi apenas depois dos trabalhos de Haugen (1972) que começou a se solidificar uma perspectiva científica contemporânea que hoje é chamada de *ecolinguística*. Desde então, vários autores têm se esforçado para delinear e esclarecer as contribuições que uma visão mais holística pode trazer na compreensão do fenômeno da linguagem.

Nessa perspectiva ecológica, é válido frisar, qualquer conceito e conhecimento científico é tomado como limitado e incapaz de descrever precisamente os fenômenos descritos. Dessa forma, a abordagem ecolinguística deve ser entendida apenas como proposta de investigação, uma vez que, como bem reflete Chomsky (2005) sobre a sua proposta unificadora com as ciências naturais, a completa compreensão dos mecanismos da mente e da linguagem pode muito bem estar além das capacidades cognitivas do ser humano.

[...] se os humanos são parte do mundo natural e não seres sobrenaturais, então a inteligência humana tem seu escopo e seus limites determinados pelo *design* inicial. Podemos assim antecipar que certas questões não cairão em seus alcances cognitivos; desse modo, os ratos são incapazes de atravessar labirintos com propriedades numéricas por lhes faltarem conceitos apropriados. Poderíamos chamar tais questões de “mistérios-para-humanos”, assim como algumas estabelecem “mistérios-para-os-ratos”. (CHOMSKY, 2005, p. 195).

Arran Stibbe (2016), ao estabelecer uma relação entre linguística, construtivismo social e misticismo, aponta para a importância de se romper com o modelo clássico de língua e com a percepção ilusória de que esta fornece uma forma acurada de uma realidade preexistente. Para o autor, ao se cultivar uma consciência e análise das limitações e ilusões da língua, são criadas alternativas, as quais “são também ilusões, mas a habilidade de selecionar uma ilusão dentre várias ou criar uma nova caso seja necessário é uma forma de emancipação, oferecendo libertação da obrigatoriedade de seguir uma única e verdadeira versão” (STIBBE, 2016, p. 433).

Ao listar alguns desafios para o modelo ocidental clássico de língua, Stibbe (2016) destaca o problema das representações, que para o autor não estão apenas nos nomes mas em todos os outros níveis linguísticos: “Se eventos ou objetos do mundo são observados na língua, há muito mais informação do mundo real do que pode ser apreendido em uma descrição linguística” (p. 21). Para ele, há assim diversas maneiras que um objeto ou um evento pode ser representado, as quais dependerão de escolhas, conscientes ou inconscientes, de como representar a realidade. Essas decisões, é válido esclarecer, não só perpassam, por exemplo, a forma como os diferentes povos nomeiam os objetos e o mundo ao redor, mas também delineiam a maneira como os próprios pesquisadores descrevem e veem esses sistemas de categorização. Como bem apontou Bordieu (apud STIBBE, 2016, p. 423):

A possibilidade de que meus interesses influenciam minhas descrições do mundo pode parecer trivial. Porém, se você prestar atenção nas implicações, elas possuem consequências devastadoras à medida que meus interesses determinam como eu descrevo o mundo e, assim, minhas descrições perdem a capacidade de serem descrições objetivas.

Para um trabalho cujo instrumento principal de veiculação é a linguagem, ir além dos sistemas linguísticos e, portanto, categoriais é um objetivo praticamente impossível de ser alcançado. No entanto, apontar as lacunas, dificuldades e complexidades dos sistemas humanos de representação é uma tarefa que hoje deveria estar na base de qualquer investigação científica. Como reflete Prigogine (2002, p. 84): “A ciência começa a estar em condições de descrever a criatividade da natureza, e o tempo, hoje, é também o tempo que não fala mais de solidão, mas, sim, da aliança do homem com a natureza que ele descreve”.

Dessa forma, muito mais do que por se aproximar dos conceitos teóricos da disciplina científica contemporânea, que tem no Brasil a contribuição pioneira dos trabalhos de Couto (2007), esta pesquisa se diz *ecolinguística* principalmente por buscar uma descrição mais aprofundada, integrativa e contextual dos fenômenos linguísticos. Em outras palavras, são *reflexões ecolinguísticas* porque questionam um modelo de conhecimento regido por leis e conceitos absolutos, tomados como verdadeiros; porque recusam a ideia do caráter preciso e imparcial das ferramentas de investigação; porque, mesmo com o risco de se tornar um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, para retomar aqui Saussure (2012), buscam cultivar a consciência de que não há domínios autossuficientes na realidade; porque partem da aceitação de que, consciente de tudo isso, o máximo que um trabalho científico pode produzir são reflexões, e não respostas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de uma língua natural ainda não descrita apresenta dificuldades e prioridades que, até então, delineiam as pesquisas nessa área. Afinal, como compreender de forma mais contextual e integrativa, por exemplo, uma língua de um grupo indígena recém-contactado que não apresenta familiaridade com nenhuma outra língua do mundo? Os trabalhos basilares e estruturais de descrição linguística são, portanto, essenciais para que se possa avançar na compreensão de uma língua como um todo. No entanto, essas descrições normalmente se baseiam em categorias que, tal como Labov (2004) aponta, são muito mais assumidas do que questionadas. Assim, são poucas as pesquisas que buscam refletir sobre o caráter reducionista de suas investigações, e, com isso, o fazer científico deixa de observar suas lacunas e limites ou até mesmo o solo que o torna possível.

Apesar de o Wakalitesú já ter sido objeto de estudo de trabalhos de natureza descritiva, alguns ainda em andamento, foram inúmeras as lacunas e dificuldades encontradas na realização deste trabalho, de um estudo que se propõe a pelo menos observar suas próprias bases. A principal delas está relacionada com uma situação sociolinguística. Como reflete Nash (2011) sobre a ecolinguística, a compreensão de fenômenos interligados só pode ocorrer na interação, em situações reais de mundo, com membros da comunidade de fala no meio ambiente em que as línguas são faladas e usadas diariamente. No entanto, o contato com a língua em situações cotidianas e espontâneas não foi tão constante como o esperado, visto que, pelo caráter multiétnico da comunidade, o português era a língua que mais frequentemente permeava a interação dos indígenas, tanto com aqueles de diferentes etnias quanto com as crianças e os jovens, que não falam fluentemente a língua dos pais e antepassados.

Uma outra dificuldade refere-se às ferramentas e aos instrumentos utilizados na observação e descrição dessa língua. Como bem mostra Kuhn (1962), todas as regras e métodos derivam de paradigmas científicos e, portanto, espelham escolhas, mesmo que inconscientes, de como se interpretar e direcionar a realidade. Ao se trabalhar, por exemplo, com a elicitación de nomes a partir de imagens de alguns objetos e animais, como ocorreu em alguns momentos deste trabalho, há uma pressuposição frágil de que a exclusão clara de determinados atributos, incapazes de serem interpretados e alcançados por uma tela de computador, como cheiro, tamanho e alguns sons, não interferem na materialidade linguística realizada pelos falantes. Portanto, ao excluir os fenômenos linguísticos dos contextos social, discursivo, cognitivo e geográfico que os tornam possíveis, perdemos muito na compreensão

deles.

Outro problema encontrado diz respeito à dificuldade em se estudar o sistema de categorização de uma língua a partir de um recorte pequeno desse sistema, sem uma compreensão geral do funcionamento de todos os estratos linguísticos. Principalmente pelos prazos demandados e pelos poucos trabalhos descritivos, esta pesquisa precisou se limitar às categorias ditas nominais e, portanto, não conseguiu aprofundar e entender a conexão desse sistema de categorização com o todo linguístico. Além disso, o estudo se deu em sua maior parte por meio de palavras isoladas, elicitadas, sem um contexto discursivo e pragmático, o que claramente estampou lacunas no universo descrito.

Como buscamos mostrar no primeiro capítulo deste trabalho, acreditamos que todo e qualquer método e conhecimento científico sempre será incapaz de descrever precisamente a realidade das coisas. Nesse sentido, acreditamos que uma perspectiva ecológica da linguística não necessariamente deve abrir mão das ferramentas e dos conceitos construídos nesses anos de investigação, mas pode, sim, empregá-los e questioná-los para mostrar, portanto, as lacunas dos sistemas de representação e a inter-relação entre os vários domínios da realidade. De alguma forma, o estudo das línguas minoritárias do mundo traz, em si, esse potencial. Como afirmava Rodrigues (1986) já na segunda metade do século XX, cada nova língua investigada é um passo para se compreender como funcionam as línguas naturais, cada nova estrutura linguística descoberta pode modificar os conceitos antes firmados e abrir novos horizontes para a compreensão do fenômeno da linguagem humana.

Este capítulo traz a descrição detalhada dos aspectos metodológicos que conduziram esta pesquisa, os quais podem ser divididos em três momentos: (i) leitura e revisão bibliográfica; (ii) pesquisa de campo; e (iii) levantamento e análise dos dados.

3.1 LEITURA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta pesquisa teve como processo basilar uma revisão bibliográfica detalhada sobre os variados assuntos que permeiam tanto os fenômenos linguísticos analisados quanto a perspectiva teórica e a investigação científica em si.

No que se refere à língua estudada, foi essencial a leitura de trabalhos descritivos sobre o Wakalitesú e a família linguística Nambikwára, a saber: o trabalho de Peter Kingston (1976) sobre os sufixos referenciais e o elemento nominal na língua Mamaindê; o estudo de Lowe (1999) sobre línguas do grupo linguístico Nambikwára do Sul; a gramática descritiva de Menno Kroeker (2001) também sobre um conjunto de línguas do grupo Nambikwára do Sul;

o estudo de Telles (2002) sobre a fonologia e gramática do Latundê e Lakondê; a gramática de Bárbara Kroeker (2003) também sobre um agrupamento de línguas do grupo Nambikwára do Sul; o manuscrito não concluído de Borella (2003) sobre a morfologia do nome no Sararé; a pesquisa de Araújo (2004) sobre a gramática do Sabanê; os trabalhos de Eberhard (2009; 2015) sobre o Mamaindê; a dissertação de Netto (2018) sobre a fonologia do grupo Nambikwára do Campo; e os apontamentos, por meio de comunicação pessoal, da doutoranda Paula Mendes Costa (2019), do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que realiza uma pesquisa sobre a fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Kithãulhú e Wakalitesú). Além desses estudos, para uma compreensão antropológica e sociocultural dos povos nambikwára, foram consultados os trabalhos dos antropólogos David Price (1972), Price e Cook (1969) e Edwin Reesink (2003) e da historiadora Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa (2009). Também contribuíram para este estudo as dissertações de Busatto (2003) e Feitosa Oliveira (2018) sobre os Nambikwára da Terra Indígena Tirecatunga.

Para a compreensão dos temas que perpassam a filosofia da ciência, a linguística e a ecolinguística, foram consultados principalmente os trabalhos de Kuhn (1962), Foucault (2002), Capra e Luisi (2014), Capra (2013), Couto (2007), Saussure (2012), Steffensen e Fill (2014), Fill (2016), Haugen (1972) e Stibbe (2016). Já para as reflexões relacionadas aos estudos filosóficos e linguísticos sobre os fenômenos de categorização nominal, consultamos essencialmente os trabalhos de Taylor (1995), Lakoff (1987), Wittgenstein (2004), Labov (2004), Rijkhoff e Lier (2013), Hengeveld (2013), Senft (2000; 2007), Allan (1977), Craig (1986), Payne (1977), Aikhenvald (2000) e Grinevald (2000). Os trabalhos que fundamentaram os apontamentos sobre sufixos referenciais foram os de Givón (1984), de Frawley (1992) e de Dik (1989).

3.2 PESQUISA DE CAMPO

Cumprindo as necessidades e exigências do Comitê de Ética da UFPE e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a pesquisa de campo, com duração de três meses (de janeiro a abril de 2018), aconteceu na Aldeia Três Jacu, na Terra Indígena Tirecatunga, no município de Sapezal, no Mato Grosso, e ocorreu de duas formas distintas, mas concomitantes.

Na primeira, o foco foi na eliciação lexical, por meio de fotografias e listas de palavras, e na descrição dos morfemas presentes na classe nominal da língua estudada, servindo-se para isso dos trabalhos descritivos sobre as línguas da família linguística

Nambikwára e de entrevistas gravadas com os colaboradores, as quais aconteceram em uma sala da escola da aldeia indígena, com um gravador Zoom H5, um microfone unidirecional Yoga HT-81 e uma câmera Nikon D5300.

Na segunda, o foco foi na coleta de dados relacionados a reflexões metalinguísticas dos falantes sobre a língua e sobre determinadas estruturas linguísticas, como o sufixo final; a etno-histórias narradas pelos colaboradores tanto em português como em Wakalitesú; e à organização sociocultural do povo estudado, a partir de observação do pesquisador e de relatos dos indígenas. Somando-se as elicitaciones e as histórias narradas, o corpus do trabalho totaliza cerca de 46 horas de gravações.

Quanto aos colaboradores, a pesquisa contou com a participação de oito indígenas, sendo destes quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Com faixa etária entre 24 e 64 anos, todos eles eram falantes nativos da língua Wakalitesú e possuíam um bom domínio do português.

3.3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Ainda em campo, após as gravações diárias com os colaboradores, os dados obtidos eram transcritos e colocados em planilhas digitais, para facilitar a posterior consulta e análise. Desde o primeiro conjunto de dados transcritos, buscou-se compreender, de uma forma indutiva, os aspectos fonológicos e morfológicos do nome, em especial dos sufixos de classificação e sufixação final, e construir, assim, um panorama geral sobre a palavra nominal no Wakalitesú.

As observações e generalizações foram posteriormente confrontadas com as descrições gramaticais de outras línguas da família linguística Nambikwára, principalmente com os trabalhos de Eberhard (2009) e o de Telles (2002), e usadas para enriquecer o entendimento geral sobre o fenômeno de categorização nominal da língua. Com a ajuda do PRAAT, um programa de análise acústica, e do trabalho de Netto (2017), foram resolvidas algumas questões sobre os aspectos fonológicos da língua.

3.4 OUTROS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a escrita dos nomes dos povos e das línguas indígenas, adotamos a convenção proposta em 1953 pela Associação Brasileira de Antropólogos e Linguistas, a qual se propõe a uniformizar a escrita desses nomes em trabalhos científicos. Entre outras proposições, a convenção sugere: (i) a utilização de todas as letras do alfabeto e sinais diacríticos da

ortografia oficial brasileira, com exceção das letras *c* e *q*, que devem ser substituídas por *k*, e dos acentos til e grave; (ii) a substituição das semiconsoantes *i* e *u* por *y* e *w*, respectivamente; (iii) o uso, para indicar a sílaba tônica em todos os nomes, dos acentos agudo ou circunflexo; (iv) a escrita dos nomes com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso desta quando os nomes forem tomados como adjetivos;² (v) a escrita dos nomes, quer estes sejam usados como substantivos quer como adjetivos, sem flexão de gênero e de número.

Quanto às informações linguísticas presentes nas glosas, a descrição fonológica é baseada em parte no trabalho de Netto (2018) e nos comentários de Costa (2019) sobre a fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Kithãulhú e Wakalitesú), e todos os dados foram uniformizados a partir do modelo conhecido por Leipzig Glossing Rules, desenvolvido pelo departamento de Linguística do Instituto de Antropologia Evolucionária Max Planck e pelo Departamento de Linguística da Universidade de Leipzig.

² Neste trabalho, quando usados como adjetivos, os nomes dos povos e das línguas indígenas são escritos com inicial minúscula.

4 OS NAMBIKWÁRA

Em 18 de dezembro de 1994, Jean-Marie Chauvet, juntamente com outros dois espeleólogos, descobriu no sul da França uma caverna com restos fossilizados de animais pré-históricos. Em suas paredes, o trio se deparou com o que viriam a ser considerados os mais antigos e bem preservados desenhos figurativos do mundo, datando de 30.000 a 32.000 a.C. A chamada *Caverna de Chauvet* é hoje um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, tornando-se, além de um testemunho excepcional da arte pré-histórica e da necessidade humana de comunicar e registrar, um objeto de observação da humanidade, um espelho num abismo de tempo, um instrumento de uma universal magia que, como reflete Merleau-Ponty (1984) sobre a pintura, transforma as coisas em espetáculos, os espetáculos em coisas, o eu no outro e o outro em mim.

Comparadas às demais línguas do mundo, sabe-se muito pouco sobre as indígenas brasileiras: quando não fruto do massacre a que seus falantes foram e continuam sendo submetidos, com seus vestígios culturais e linguísticos varridos violentamente da história — estima-se que, das mil línguas faladas no Brasil na época da chegada dos europeus, pouco mais de 180 línguas ainda sobrevivem (RODRIGUES, 1986) —, os povos e as línguas indígenas, devido a uma cultura científica etnocentrada, ainda hoje quase não possuem visibilidade. É então nessa paisagem que o papel de um linguista é também o de desenhar nas paredes das cavernas contemporâneas as vozes de povos que, apesar de terem muito o que nos dizer sobre a natureza humana, estão sendo calados por forças de um Estado branco, ruralista e cristão, é o de dar a esses povos seus direitos roubados de produzir um eco em nossas ciências, em nossos corpos e em nossas memórias.

Desde o primeiro contato oficial, que se deu em 1907 pelo Marechal Rondon, a região tradicional (áreas de cerrados e de florestas no noroeste mato-grossense e no sul de Rondônia) em que os índios nambikwára estavam inseridos sofreu um processo intenso de invasão e exploração, resultando em inúmeras perdas étnicas e linguísticas e em um processo de deslocamento territorial de muitos grupos. Segundo dados do ISA (2011), os povos nambikwára totalizam hoje um número aproximado de duas mil pessoas, espalhadas em nove Terras Indígenas,³ e encontram-se em um cenário etnolinguístico de ameaça, já apresentando casos de extinção de muitas línguas da família linguística (TELLES, 2002).

Este capítulo traz uma descrição histórica, antropológica e sociocultural desses povos

³ No entanto, os dados do ISA (2010) também apontam a presença de povos nambikwára na Terra Indígena Paukalirajausu, ainda não homologada.

ameríndios, em especial dos da etnia Wakalitesú, residentes na Terra Indígena Tirecatinga, no município de Sapezal, no Mato Grosso. Além disso, buscamos apresentar dados linguísticos e sociolinguísticos sobre as línguas e a família linguística Nambikwára.

4.1 OS POVOS AMERÍNDIOS

Quase nada se sabe sobre a origem da humanidade no continente americano. A maioria das teorias, no entanto, parece concordar com uma coisa: que esse continente, em vez de ter sido o berço, foi povoado por populações de outras partes do mundo. Uma das hipóteses sobre esse povoamento afirma que, devido à última era glacial, responsável por diminuir consideravelmente o nível dos oceanos, a faixa de terra que liga o continente asiático ao americano ficou acessível, permitindo assim que populações vindas da Ásia pudessem fazer a travessia a pé.

No entanto, como resume Cunha (2012), ainda há pouco conhecimento sobre o que realmente aconteceu. Para a antropóloga, a história indígena é marcada pela extensão do que não se sabe, e o que hoje conhecemos do Brasil indígena, por exemplo, “são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 2012, p. 13). Fragmentos estes que apenas nos permitem imaginar como se comportavam as populações ameríndias e desmascarar, com isso, os inúmeros equívocos construídos à base de um profundo desconhecimento sobre elas, tal como o da primitividade (CUNHA, 2012).

Nesse sentido, a heterogeneidade linguística e cultural ainda hoje encontrada nesse continente é fruto de processos históricos dos quais provavelmente nunca teremos consciência. Estima-se que, antes do período de colonização, no Brasil eram faladas em torno de mil línguas indígenas (RODRIGUES, 1986). Essa diversidade, reduzida hoje a menos de um terço, até recentemente também era mergulhada em uma imensa obscuridade. Apenas a partir do início do século XX, começaram a surgir estudos de descrição das línguas sul-americanas, os quais contribuíram para avanços significativos na compreensão das suas estruturas e das relações genéticas entre elas. Nesse processo, missionários ligados ao Summer Institute of Linguistics (SIL) exerceram um papel fundamental, ainda que mesclado por interesses puramente doutrinários. No Brasil, por exemplo, eles foram os primeiros, na segunda metade do século XX, a realizar trabalhos descritivos sobre as línguas nambikwára.

4.2 OS NAMBIKWÁRA

A história dos povos chamados de *nambikwára*, assim como a de qualquer outra população ameríndia, é constituída por inúmeras lacunas. Os primeiros contatos desses índios com a população não índia provavelmente se deu no início do século XVIII, decorrentes da exploração de minério no estado do Mato Grosso. No entanto, como reflete Price (1972), não há registro histórico dessas interações, que podem ter acontecido de forma constante desde o século XVII.

O primeiro registro data da década de 1770, quando uma expedição com o objetivo de abrir caminho de Vila Bela até Forte de Bragança, cuja comunicação era antes estabelecida apenas pelo Rio Guaporé, resultou no encontro com inúmeros povos indígenas. Dentre estes, encontram-se referências aos Cabixi, aos Tamaré e aos Guaritére, populações que, pela região em que houve o contato e pelas características narradas pelos viajantes, que os descreveram, por exemplo, como índios que dormem no chão, provavelmente se referiam a grupos *nambikwára* (PRICE, 1972).

Segundo Price (1972), no decorrer da década de 1770, os portugueses claramente estabeleceram relações com os *nambikwára*, passando a conhecer estes tão bem ao ponto de os distinguir, já na época, em três grupos com claras diferenças culturais, chamando-lhes indiscriminadamente de *cabixi*.⁴ A partir de então, os contatos com os *nambikwára* se deram de forma mais frequente com os povos do sul, perto da cidade de Vila Bela, onde eram comuns conflitos entre índios e brancos.

O primeiro contato oficial do Estado brasileiro com os índios *nambikwára* se deu em 1907, fruto da construção de uma rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho. A expedição, liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon, alcançou em outubro desse ano o território *nambikwára* na região do Rio Juruena. Como aponta Price (1972), embora a Rondon seja normalmente creditado o primeiro contato com os *nambikwára*, a própria expedição descreve evidências claras de exploração de borracha e madeira nas áreas desses povos. Como consequência das prováveis atrocidades cometidas por seringueiros, as intenções de Rondon foram mal interpretadas, e ele quase foi morto pelos *nambikwára*.

Encontramos esses índios pela primeira vez em Zocuriú-inazá, chapadão de Jatí, 10 km a Leste da actual estação telegraphica do Juruena, na latitude Sul de 12°49'32" e longitude approximada ao O. do Rio de Janeiro de 15°51'54", onde pela primeira vez me atacaram na Expedição de 1907, no dia 22 de Outubro desse ano. (RONDON, 1947, p. 49).

⁴ Esse nome também era usado para denominar um subgrupo dos índios pareci.

As relações com a população não indígena no período das linhas telegráficas trouxeram várias enfermidades, tal como gripe e sarampo, e os índios nambikwára sofreram uma forte derrocada populacional. De acordo com Telles (2002), além da redução populacional, as epidemias dizimaram grupos inteiros. A instalação das linhas telegráficas, portanto, foi responsável pela interação contínua de alguns grupos nambikwára com a sociedade não índia, principalmente com as missões religiosas, que começaram a adentrar a região. Os protestantes foram os primeiros, em 1924, a iniciarem o processo de evangelização, que, apesar de inúmeros acidentes e violências, se manteve por muito tempo na região, culminando nos trabalhos linguísticos, para tradução da Bíblia, dos missionários Menno Kroeker (2001), Ivan Lowe (1999), Peter Kingston (1976) e David Eberhard (2009). Os católicos também se estabeleceram no local, fundando uma missão jesuítica na década de 1930 no Utiariti, às margens do Rio Papagaio.⁵

Figura 1 - Missão jesuítica no Utiariti



Ainda como resultado dos trabalhos do Marechal Rondon entre os indígenas, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), com o objetivo de prestar assistência a todas as populações indígenas do território nacional.

⁵ Atualmente, no local, que hoje pertence à Terra Indígena Tirecatinga, só restam as ruínas das edificações da missão.

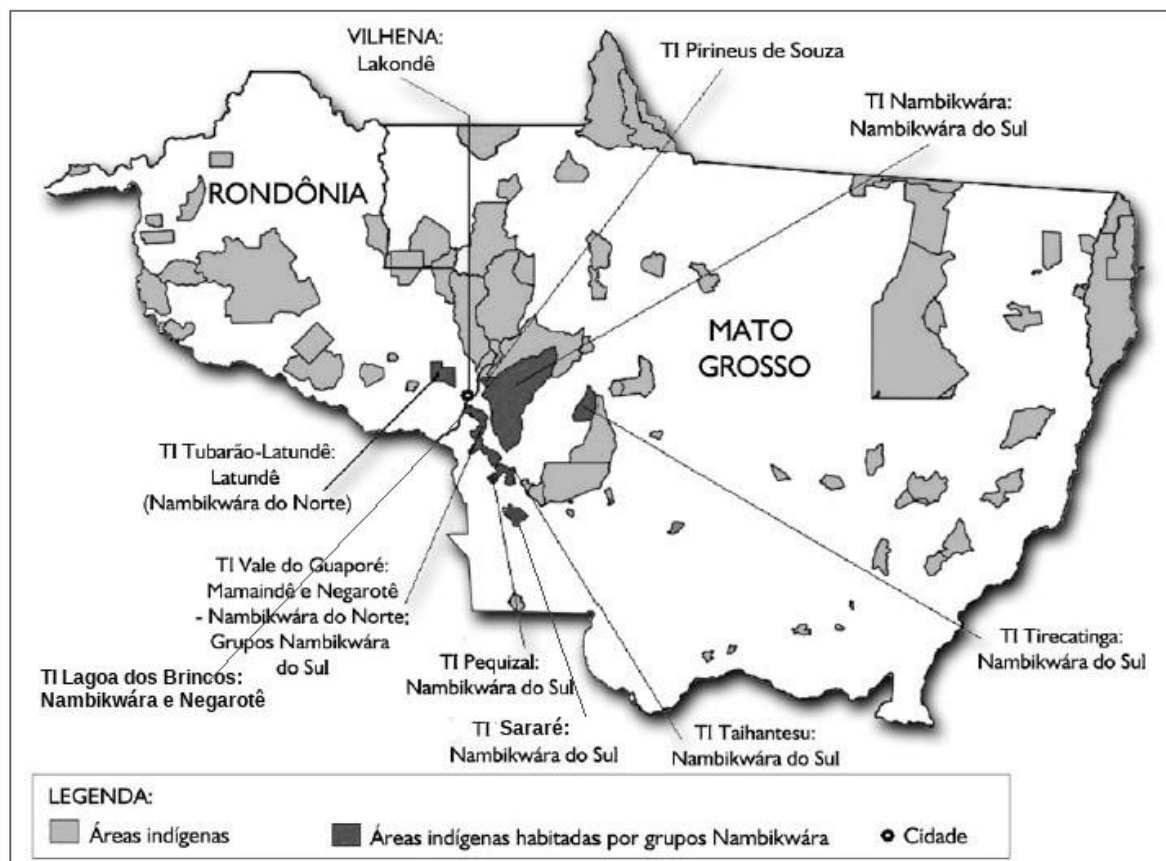
Segundo Reesink (2003), o nome *nambikwára* também deriva da expedição de Rondon, que, talvez influenciado pela conotação desse apelido, isto é, a de um povo arredio e desconhecido, renomeou os localmente chamados de *cabixi*. O termo *nambikwára*, de origem Tupi, significa *buraco de orelha* e, segundo Telles (2002), já era utilizado para designar um povo tupi que habitava o vale do Rio Tapajós. A partir do início do século XX, portanto, esse etnônimo passou a ser utilizado para nomear os vários grupos que tradicionalmente ocupavam a região noroeste do Mato Grosso e a região sul de Rondônia, englobando o cerrado, a floresta amazônica e áreas de transição entre os dois ecossistemas.

Price (1972), apesar de assumir a impossibilidade de uma precisão na estimativa, considera que, no início do século XX, havia cerca de cinco mil índios *nambikwára* nessa região, os quais viviam normalmente assentados às margens de córregos, sem, no entanto, desenvolver uma cultura ribeirinha, tal como o uso de canoas. Para Price (1972), a vivência dos *nambikwára* às cabeceiras dos rios sugere que a área habitada por eles, cujas fronteiras coincidem com os limites de navegabilidade dos rios que nascem nela, ficou protegida naturalmente da invasão dos “índios de canoa”. Para o antropólogo, essa observação, quando mesclada com o conhecimento de que a família linguística *Nambikwára* é isolada e pequena, pode indicar que esses índios provavelmente foram os primeiros ocupantes da região.

Tradicionalmente, os *nambikwára* se dividem em vários grupos, os quais ocupam regiões variadas e falam dialetos próprios e inteligíveis para grupos vizinhos. À medida que a distância entre os grupos aumenta, o nível de inteligibilidade entre as línguas diminui (PRICE, 1972). De acordo com Price e Cook (1969), a razão de informações gerais relacionadas aos *nambikwára* se manterem por muito tempo desconhecidas está relacionada com o fato de que todos os pesquisadores que estudaram esses povos tiveram acesso restrito aos seus territórios. Para Reesink (2003), esse foi um dos grandes equívocos do trabalho etnográfico de Lévi-Strauss (1948), que solidificou uma imagem dos *nambikwára* que mais tinha a ver com as limitações práticas do seu trabalho de campo. Assim, diferentemente do que postulou o famoso antropólogo francês, que nunca conseguiu observar a normalidade dos grupos, os *nambikwára* “não são nômades sazonais e em condições normais não somente têm aldeias como também uma horticultura diversificada que fornece o básico do seu sustento” (REESINK, 2003).

Os grupos nambikwára, além de diferenças linguísticas e geográficas, também apresentam variações socioculturais. Baseados principalmente em questões linguísticas, Price e Cook (1969), assim como Lévi-Strauss (1948), os dividem em três grandes grupos: os Sabanê, que originalmente ocupavam uma grande área ao extremo norte do território nambikwára e cujos grupos, provavelmente muitos, foram quase todos dizimados pelas epidemias; os Nambikwára do Norte, que abrangem grupos na região dos rios Roosevelt, Tenente Marques, Piolho e Cabixi e que, tal como os Sabanê, sofreram bastante com doenças; e os Nambikwára do Sul, cujos dialetos se diferenciam muito pouco. Com a construção da BR-364 e a demarcação da Reserva Nambikwára, ambas na década de 1960, alguns desses grupos, principalmente os localizados no Vale do Guaporé, além de sofrerem com as doenças resultantes dos contatos mais intensificados com as populações não indígenas, foram transferidos forçadamente para uma área de cerrado, já habitada por outros grupos nambikwára. Como bem resume Costa (2009), o enorme território ocupado pelos nambikwára, em decorrência de ações demarcatórias efetuadas entre as décadas de 1960 e 1990, tornou-se fragmentado, e eles passaram então a viver em terras demarcadas.

Figura 3 - Localização das Terras Indígenas (TI) com povos nambikwára



No final da década de 1970, depois da demarcação de mais duas Terras Indígenas, os grupos sobreviventes do Vale do Guaporé voltaram às suas terras tradicionais. No entanto, em decorrência do patrimônio mineral e madeireiro da região, essas terras até hoje sofrem inúmeros impactos ambientais e socioculturais. Enquanto isso, os grupos nambikwára do cerrado, que abrangem aquele cuja língua é objeto de estudo deste trabalho, lidam hoje com o avanço desenfreado da agricultura industrial, principalmente daquela relacionada ao cultivo de soja, milho e algodão.

4.2.1 A família linguística

A família linguística Nambikwára é um isolado linguístico, isto é, não possui ligação genética com qualquer outra família linguística. Tradicionalmente, ela foi dividida em três grupos distintos, tríade proposta por Price and Cook (1969) e validada por estudiosos subsequentes, tal como Rodrigues (1986). Estudos como os de Telles (2002, 2013) e o de Eberhard (2009) apontam hoje para dois grupos linguísticos (o Nambikwára do Sul e o Nambikwára do Norte) e uma língua mais isolada, sem divisão dialetal (o Sabanê).

Quadro 1 - Família linguística Nambikwára

Nambikwára do Norte		Nambikwára do Sul				Sabanê
Grupo do Roosevelt	Grupo do Guaporé	Grupo do Cerrado		Grupo do Vale		
Latundê Lakondê Sowaintê Tawandê	Mamaindê Negarotê Tawendê	Campo	Manduca	Guaporé	Sararé	
		Sawentesú Halotesú Kithãulhú Wakalitesú	Hukuntésú Niyahlosú Nesú Siwaisú	Alantesú Waikisú Wasúsu Hahãintesú	Katitãulhú	

Fonte: Adaptado de Eberhard (2009) e Telles (2013).

A língua Sabanê, objeto de estudo do trabalho de Araújo (2004), é considerada a mais ininteligível para outros grupos nambikwára e possuía na época da coleta de dados desse pesquisador apenas três falantes nativos. As línguas do grupo Nambikwára do Norte são mutuamente inteligíveis (TELLES, 2002), e as que ainda apresentam falantes nativos são as etnias Lakondê, Latundê, Mamaindê e Negarotê, sendo consideradas extintas as línguas Sowaintê, Tawandê e Tawendê. O Latundê e o Lakondê foram objeto de estudo da tese de Telles (2002); o Mamaindê, dos trabalhos de Kingston (1976) e Eberhard (2009); e o Negarotê, da descrição fonológica de Braga (2017).

Quanto ao grupo Nambikwára do Sul, devido aos poucos estudos realizados e às diferentes designações que um único grupo pode ter, há uma inconsistência tanto do número de línguas que o constituem quanto da relação linguística entre elas. Os trabalhos de Kroeker (2001) e Lowe (1999) têm como objeto de estudo um aglomerado de línguas, dentre elas o Kithãulhú e o Wakalitesú. O Sararé foi alvo do trabalho não concluído de Borella (2003) e hoje é objeto da tese de doutorado da pesquisadora Marília Teixeira, do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI). Nesse grupo de pesquisa, além do trabalho de Neto (2018), estão sendo realizadas as pesquisas de doutorado de Paula Costa, também sobre a fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Kithãulhú e Wakalitesú), de Silvado Correia sobre o Kithãulhú e de Edney Melo sobre a gramática do Hahãintesú.

4.3 OS WAKALITESÚ

O nome *wakalitesú* significa *povo do jacaré* e deriva do fato de que o grupo com essa denominação vivia principalmente à margem direita do Rio Juruena, o único rio da região com uma área grande o suficiente para ser habitada por jacarés. Segundo Price (1972), os Wakalitesú eram um dos grupos nambikwára mais guerreiros, com histórico de desavenças com os Halotesú, que habitavam o vale do Rio Juína, e os Kithãulhú, à cabeceira do Rio Camararé. Para o antropólogo, foram provavelmente os Wakalitesú que atacaram Rondon (1947) em 1907, quase lhe tirando a vida.

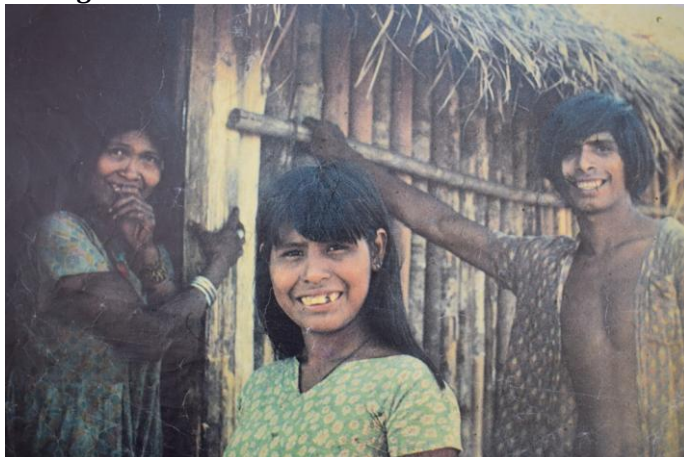
A partir dos contatos intensos com a população não índia no início do século XX, houve uma derrocada populacional dos Wakalitesú e dos Halotesú, fruto de doenças como gripe e sarampo, e os índios sobreviventes desses grupos passaram a viver juntos, deslocando-se, no final da década de 1940, para a região do Rio Sapezal, de onde passaram a estabelecer relações com seringueiros da região e se aproximaram da missão jesuítica no Utiariti (BUSATTO, 2003). Logo depois, outra grande epidemia de sarampo alcançou o grupo, e “os índios que eram quase cem estavam reduzidos a vinte e poucas pessoas” (MELLO, 1975 apud BUSATTO, 2003). De acordo com Busatto (2003), entre as décadas de 1960 e 1980, os índios wakalitesú e halotesú construíram e habitaram temporariamente várias aldeias, entre elas: uma perto da linha telegráfica, em um córrego chamado Sauiná; duas perto do Utiariti, nos córregos Mané do Mato e Tirecatinga; e outra em uma área denominada Buracão. Em 1989, com a Terra Indígena Tirecatinga já demarcada, passaram a viver na aldeia Três Jacu.

Figura 4 - Índio wakalitesú

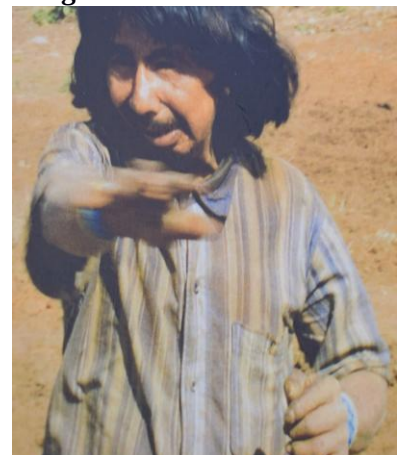
Fonte: Autor desconhecido

Figura 5 - Índios wakalitesú em roça tradicional

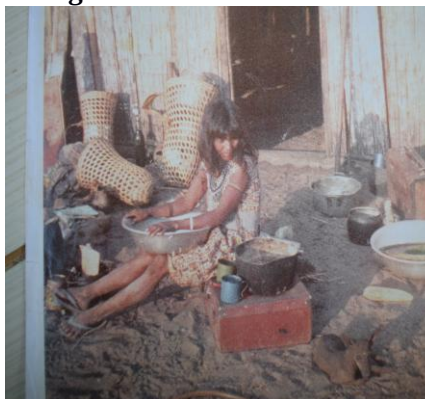
Fonte: Autor desconhecido

Figura 6 - Índios wakalitesú na aldeia Três Jacu

Fonte: Autor desconhecido

Figura 7 - Índio Valdemar

Fonte: Autor desconhecido

Figura 8 - Índia wakalitesú

Fonte: Autor desconhecido

Figura 9 - Índios wakalitesú na aldeia Três Jacu

Fonte: Autor desconhecido

4.3.1 Situação sociolinguística

A partir da década de 1990, novos personagens surgiram na história dos nambikwára, entre eles o envolvimento dos próprios indígenas na exploração de recursos naturais de suas terras, facilitando a entrada de garimpeiros, madeireiros e palmiteiros. Como dito anteriormente, essa invasão aconteceu de forma intensa no Vale do Guaporé, ocasionando uma migração dos nambikwára do cerrado, como os da aldeia Três Jacu, para aquela região (BUSATTO, 2003).

Em 1996, encontramos alguns Nambikwára da aldeia Três Jacu que nos relataram inúmeras histórias sobre o caos estabelecido no Vale do Guaporé. Eles estavam de volta à sua aldeia, mas estavam abalados social e economicamente. Muito jovens de Três Jacu haviam se casado com pessoas de outras aldeias nambikwára, por isso tinham desfalcado o grupo local. Como apenas duas famílias permaneceram na aldeia, havia pouquíssimas roças e as lideranças estavam enfraquecidas. (BUSATTO, 2003, p. 9).

Como bem mostra Busatto (2003), a demarcação das áreas indígenas na Chapada dos Parecis nas décadas de 1970 e 1980 trouxe inúmeras consequências para os povos tradicionais da região, tal como a liberação de grandes extensões de terras de ocupação historicamente indígena para uso agropecuário. Assim, apesar do retorno de muitos indígenas à aldeia Três Jacu, responsável por manter nela alguns aspectos socioculturais dos povos, a convivência com uma vizinhança cujo modelo econômico e cultural era antagônico ao dos indígenas resultou em perdas tanto culturais quanto linguísticas.

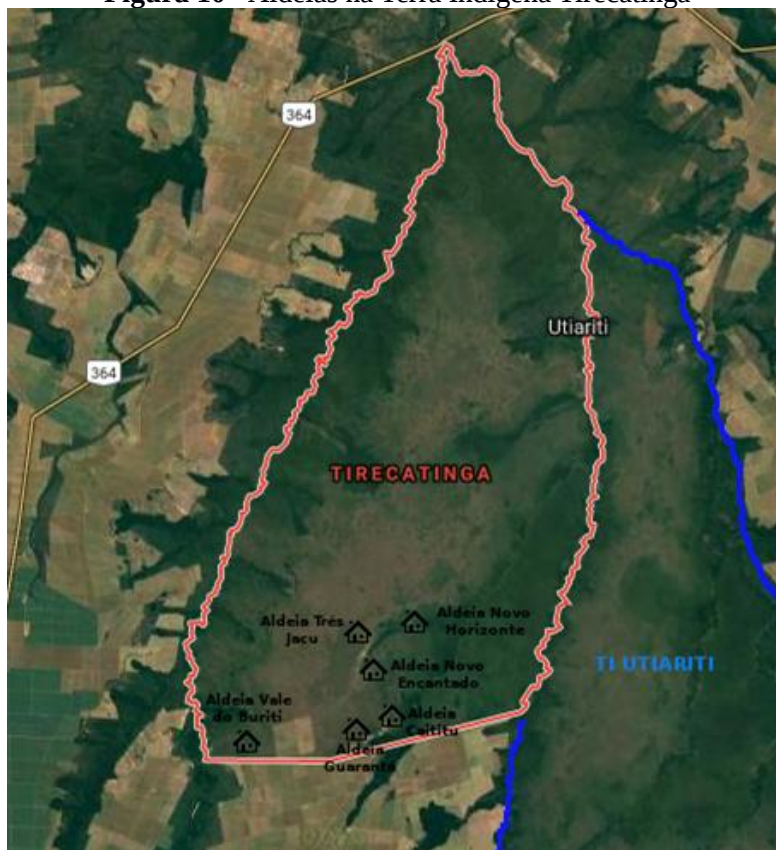
A agricultura implantada na região não só destruiu, portanto, a biodiversidade local, mas também trouxe a implantação de projetos junto aos índios que buscavam apresentar-lhes ideias e experimentos econômicos, culminando na firmação, entre 2004 e 2006, de contratos de parcerias com fazendeiros locais para coprodução de soja na Terra Indígena Tirecatanga. Além de servirem de mão de obra para as fazendas, os indígenas começaram a migrar do modelo de plantio tradicional para o do agronegócio, restando com isso poucas roças tradicionais e oficializando a abertura, cada vez maior na língua, de uma lavoura linguística do português, que parece se expandir na terra indígena tão rapidamente quanto as de soja na região.

Busatto (2003) revela que encontrou na aldeia Três Jacu uma população com 80 pessoas, em que crianças falavam a língua materna e rituais característicos dos povos eram cumpridos e celebrados. Durante a pesquisa de campo deste estudo, entre janeiro e abril de 2018, apesar do mesmo número de habitantes, não foi encontrada nenhuma criança falante da

língua materna, e, diferentemente do que observou o autor, o consumo de alimentos industrializados é bastante alto.

Na Terra Indígena Tirecatinga, existem atualmente seis aldeias: aldeia Caititu (com povos das etnias irantxe, alantesú, negarotê e wakalitesú), aldeia Guarantã (com indígenas terena e pareci), aldeia Novo Encantado (com índios halotesú, kithãulhú e poucos índios nambikwára), aldeia Novo Horizonte (com as etnias negarotê, wakalitesú e halotesú, além de alguns indígenas terena e pareci), aldeia Três Jacu (principalmente com índios wakalitesú, com a presença, apesar de pequena, de índios halotesú, negarotê, sabanê e alantesú, além de alguns índios irantxe e pareci) e aldeia Vale do Buriti (com índios sabanê, wakalitesú, kithãulhú e halotesú).

Figura 10 - Aldeias na Terra Indígena Tirecatinga



Na figura acima, além da localização das aldeias indígenas, é possível observar a destruição, por parte da agricultura industrial, da vegetação natural no entorno da Terra Indígena Tirecatinga e a lavoura, ao lado da aldeia Vale do Buriti, fruto de parcerias com fazendeiros locais.

Figura 11 - João Batista



Figura 12 - Índios wakalitesú

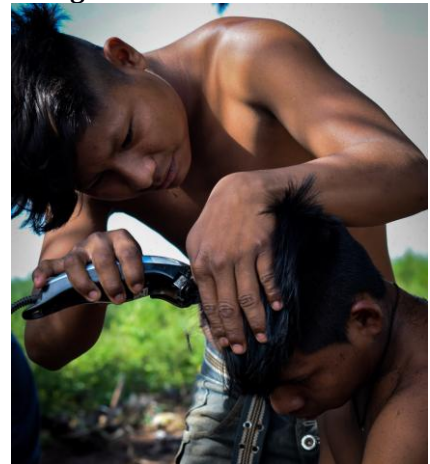


Figura 13 - Crianças wakalitesú em roça



Figura 14 - Lídio Nambikwára



Figura 15 - Aldeia Três Jacu



Figura 16 - Criança wakalitesú



5 A CATEGORIZAÇÃO E A LINGUAGEM

Quando os falantes do tupi antigo utilizavam a palavra *oby*, eles podiam estar se referindo tanto ao que no português chamamos de *azul* quanto ao que nomeamos como *verde*. Observada na comparação das línguas do mundo, a diversidade na forma de demarcar as cores foi compreendida de diferentes maneiras. Muitos estudiosos utilizaram-na como justificativa para apontar que a categorização, influenciada pela linguagem, possui um caráter meramente convencional, arbitrário, e, dessa forma, as categorias que observamos no mundo não estão objetivamente nele, mas são produtos de um sistema linguístico, de uma experiência de aprendizagem (TAYLOR, 1995).

De um ponto de vista divergente, tem-se a ideia de que a demarcação das cores é bastante influenciada por fatores não linguísticos e, assim, não é tão arbitrária como muitos estruturalistas defendiam. Como nos mostra Taylor (1995), pesquisas sobre a percepção de cores focais revelaram a importância de fenômenos cognitivos e ambientais na delimitação de tais categorias. Assim, a lógica que faz com que diferentes tonalidades sejam definidas apenas como *vermelho* pode, por exemplo, encobrir a fusão entre o azul e o verde, presente não só no tupi, mas em muitas outras línguas do mundo. Afinal, as cores surgem naturalmente como atributos de objetos, o que pode explicar a estabilização e união daquelas que na natureza pertencem a entidades cuja tonalidade referencial é bastante variável, como é o caso do azul do céu e o verde das folhas (TAYLOR, 1995).

Independentemente da divergência em compreender o ato de nomear as cores, ambas abordagens parecem concordar que a categorização exerce um papel fundamental não só no funcionamento da linguagem, mas da vida humana como um todo. Para Lakoff (1987), por exemplo, não existe nada mais na base das nossas ações, percepções, pensamentos e discursos do que o fenômeno de categorização humana: “O entendimento de como categorizamos é central para compreender como pensamos e funcionamos e, portanto, para entender o que nos torna humanos” (LAKOFF, 1987, p. 6, tradução nossa).

Neste capítulo, aprofundaremos a discussão sobre o fenômeno de categorização, explanando suas bases filosóficas e seu papel no funcionamento da linguagem e, também, da investigação científica, principalmente na que perpassa a tradição linguística. Por fim, faremos uma breve explanação sobre o fenômeno de categorização nominal, dando especial atenção aos classificadores.

5.1 A ORDEM DAS COISAS

Em um conto intitulado *O idioma analítico de John Wilkins*, Borges (1999) nos apresenta uma enciclopédia chinesa na qual os animais do mundo se dividem em doze categorias nada convencionais, nas quais se incluem, por exemplo, os “embalsamados”, os “adestrados”, os “que se agitam como loucos”, os que “acabam de quebrar a bilha” e “*et cetera*”. Apesar de ficcional, o conto do escritor argentino traz à tona uma questão que perpassa a filosofia e a ciência ocidental há bastante tempo: em que base lógica se constroem as categorizações humanas? Afinal, como conclui o narrador do conto, não sabemos o que é o universo, e, portanto, não há assim classificação deste que não seja arbitrária e conjectural (BORGES, 1999).

Para Foucault (2002), o texto de Borges cria um embaraço que se aproxima do mal-estar da afasia, de quem perdeu “o comum do lugar e do nome”, e direciona os leitores “a um pensamento sem espaço, a palavras e categorias sem tempo nem lugar” (p. XIV). Segundo o filósofo francês, não há classificação real do mundo que não surja de uma ordem, a qual constitui um domínio espontâneo sobre o qual, por meio do olhar, da atenção e da linguagem, se fundamentam as culturas e as teorias: “A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras” (p. XVI). Assim, para ele, a questão do conhecimento e a da linguagem sucedem à “experiência nua da ordem”, “à ordem muda”, àquilo que nos permite construir vizinhanças na diversidade.

Quando instauramos uma classificação refletida, quando dizemos que o gato e o cão se parecem menos que dois galgos, mesmo se ambos estão adestrados ou embalsamados, mesmo se os dois correm como loucos e mesmo se acabam de quebrar a bilha, qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? (FOUCAULT, 2002, p. XV).

O autor francês busca entender, portanto, o solo a partir do qual os “códigos ordenadores [de uma cultura] e as reflexões sobre a ordem” (p. XVIII) se tornam possíveis, isto é, o espaço em que se constituíram discursos, ideias, filosofias e ciências. Para ele, esse campo epistemológico⁶ varia historicamente e é responsável por delimitar as condições nas quais os conhecimentos humanos se tornam possíveis. Apesar das semelhanças do conceito de

⁶ Para Foucault, a *epistémê* “define as condições de possibilidade de todo saber, tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática” (FOUCAULT, 2002, p. 230).

episteme com o de *paradigma*, é válido pontuar que para Kuhn (1962) o paradigma refere-se ao conjunto de percepções, técnicas e valores que orientam as realizações científicas, enquanto que o conceito foucaultiano descreve um aparato mais da inconsciência e que, dessa forma, precede o paradigma e não envolve apenas o discurso científico. A *episteme* é o conjunto de suposições que são responsáveis, por exemplo, por tornar “afásica” a classificação da ficcional enciclopédia chinesa.

Segundo Foucault (2002), houve duas grandes descontinuidades no campo epistemológico da cultura ocidental. Para ele, até o final do século XVI, a noção de semelhança ditou os caminhos do saber, ou seja, “foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las” (p. 23). Conhecer era, então, descobrir semelhanças entre as coisas. E as analogias, simpatias, emulações e conveniências delineavam a forma como o mundo deveria se organizar para que as coisas pudessem se assemelhar. Assim, uma planta cujas sementes tinham o formato de pequenos globos escuros envoltos por uma película branca possuía, por analogia e simpatia, uma afinidade com a cura das doenças dos olhos, da mesma maneira que o movimento dos planetas no céu se conectava às aventuras das pessoas na terra.

Nessa *episteme*, a linguagem, entendida também como um fenômeno da natureza, possuía seus elementos regidos pelas leis das semelhanças, e dessa forma seus signos não eram arbitrários, mas participavam diretamente da essência das coisas: “Os nomes eram depositados sobre aquilo que designavam, assim como a força está escrita no corpo do leão, a realeza no olhar da águia, como a influência dos planetas está marcada na fronte dos homens: pela forma da similitude” (FOUCAULT, 2002, p. 49). Apesar de a transparência das palavras ter sido destruída em Babel, para punição da humanidade, a linguagem continuou a ser o lugar “onde a verdade, ao mesmo tempo, se manifesta e se enuncia” (p. 50) e onde se deve buscar sua função simbólica, isto é, “na existência mesma da linguagem, na sua relação total com a totalidade do mundo, no entrecruzamento de seu espaço com os lugares e as figuras do cosmos” (p. 52).

Embora essa *episteme* nunca tenha deixado de servir como modelo de ordem, ela sofreu um processo de erosão, e no começo do século XVII o pensamento ocidental começou a se mover a partir de um outro elemento. A semelhança deixou de ser o lugar do saber para ser a ocasião do erro, e a comparação entre as coisas do mundo começou a ser feita em termos da identidade e da diferença (FOUCAULT, 2002).

Se antes o conhecimento era misturado e sem regra, “onde todas as coisas do mundo se podiam aproximar ao acaso das experiências, das tradições ou das credulidades”

(FOUCAULT, 2002, p. 70), com a crítica cartesiana ele começa a ser moldado pela medida e pela ordem, de tal forma que “a comparação não tem mais como papel revelar a ordenação do mundo; ela se faz segundo a ordem do pensamento e indo naturalmente do simples ao complexo” (p. 74). Com essa nova episteme, que Foucault (2002) chama de *racionalismo* e que marca o que para o filósofo é a idade clássica, as relações entre as coisas foram pensadas sob as formas da ordem e da medida.

A atividade do espírito [...] não mais consistirá, pois, em *aproximar* as coisas entre si, em partir em busca de tudo o que nelas possa revelar como que um parentesco, uma atração ou uma natureza secretamente partilhada, mas ao contrário, em *discernir*: isto é, em estabelecer as identidades, depois a necessidade da passagem a todos os graus que delas se afastam. Nesse sentido, o discernimento impõe à comparação a busca primeira e fundamental da diferença: obter pela intuição uma representação distinta das coisas e apreender claramente a passagem necessária de um elemento da série àquele que se lhe sucede imediatamente. (FOUCAULT, 2002, p. 76).

É bom pontuar que, para Foucault (2002), toda a base da episteme clássica não tinha a ver necessariamente com a proposta do mecanicismo ou com a matematização do empírico, mas, sim, com a relação com a ciência universal da medida e da ordem, chamada de *máthêsis*, que se mantém inalterada até o final do século XVIII e que oferece a possibilidade de construir entre as coisas, até mesmo aquelas não mensuráveis, uma sucessão ordenada⁷. E o instrumento utilizado para a análise, considerada o método universal e responsável por colocar o mundo em ordem, é o sistema de signos, que, em vez de manifestar um conteúdo anterior ao conhecimento, oferecerá um espaço representacional às formas do conhecimento.

Segundo Foucault (2002), enquanto no século XVI a semelhança era “a relação fundamental do ser consigo mesmo e a dobradura do mundo”, na idade clássica ela é a moldura onde a relação da ordem é estabelecida. Assim, é pela similitude que a representação pode ser conhecida, ou seja, é pela imaginação (afinal, sem ela não haveria semelhança) que a representação é “comparada com as que podem ser similares, analisada em elementos (em elementos que lhe são comuns com outras representações), combinada com as que podem apresentar identidades parciais e distribuídas finalmente num quadro ordenado” (FOUCAULT, 2002, p. 94).

É válido pontuar que, segundo Foucault (2002), a razão de as noções de natureza e de natureza humana terem recebido destaque na idade clássica está relacionada com o fato de

⁷ Para Foucault (2002), no processo de ordenação das naturezas simples, recorre-se ao método universal da álgebra. Já quando se trata de naturezas complexas, isto é, das “representações em geral, tais como são dadas na experiência”, é necessário a criação, por meio de um sistema de signos, de uma taxinomia.

que esses conceitos permitiram, na configuração geral da episteme, “o ajustamento da semelhança e da imaginação, que funda e torna possíveis todas as ciências empíricas da ordem” (p. 98). Afinal, segundo o filósofo francês, na episteme clássica a natureza é responsável pela desordem, pela diferença, enquanto que a natureza humana faz aparecer o semelhante na cadeia desordenada das representações. Os dois conceitos, então, se tornaram interdependentes.

No contexto clássico, a linguagem, com o poder de representar, não era exterior ao pensamento, mas, sim, era “análise do pensamento: não simples repartição, mas instauração profunda da ordem no espaço” (p. 114). Como uma das consequências desse caráter representacional da linguagem, que marca a episteme clássica, tem-se o entrecruzamento entre linguagem e conhecimento: “Em sua forma mais geral, conhecer e falar consistem primeiramente em analisar a simultaneidade da representação, em distinguir-lhe os elementos, em estabelecer as relações que os combinam, as sucessões possíveis segundo as quais podemos desenvolvê-los” (FOUCAULT, 2002, p. 120).

Para Foucault (2002), a segunda descontinuidade no campo epistemológico da cultura ocidental se deu no final do século XVIII e dá início ao período moderno. Segundo ele, a disposição do saber deixa de estar ligada à análise das representações e incorpora a estas a historicidade, o condicionamento e a finitude. Assim, a episteme moderna, representada nos preceitos da filosofia transcendental kantiana, questiona a possibilidade da representação. Enquanto a “ordem clássica distribuía num espaço permanente as identidades e as diferenças não quantitativas que separavam e uniam as coisas” (p. 299), durante a episteme moderna o saber não mais se desenvolveu dentro de uma moldura unificada e unificadora de uma ciência universal da ordem, mas se configurou numa consciência epistemológica da presença do homem como sujeito e objeto do saber.

Apesar de os estudos foucaultianos sobre a linguagem e o conhecimento pedirem claramente um maior aprofundamento do que o que lhes demos até aqui, acreditamos que a explanação realizada já é suficiente para mostrar como os sistemas de categorização e as reflexões sobre os sistemas são influenciados, segundo o filósofo francês, pelo espaço epistemológico que os torna possíveis. Muito mais do que por enriquecer e respaldar as discussões realizadas no primeiro capítulo deste trabalho, as reflexões foucaultianas nos parecem imprescindíveis por também trazer à tona questões que não necessariamente buscaremos responder, mas que estão na base da nossa investigação, tal como aquela relacionada ao liame entre a linguagem e o conhecimento humano. Em outras palavras, se, como acredita Foucault (2002), o conhecimento humano surge e imprime características de

um determinado solo epistemológico, este mesmo solo também poderia marcar na estrutura de uma língua características que revelam a maneira como seus falantes veem o mundo? A essa questão, que se assemelha à da divergência teórica na compreensão do fenômeno de categorização das cores e que tem em seu cerne a discussão sobre a natureza das categorizações linguísticas, parece não haver resposta simples.

Os estudos sobre a categorização humana, tanto na filosofia quanto na linguística, como veremos a seguir, são permeados por escolhas que consciente ou inconscientemente estamparam e estampam nos objetos analisados as suas próprias bases investigativas. Dessa forma, desde a formulação das gramáticas das línguas do mundo até os estudos recentes da semântica cognitiva, as propriedades e categorias assumidas refletem modelos epistemológicos, os quais, é importante pontuar, apenas por serem possíveis já se fazem e se mostram válidos.

5.2 CONHECER É CATEGORIZAR?

Na teoria foucaultiana, talvez o fenômeno de categorização, tal como descrito nas ciências cognitivas, localize-se na base dos mecanismos a partir dos quais, segundo o filósofo francês, o domínio espontâneo da ordem fundamenta as culturas e teorias. Afinal, nas ciências cognitivas, o ato de classificar objetos e eventos do mundo é entendido como uma operação mental. Como mostra Harnad (2005), a categorização é uma interação sistemática, entre os organismos e o mundo, que tem o papel fundamental de diferenciar as coisas. Assim, para o autor, todas as categorias consistem em maneiras diferentes pelas quais interagimos com variados tipos de coisas, e dessa forma a categorização está intimamente ligada à aprendizagem.

Boa parte dos estudos sobre categorização tem como objetivo principal a compreensão de como as pessoas categorizam o mundo ao redor. Por muito tempo, como mostra Lakoff (1987), a categorização era compreendida a partir do senso comum de que as entidades são categorizadas juntas pelas propriedades que elas têm em comum. Apesar de não ser completamente descartada, essa teoria vem sendo debatida e complexificada por inúmeros estudiosos, de diversas áreas, principalmente por aqueles ligados à teoria dos protótipos.

5.2.1 O modelo clássico

Para Lakoff (1987), a teoria clássica⁸ sobre categorização até recentemente não era sequer uma teoria, isto é, ela não era entendida como uma hipótese empírica, mas como pura verdade. Surgida com Aristóteles, essa teoria afirma que as categorias do mundo apresentam limites claros e os elementos que as constituem apresentam propriedades em comum, que lhes são definidoras.

Para Aristóteles, existe uma clara distinção entre a essência de algo e o seu acidente, isto é, entre as características próprias que marcam as entidades e aquelas sem as quais estas não deixariam de ser o que são. Em um exemplo clássico, Aristóteles afirma que a essência de uma pessoa está em ela ser um animal de duas patas, e não no fato de ela ser branca, por exemplo (LAKOFF, 1987; TAYLOR, 1995). Os acidentes são, portanto, características que podem ser verdadeiras para uma determinada entidade, mas que não são suficientes para determinar se ela é ou não de uma categoria.

Segundo Taylor (1995), a teoria clássica da categorização apresenta em sua essência algumas hipóteses: a de que as categorias são definidas pela combinação de características necessárias e suficientes; a de que essas características são binárias, ou seja, uma entidade as possui ou não; a de que as categorias possuem limites claros e assim dividem o mundo entre os membros que se incluem e os que não se incluem nelas; e, por fim, a de que todos os membros de uma categoria possuem o mesmo status, e, dessa forma, não existe uma entidade que seja um melhor exemplo dessa categoria.

Diferentemente de muitos conhecimentos humanos, que, como observa Foucault (2002), deixaram a partir do final do século XVI de se organizar em torno da noção da semelhança, a compreensão sobre o fenômeno de categorização parece não ter sido afetada, pelo menos não no período apontado, pelas mudanças epistemológicas trazidas com o racionalismo.

Para Taylor (1995), existem muitos fatores que explicam a persistência da teoria aristotélica na base não só das pesquisas científicas como também na do senso comum. Para ele, além da educação formal, que influenciou os indivíduos a refletirem sobre os membros de uma categoria a partir de definições técnicas, a Bíblia exerceu um papel fundamental nesse processo, já que ela defende que as espécies são entidades fixas criadas por Deus, o qual,

⁸ Aqui, tal como em Taylor (1995), chamaremos essa teoria de *clássica* não só porque ela remete à antiguidade grega, mas também porque ela dominou a maioria dos estudos científicos até o século XX.

depois de criar os seres de acordo com suas espécies, os levou a Adão para que este os nomeasse.

No entanto, como dito anteriormente, a teoria de que as categorias são definidas pelas propriedades em comum começou a ser questionada a partir do século XX. E o primeiro questionamento é normalmente atribuído a Wittgenstein (2004).

5.2.2 Semelhanças de família

Em um trecho de *Investigações filosóficas*, Wittgenstein (2004) reflete sobre a classe chamada de *jogo*. Para o filósofo, os vários membros dessa categoria não compartilham um conjunto de características a partir do qual se pode distinguir aquilo que é do que não é um jogo. Diferentemente então do que a teoria clássica anunciava, para Wittgenstein (2004) a categoria *jogo* não apresenta limites claros, e todos os elementos que a constituem não possuem propriedades em comum. Um jogo de dama, por exemplo, não tem as mesmas propriedades de um jogo de loteria. Ainda assim, ambos são classificados como jogos.

A partir dessas observações, Wittgenstein (2004) constrói o conceito de *semelhanças de família*, que utiliza para encobrir as similaridades das entidades de uma determinada categoria. Para o filósofo, assim como os membros de uma família, os jogos não se aproximam por compartilharem todos o mesmo conjunto de características, mas por se estruturarem a partir do que ele chama de “uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam: semelhanças ora em grande ora em pequena escala” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 41, tradução nossa).

Wittgenstein (2004) também aponta que as fronteiras de uma categoria podem ser estendidas para abarcar novos elementos. Para exemplificar, ele mostra que a categoria *número* não tem um limite naturalmente definido e que pode, tal como aconteceu historicamente, ser limitada ou estendida a partir de um propósito específico.

Para Lakoff (1987), há uma clara relação entre as observações de Wittgenstein e as do filósofo britânico J. L. Austin, que buscou responder por que as pessoas naturalmente usam a mesma palavra para diferentes coisas, com diferentes sentidos. Para Austin, há um pequeno número de mecanismos, tal como a metonímia, que torna a relação entre os sentidos psicologicamente real, em vez de arbitrária, e que refere-se há princípios que tornam coerentes o agrupamento em uma única palavra (LAKOFF, 1987). Segundo Lakoff (1987), Austin, assim como Wittgenstein, aponta para as lacunas da teoria clássica de categorização e expande para as palavras as reflexões que o filósofo austríaco tinha desenvolvido para as

categorias conceituais. Ambos, dessa forma, contribuem de forma contundente para a então chamada *teoria dos protótipos*.

5.2.3 Teoria dos protótipos

Como dito anteriormente, a teoria dos protótipos se constrói a partir de contribuições de pesquisadores de diversas áreas, os quais despertaram para a ineficácia da teoria clássica em descrever todos os fenômenos que envolvem a categorização humana. No entanto, foi Eleanor Rosch quem desenvolveu uma perspectiva geral sobre os problemas e, juntamente com outros pesquisadores, publicou vários estudos empíricos que não só desafiavam a visão clássica como também estabeleciam a categorização como um subcampo da psicologia cognitiva (LAKOFF, 1987). Como bem resume Lakoff (1987), as contribuições de Rosch e seus associados podem ser divididas em duas partes: nos estudos sobre os efeitos de protótipo e naqueles sobre os efeitos de nível básico.

Aprofundando os trabalhos dos antropólogos Brent Berlin e Paul Key sobre cores focais, Rosch desenvolve o que chama de *efeitos de protótipo*. Para a autora, as cores focais representam pontos referenciais cognitivos (protótipos) que comprovam assimetrias entre os membros de uma categoria e a existência de entidades mais representativas. Esses pontos referenciais, por sua vez, exercem um papel fundamental na delimitação das cores. Os efeitos de protótipo, por meio de experimentos, foram expandidos para outras categorias conceituais e demonstram, para muitos pesquisadores, a ineficácia da teoria clássica em compreender todos os fenômenos de categorização. Segundo essas reflexões, um jogo de dama seria mais representativo da categoria do que um jogo de loteria, por exemplo.

Já as reflexões sobre os efeitos de nível básico abarcam a ideia de que o conhecimento humano é organizado principalmente a partir de níveis mais inteligíveis e conceitualizáveis do que outros. Para muitos estudiosos, como Rosch (apud Lakoff, 1987), esses níveis mais inteligíveis são aqueles que abarcam as partes da relação parte-todo, as quais são organizadas a partir da sua função no todo e refletem, assim, a forma como as pessoas compreendem, imaginam e interagem com os objetos. Nessa compreensão, categorias como *jogo* e *anfíbio* fazem parte de um nível de ordenação menos inteligível que aqueles que incluem *xadrez* e *sapo*, respectivamente.

As implicações da teoria dos protótipos no entendimento do fenômeno de categorização foram várias. Como mostra Lakoff (1987), a teoria dos protótipos não só influenciou os estudos sobre as estruturas conceituais gerais como também aqueles sobre as

estruturas linguísticas. Afinal, na abordagem das ciências cognitivas, as estruturas linguísticas utilizam-se de aparatos cognitivos, tal como a categorização, e, dessa forma, são tipos de categorias cognitivas (LAKOFF, 1987).

Fazendo uma conexão com as considerações de Foucault (2002), a teoria dos protótipos parece refletir tardiamente as mudanças epistemológicas do racionalismo, e assim a semelhança deixa de ser compreendida por limites claros, e sim por fronteiras mais difusas.

5.3 A CATEGORIZAÇÃO LINGUÍSTICA

A categorização linguística, para Taylor (1995), está relacionada à forma como os povos, por meio da linguagem, caracterizam o mundo ao redor. Segundo o autor, a linguística está conectada com a categorização em dois níveis: o primeiro envolve o fato de que os linguistas, assim como qualquer outro pesquisador, precisam de categorias para descrever os objetos estudados; e o segundo diz respeito à situação de que esses objetos não só constituem categorias em si mesmos como também representam categorias.

É nesse sentido que Labov (2004) afirma que, se a linguística pode ser resumida, ela deveria ser compreendida como o estudo de categorias: “isto é, o estudo sobre como a língua traduz significado em som através da categorização da realidade em unidades discretas e em conjuntos de unidades” (p. 68, tradução nossa). Para o linguista americano, o fenômeno de categorização é tão fundamental na linguística que as propriedades das categorias são muito mais assumidas do que estudadas (LABOV, 2004).

Influenciadas pela visão clássica, as estruturas linguísticas foram por muito tempo estudadas a partir de um conjunto de considerações que, apesar de expandidas, continuaram em sua essência as mesmas das do modelo aristotélico e que foram de uma indiscutível fertilidade para a área, particularmente para os estudos fonológicos, sintáticos e semânticos. Para Taylor (1995), a fonologia não só abarcou o modelo clássico de uma forma bastante frutífera, como também foi nela em que os maiores avanços sobre a natureza das propriedades das categorias aconteceram.

Uma das principais considerações na fonologia diz respeito à possibilidade de se segmentar a fala em uma sequência linear de sons e, portanto, de se construir para uma determinada língua um inventário finito de unidades fonológicas às quais esse sons podem ser atribuídos (TAYLOR, 1995). Como bem mostra Taylor (1995), com os estudos fonológicos, principalmente depois do gerativismo, foram atribuídas, às propriedades dos segmentos fonológicos, características que não eram abarcadas pelo modelo clássico. Assim, além de

primitivas, isto é, além dos constituintes finais das categorias, as propriedades passaram a ser entendidas como universais, abstratas e inatas.

As categorias sintáticas e semânticas também foram entendidas como as fonológicas, isto é, a partir de propriedades binárias, primitivas, universais, abstratas e inatas. Como aponta Taylor (1995), não é à toa que Chomsky inicia seus estudos sobre as propriedades sintáticas a partir de um breve relato sobre as propriedades das categorias na fonologia.

Para Labov (2004), por trás dos estudos do século XX sobre as estruturas linguísticas, há as pressuposições de que as categorias são: discretas, isto é, que “são separadas umas das outras por claras descontinuidades na forma ou na função” (p. 68); invariáveis nas suas ocorrências; qualitativamente distintas, e assim as unidades são compreendidas como completamente diferentes umas das outras; definidas conjuntamente, ou seja, há em cada categoria um conjunto de características essenciais que a definem, as quais existem em oposição a outras características não necessárias; e compostas por constituintes primários, por partes que não podem ser subdivididas.

Como bem resume Lakoff (1987), a teoria clássica da categorização respalda a ideia mais amplamente aceita de que a linguagem é um sistema formal separado e independente da cognição humana. Para o linguista cognitivista americano, que é contrário a essa teoria e que defende, portanto, que a linguagem faz uso do aparato cognitivo, as categorias linguísticas são do mesmo tipo das categorias do nosso sistema conceitual, e, assim, o estudo daquelas pode contribuir para o entendimento geral de como estas funcionam. Para Lakoff (1987), os inúmeros trabalhos sobre os efeitos de protótipo e de nível básico nas categorias linguísticas, sejam elas fonológicas, morfológicas, sintáticas ou lexicais, comprovam a conexão da linguagem com os mecanismos gerais da cognição.

Além da linguística cognitiva, que como vimos tem se dedicado a rejeitar, mesmo que não completamente, o modelo aristotélico e a construir estudos que têm como base a existência de protótipos e de níveis de categorização, os estudos tipológico-funcionais também se baseiam no conceito de protótipo e possuem, assim, uma abordagem mais flexível das categorias.

No entanto, é válido perceber que, tanto no modelo clássico quanto na teoria dos protótipos, as categorias são observadas a partir de fronteiras, as quais são compreendidas como nítidas no primeiro caso e como difusas no segundo. Afinal, como mostra Cruse (apud RIJKHOFF, LIER, 2013), sem fronteira uma categoria é essencialmente inútil. Segundo Rijkhoff e Lier (2013), os dois modelos teóricos enfrentam o mesmo problema, isto é, o de entender as entidades que parecem não se encaixar dentro das fronteiras de categorias

existentes. Para os autores, essa questão pode se estruturar a partir de duas causas: a de uma entidade possuir propriedades que são características definidoras de duas ou mais categorias; ou a de uma entidade possuir propriedades que não são características de alguma categoria existente. Exemplificadas a partir das línguas flexíveis, isto é, de línguas cujas formas lexicais não se encaixam completamente na divisão tradicional das classes de palavras, essas lacunas normalmente são preenchidas na linguística, assim como em outras ciências, pela classificação das entidades como membros ou de uma nova categoria ou de uma categoria neutra (RIJKHOFF, LIER, 2013).

No que se refere à inserção em novas categorias, por exemplo, propostas como a de Hengeveld (2013) buscam ampliar, com as informações das línguas flexíveis, a teoria linguística tradicional sobre a classificação de palavras, que é claramente baseada nas línguas europeias e que não consegue abarcar os recentes estudos sobre as línguas minoritárias do mundo. Para o autor, a distinção entre classes de palavras deve ser entendida muito mais em termos de tendências do que em termos absolutos. Ao estudar as classes lexicais (verbo, substantivo, adjetivo e advérbio), ou seja, palavras com um conteúdo semântico bem definido e que tradicionalmente estão relacionadas às classes abertas, em que a quantidade de palavras não é fixa, Hengeveld (2013) aponta que, a depender da flexibilidade do sistema de partes do discurso (*PoS*), as palavras podem ser classificadas como predicativas, não verbais ou modificadoras.

Qualquer classificação tem em sua base o pressuposto de que os membros das categorias apresentam de alguma forma propriedades semelhantes. Assim, novas categorias, como *palavras não verbais*, que cobre o que a classificação tradicional chama de *substantivos* ou *nomes*, surgem para abarcar o máximo possível as diferenças e flexibilidades existentes nas línguas do mundo. Como buscamos apontar até aqui, a maneira como os linguistas apreendem as línguas do mundo está estritamente relacionada ao fenômeno geral da categorização humana, isto é, à forma como percebemos e dividimos o mundo por meio de conceitos, utilizando-se para isso de expressões linguísticas.

Para Senft (2000), uma das questões básicas no estudo da linguagem humana está relacionada à maneira como o mundo é representado na e por meio da língua e como esta se refere a esse mundo percebido. Afinal, para o autor, “não apenas observamos o mundo, como também desenvolvemos conceitos sobre o que percebemos e criamos expressões linguísticas para se referir e representar esses conceitos” (SENFT, 2000, p. 12, tradução nossa). Entre essas expressões, para efeito de estudo, aprofundaremos-nos naquelas que os linguistas classificam como *nomes*, ou *substantivos*.

5.3.1 A categorização nominal

A delimitação da categoria *nome*, assim como várias outras categorias, apresenta-se como uma tarefa nada fácil para a linguística. Como já mostrado, a existência de línguas que quebram com as fronteiras estabelecidas, sejam elas morfológicas, sintáticas ou semânticas, ampliou e complexificou a discussão sobre as classes de palavras. No entanto, apesar de não ter uma definição consensual entre os linguistas, a categoria nominal parece servir na compreensão de muitas línguas do mundo e, neste trabalho, servirá para apontar, tal como em Hengeveld (2013), os termos que funcionam como núcleos de frases referenciais, diferentemente dos verbos, que funcionam como núcleos de frases predicativas.

Como mostra Talmy (apud SENFT, 2000), as línguas normalmente subcategorizam seus nomes a partir de vários parâmetros, sejam eles inerentes ou não aos objetos. Dessa forma, quase todas as línguas do mundo apresentam, associadas aos nomes, formas gramaticais, lexicais ou léxico-gramaticais que atribuem a estes características como alienabilidade, definitude, especificidade, animacidade, gênero, número e até mesmo função sintática (o caso gramatical, por exemplo). Aqui, chamaremos de *categorização nominal* esse sistema geral de classificação dos nomes.

Segundo Senft (2007), o fato de os sistemas de categorização serem aplicados mais comumente às frases nominais, mais do que a qualquer outro constituinte sintático, é explicado de forma convincente por Greenberg (apud SENFT, 2007). Para o famoso linguista norte-americano, pioneiro nos estudos tipológicos, isso acontece porque os nomes, diferentemente das ações e dos estados temporários, são entidades discursivas contínuas e, por isso, necessitam constantemente de técnicas referenciais de identificação. E nesse contexto a “classificação ajuda a restringir o número de identidades possíveis [de um nome]” (GREENBERG apud SENFT, 2007, p. 678, tradução nossa).

Os sistemas de categorização nominal foram e são objetos de estudo de muitos pesquisadores. Afinal, como observado, as línguas do mundo apresentam uma enorme variedade desses sistemas. No entanto, alguns deles, devido ao seu caráter distintivo, começaram a ganhar destaque na literatura tipológica a partir da segunda metade do século XX, por autores como Allan (1977), Craig (1986), Payne (1977), Aikhenvald (2000) e Grinevald (2000). Agrupados comumente pelo termo *classificadores*, esses sistemas se referem a uma ampla variedade de técnicas formais de categorização, as quais são importantes para compreender a maneira como algumas línguas concebem noções semânticas como, por exemplo, tamanho e saliência.

É válido destacar que os estudos sobre esses sistemas são marcados por um conjunto de termos ambíguos e intercambiáveis. Para Aikhenvald (2000), por exemplo, a categorização nas línguas do mundo acontece de sete maneiras (classes nominais, classificadores nominais, classificadores numerais, classificadores em construções possessivas, classificadores verbais, classificadores locativos e classificadores dêíticos), sendo estas distinguidas, para o autor, por seu estatuto gramatical, grau de gramaticalização, suas condições de utilização, seu propósito, seus tipos de origem, seu modo de aquisição e suas tendências para perda. Já em Grinevald (2000), *sistemas de classificação* é um termo mais geral que abarca três diferentes tipos de fenômenos: os variados tipos de classificadores, o fenômeno mais gramaticalizado de classe nominal (que inclui os sistemas de gêneros) e os termos mais lexicais de classe e medida. Para essa autora, os classificadores, portanto, são apenas um tipo de sistema de classificação nominal e não devem ser estudados separadamente, “por causa da sobreposição semântica e morfossintática que existe entre os variados sistemas” (GRINEVALD, 2000, p. 53, tradução nossa).

Neste trabalho, chamaremos de *categorização nominal* o conjunto geral de técnicas de classificação dos nomes, que pode incluir tanto as construções possessivas e os casos gramaticais quanto os fenômenos chamados por Grinevald (2000) de *sistemas de classificação*, que abarca os classificadores.

Os classificadores, diferentemente das classes nominais e dos termos de medida, não estão presentes na maioria das línguas indo-europeias e destacam-se, segundo Gruyter (2004), por seus aspectos semânticos, pela extensão de seu inventário, por seu status morfossintático e também por seu aspecto pragmático. Para Allan (1977), os classificadores, por meio de morfemas específicos, denotam características salientes percebidas ou inerentes às entidades a que os substantivos se referem. Encontrados em diferentes famílias linguísticas do mundo e também em algumas línguas de sinais, como a Língua Americana de Sinal (ASL) e os hieróglifos egípcios, os classificadores se baseiam em princípios semânticos para ordenar objetos, seres, conceitos, ações e eventos do mundo (SENF, 2007).

Por questões morfossintáticas, os classificadores são comumente divididos em: classificadores numerais, abrangendo aqueles que se conectam aos numerais; classificadores nominais, que se realizam em frases nominais como morfemas livres, próximos dos nomes ou ao redor da frase com outros determinantes; classificadores genitivos, referindo-se aos morfemas que são usados em construções possessivas; e classificadores verbais, que, ao contrário de todos os outros classificadores, são encontrados presos às frases verbais. Além

destes, há também na literatura tipológica referências aos classificadores dêíticos e aos classificadores locativos (GRINEVALD, 2000; SENFT, 2007; AIKHENVALD, 2000).

Como mostra Senft (2007), há muitas questões abertas relacionadas aos sistemas de categorização dos nomes. Para o autor, apesar de terem em comum uma função linguística referencial, não se sabe muito bem, por exemplo, como esses sistemas interagem entre si. Além disso, Senft (2007) mostra os problemas de se estudar e descrever os classificadores a partir de domínios semânticos estáticos, que, “embora sejam apenas o resultado de nossas classificações pré-analíticas, nós os tratamos como se eles realmente fossem ser encontrados na língua” (SENFT, 2007, p. 687-688, tradução nossa).

Se realmente quisermos ter uma ideia melhor sobre como esses sistemas e suas dinâmicas funcionam, acho que análises mais complexas são necessárias. Quando soubermos algo (mais) sobre as várias funções desses sistemas, poderemos encontrar respostas para as seguintes perguntas: O que um classificador realmente faz em relação ao sistema linguístico de uma língua? O que um classificador exprime? [...] Por mais que a função básica de um classificador seja classificar, o que os classificadores realmente classificam — referentes extralinguísticos (isto é, seres, objetos, estados, ações, etc.) ou a categoria intralinguística *nome*? (SENFT, 2007, p. 688, tradução nossa).

Ora, é fácil a percepção da influência do solo epistemológico clássico nas descrições e nos estudos dos sistemas de categorização, como no caso dos classificadores. Esse campo epistemológico, que, para Foucault (2002), buscou distribuir em um espaço permanente as identidades e diferenças que separam e unem as coisas, ainda permanece como o principal solo de investigação das pesquisas linguísticas, nas quais as categorias são utilizadas como instrumentos de discernimento, ou seja, como ferramentas essenciais no estabelecimento de identidades. No entanto, como buscamos apontar desde o início deste trabalho, acreditamos que essas categorias precisam ser muito mais questionadas e complexificadas do que assumidas. Afinal, elas surgem como reflexo de um campo epistemológico e, portanto, não são absolutas.

Por outro lado, por concordamos com Lakoff (1987) com o fato de que não existe nada mais na base das atividades humanas do que o fenômeno de categorização e, assim, não há como se conceituar ou descrever qualquer fenômeno sem se recorrer ao uso de categorias, acreditamos que os estudos científicos não devem abandonar — já que isso seria impossível — as escolhas, conscientes ou inconscientes, de como representar a realidade, mas devem, sim, complexificar e cultivar uma consciência e análise das limitações e ilusões desses sistemas de representação.

6 CATEGORIZAÇÃO NOMINAL NO WAKALITESÚ

São indiscutíveis os avanços que as visões imanentistas trouxeram e trazem para o entendimento geral da linguagem humana. Devido a elas, surgiram e ainda surgem inúmeras ferramentas e técnicas que, apesar de espelharem escolhas claras de como se interpretar e direcionar a realidade, são responsáveis pela observação de lacunas que apenas uma alta precisão investigativa conseguiria produzir. Sem a delimitação da categoria nominal a partir de estruturas rígidas, a observação de suas fronteiras difusas provavelmente não seria possível.

Para a maioria dos linguistas cognitivistas, que buscam responder como o mundo é expresso e gramaticalmente codificado nas línguas, as categorias linguísticas refletem aspectos da cognição humana e, portanto, também possuem características difusas e assimétricas. Para a linguística cognitiva, o estudo dos fenômenos de categorização é de uma clara importância, já que ele pode oferecer um entendimento geral de como as pessoas organizam, processam e classificam as coisas, isto é, de como elas organizam o conhecimento sobre o mundo (SENF, 2007).

Não é generalizante dizer que as discussões sobre a natureza ou “essência” das estruturas linguísticas sempre estiveram no centro do debate dos estudos linguísticos. Mais recentemente, essa questão ganhou ainda maior destaque, principalmente depois das considerações de Everett (2005) sobre as propriedades gramaticais e cognitivas da língua Pirahã, as quais para o autor, contrariando as hipóteses do gerativismo chomskiano, refletem aspectos culturais dos seus falantes. No entanto, é importante perceber que a interconexão entre linguagem e cultura sempre foi objeto de estudos linguísticos, tal como daqueles relacionados ao relativismo linguístico, isto é, a ideia (nada nova) de que a cultura, por meio da linguagem, afeta a maneira como as pessoas pensam.

Apesar de não termos a pretensão de responder ou solucionar questionamentos acerca da natureza das categorizações linguísticas, este capítulo, por meio de reflexões sobre os fenômenos de sufixação referencial no Wakalitesú, ao se propor a contribuir com os estudos sobre o sistema de categorização nominal das línguas nambikwára, busca também de certa forma enriquecer as discussões mais gerais e basilares sobre a linguagem humana. Em vez de cobrir com um tecido rígido e estático toda a complexidade desses fenômenos, buscaremos utilizar as categorias analíticas como sandálias conceituais, isto é, como estratégias menos impactantes e mais fluidas de investigação científica. Como frisado anteriormente, acreditamos que nenhuma postura essencialista, ou seja, que empurre a essência da linguagem

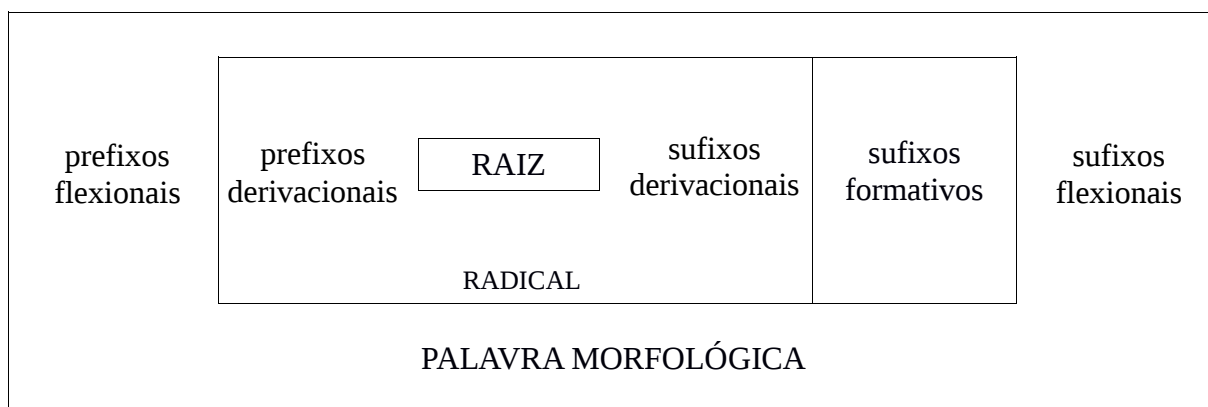
para um polo específico, seja capaz de compreendê-la como um todo integrado. Também acreditamos que os diferentes pontos de vista não competem entre si, mas se enriquecem, e assim os produtos científicos das variadas escolhas epistemológicas podem ser mesclados em favor da complexificação da realidade.

6.1 A PALAVRA NOMINAL

Como buscamos apontar no capítulo anterior, as categorizações estão na base dos estudos linguísticos, assim como na de qualquer outra investigação científica. Dessa forma, distribuir em categorias as identidades e diferenças dos fenômenos observados nas línguas do mundo talvez seja o que há de mais intrínseco a essas investigações, bastante influenciadas pelo campo epistemológico clássico e pelo que talvez seja a propriedade mais basilar da existência humana, isto é, a de buscar conhecer e classificar o mundo ao redor.

As línguas polissintéticas, como são tipologicamente enquadradas as nambikwára, caracterizam-se por uma alta complexidade morfológica na palavra verbal, isto é, são línguas que, como bem resumem Evans e Sasse (2002), podem apresentar em uma única palavra um alto número de morfemas, os quais carregam informações (como as relacionadas ao predicado e aos seus argumentos) que, em muitas línguas do mundo, seriam transmitidas por termos independentes. O Lakondê, por exemplo, que possui quatro classes lexicais, sendo duas delas abertas (verbo e nome), é considerado, assim como as outras línguas dos grupos Nambikwára do Norte e Nambikwára do Sul, como altamente polissintética, apresentando em sua palavra morfológica, tanto verbal quanto nominal, um alto número de morfemas sufixais e prefixais (TELLES, 2002).

Quadro 2 - Palavra morfológica do Lakondê, segundo Telles (2002)



Fonte: TELLES, 2002, p. 148.

Nas línguas nambikwára, as palavras classificadas como nominais são também, não tanto quanto as verbais, bastante complexas e, como aponta Telles (2002) sobre o Lakondê, normalmente carregam os prefixos de posse e várias formas sufixais, como os classificadores e os morfemas referenciais. A palavra morfológica do Wakalitesú se aproxima bastante da descrita no quadro acima por Telles (2002). No entanto, em composição nominal, como poderemos observar no decorrer deste capítulo, a palavra nominal dessa língua recebe normalmente, no lugar dos sufixos formativos e flexionais, apenas o sufixo referencial *-a*, demarcando, assim, o radical⁹ do primeiro constituinte da composição e podendo, de forma recursiva, conectar-se a mais de uma forma lexical.

Neste trabalho, entenderemos como *composição nominal* o fenômeno de formação de palavras que envolve pelo menos duas formas lexicais (PAYNE, 1997). Quanto aos fenômenos de flexão e derivação, chamaremos de *derivação* o processo em línguas naturais que cria novos termos e de *flexão* aquele que cria modalidades específicas de uma mesma palavra. Para Bybee (1985 apud PAYNE, 1997), as operações derivacionais são as relevantes para a raiz, podendo, por exemplo, mudar sua categoria gramatical, e as flexionais são as que normalmente não mudam o significado básico do conceito expressado. Os sufixos referenciais no Wakalitesú, assim como em quase todas as línguas nambikwára, podem, assim, ser enquadrados como sufixos flexionais.

6.2 OS SUFIXOS REFERENCIAIS NA LITERATURA DESCRITIVA

Lévi-Strauss (1948), ao propor uma classificação da família linguística Nambikwára, aponta para uma variação final dos substantivos que corrobora sua divisão dos grupos. O antropólogo francês referia-se, já então, aos morfemas chamados, em trabalhos posteriores sobre a língua, de *artigos*, de *sufixos nominais finais* ou de *sufixos referenciais*. Cabe, aqui, uma revisão desses estudos por data de publicação.

Em um artigo científico, Kingston (1976) aponta que, no Mamaindê, todos os elementos nominais, assim como todos os conectivos verbais, podem de maneira facultativa ser marcados por sufixos, “cujo significado e função são quase indefiníveis” e os quais podem ser agrupados em três grupos, levando em consideração o seu elemento vocálico e a presença

⁹ Como define Payne (1997), a *raiz* é a mínima parte de uma palavra, a qual expressa seu conteúdo lexical básico e não necessariamente constitui uma palavra por si mesma. O radical, por sua vez, consiste minimamente de uma raiz, podendo conter mais de uma, e de sufixos e prefixos derivacionais.

de um elemento consonantal (/dx/, /anx/ ou um nulo)¹⁰. Para ele, assim, o elemento nominal pode terminar em uma das três séries do que ele chama de *sufixos referenciais*: a série *-dxu*, a série *-anxi* e uma série não marcada.

Quadro 3 - Séries de sufixos referenciais em Kingston (1976)¹¹

Série <i>-dxu</i>	Série <i>-anxi</i>	Série Ø
-dxu	-(anxu)	-(u)
-dxi	-anxi	-ĩ
-dxa	-anxa	-a
-dxẽ	-anxẽ	-ẽ
-dxãũ	-anxãũ	-ãũ

Fonte: KINGSTON, 1976.

Segundo Kingston (1976), a função desses sufixos não é de indicar relações sintáticas, e, apesar de haver indícios de que as séries *-dxu* e *-anxi* marquem, respectivamente, indefinitude e definitude, essa hipótese é “inadequada como explicação de todos os exemplos ocorridos em materiais textuais” (KINGSTON, 1976). Para o autor, também existem as possibilidades de esses sufixos funcionarem como marcadores de tema e rema, sendo os elementos temáticos marcados mais pela série *-anxi* do que pela série *-dxu*, e de terem a ver com a apresentação de nova informação: “[...] ficou demonstrado que os itens que introduz novas e importantes informações são geralmente marcados pela série *-dxu*/, aqueles de importante informação repetida pela série *-anxi*/ e aqueles de informação pouco importante ou pela série vocálica ou sem marcador” (KINGSTON, 1976). No entanto, Kingston (1976) considera esta hipótese insatisfatória, já que seria difícil para o narrador supor com frequência se uma informação é conhecida.

Ao estudar diversos fatores que podem interferir no sistema de sufixação referencial do Mamaindê, Kingston (1976) aponta que não há uma resposta ao mesmo tempo fácil e adequada que explique o uso desses sufixos: “[...] pelo contrário, a escolha de série e variante a serem usadas em determinado caso depende de várias escolhas menores na área de oposições distintas, mas inter-relacionadas, e de um sistema de modos” (KINGSTON, 1976). Para ele, as várias escolhas apreendem, por exemplo, o fator referencial, no qual as formas

¹⁰ No trabalho de Kingston (1976), assim como no de Kroeker (2001), o fonema /x/ representa uma oclusiva glotal.

¹¹ As formas em parênteses se dão, segundo Kingston (1976), apenas em conectivos verbais.

com mais referência são marcadas pelas séries *-dxu* ou *-anxi* e as com menos referência pela série não marcada, a qual pode também utilizar um afixo do sistema de modos, expresso pelos elementos vocálicos das séries e que indica emoções e reações do falante sobre o assunto. Segundo Kingston (1976), a escolha entre as formas mais referenciais dependem de subsistemas que envolvem questões como ênfase, anáfora e exatidão.

Lowe (1999) e Kroeker (2001), ao estudarem um aglomerado de línguas do subgrupo Nambikwára do Sul, chamado pelos autores respectivamente de *Nambiquara* e *Nambikuara*, apontam que os nomes nesses dialetos são marcados por definitude e indefinitude. Para eles, os nomes indefinidos são marcados por *-su*, e os definidos, por *-a*. Segundo Kroeker (2001, p. 64), “o sufixo-artigo indica um grau de precisão, ou imprecisão, na mente do falante”.¹²

- | | | |
|------|---|------------------------|
| (01) | <p>hu³kxi³-su²</p> <p>arco-INDEF</p> <p>‘Um arco’</p> | (KROEKER, 2001, p. 65) |
| (02) | <p>hu³kx-a²</p> <p>arco-DEF</p> <p>‘O arco’</p> | (KROEKER, 2001, p. 65) |

Telles (2002), no estudo do Latundê e Lakondê, aponta para a existência de duas marcas de sufixação final: o *-te* e o *-tu*¹³. Para a autora, esses morfemas, os quais chama, tal como Kingston (1976), de *sufixos referenciais*, ocorrem quase obrigatoriamente¹⁴ em itens enunciados fora de contexto linguístico (em elicitación, por exemplo) e se assemelham aos morfemas tradicionalmente flexionais, “por caracterizarem uma classe lexical, por terem sua posição mais distante da raiz nominal, ocorrendo após outros sufixos nominais, e por serem, em alguns contextos, de realização obrigatória” (TELLES, 2002, p. 211).

De acordo com Telles (2002), a forma *-te* ocorre de forma obrigatória quando referencia um participante que não terá continuidade no discurso, enquanto a forma *-tu* acontece para introduzir um participante que terá relevância no desenrolar da conversa. Levando em consideração que ambos sufixos podem ocorrer em predicções verbais e que são

¹² Os números sobrescritos nos dados de Kroeker (2001) marcam três traços tonais.

¹³ De acordo com Telles (2002), o Mamaindê usa a forma *-tu* em contextos em que o Latundê usa o sufixo *-te*.

¹⁴ Segundo Telles (2002), caso uma raiz nominal receba um sufixo classificador, ela pode ser enunciada sem sufixo referencial.

marcados pelo valor [+ referencial], a ausência desses sufixos nessas expressões é, para Telles (2002), morfologicamente significativa e que, portanto, se trata de um morfema zero, cujo valor é [– referencial].

Para Telles (2002), a realização dos sufixos referenciais com prefixos indicadores de posse confirma o valor [+ referencial] deles e nega uma possível hipótese de que essas formas são carregadas de valores como definitude e indefinitude, “dado que pareceria inusitada uma construção na qual houvesse um nome possuído para uma parte do corpo que trouxesse a ideia simultânea de indefinido, resultando em um significado como ‘um meu dedo’” (TELLES, 2002, p. 214). Com relação à noção de referencialidade, Telles (2002) esclarece, fundamentada em Givón (1984), que um valor referencial não estaria inscrito no mundo real, com implicações de ordem lógica, mas em um universo particular do discurso.

Em um trabalho incompleto sobre o Sararé, Borella (2003) aponta a existência de três sufixos flexionais na língua, os quais cobrem os valores de referencialidade e especificidade. Para a autora, a partir de uma noção específica sobre referencialidade, também fundamentada em Givón (1984), as formas *-su* e *-sa* não exprimem traços semânticos de definitude, mas, sim, o contexto pragmático em que as palavras são enunciadas, referenciando, respectivamente, um participante que não terá continuidade no discurso ou um outro que terá relevância.

De acordo com a distinção, presente em Givón (1984) e Frawley (1992), entre as noções de definitude e especificidade, Borella (2003) aponta que o sufixo *-a*, descrito com o valor de definitude por Lowe (1999) e Kroeker (2001), é uma marca formal de especificidade, sem uma relação direta com definitude ou indefinitude. Para ela, o valor semântico de definitude pode, por exemplo, ser codificado por construções com sufixos possessivos ou pronomes demonstrativos. Segundo Borella (2003), apesar de o sufixo *-a* ser mais comumente utilizado em sintagmas nominais ou em cláusulas predicativas, foi atestado um caso em que essa forma aparece em palavras isoladas, sem contexto discursivo.

Para Araújo (2004), no Sabanê, os sufixos referenciais (*-mali* e *-mi*) são usados de forma obrigatória quando uma palavra é pronunciada fora de contexto e de forma facultativa quando ela faz parte de uma enunciação. Neste último caso, em cláusulas enunciativas, só é encontrada a presença do sufixo *-mi*, que, para o autor, é uma forma truncada do sufixo *-mali*. Nada mais se fala sobre os sufixos referenciais em Araújo (2004).

Eberhard (2009), em um estudo mais recente sobre o Mamaindê, atestou, diferentemente de Kingston (1976), a presença na língua de apenas dois *sufixos finais nominais*: o *-âni* e o *-tu*. Para ele, as noções de definitude e indefinitude não parecem cobrir

satisfatoriamente o uso desses sufixos no Mamaindê. De forma distinta ao que acontece no Latundê e no Sararé, Eberhard (2009) não observou nenhuma conexão entre a presença do constituinte nominal no discurso e a escolha do sufixo final: “Eles [os sufixos] também não marcam participantes discursivos de nenhuma outra forma nem marcam informação nova/dada ou aparentam sinalizar qualquer mudança no fluxo do discurso, tal como mudança de tópico ou foco, etc” (EBERHARD, 2009, p. 366, tradução nossa).

Segundo Eberhard (2009), quando os nomes aparecem isoladamente, em elicitación, eles invariavelmente recebem o sufixo *-tu*. Já no discurso, em fala natural, recebem de forma preferencial o sufixo *-ã* (que é, segundo o pesquisador, uma forma truncada de *-ãni*), o *-tu* ou nenhum sufixo. Diferentemente do que Kingston (1976) observou em estudo anterior, isto é, uma preponderância na língua da forma *-ãni*, Eberhard (2009) aponta que essa forma é a menos comum, sendo mais utilizada para marcar categorias nominais como os numerais e os pronomes, por exemplo. Esse comportamento impulsiona Eberhard (2009) a afirmar que, embora “ambos os sufixos sejam teoricamente possíveis em qualquer nome” (p. 366, tradução nossa), em fala natural há uma relação entre as formas escolhidas e as categorias envolvidas.

Para Eberhard (2009), a presença da forma *-ãni* em categorias nominais que são muito marcadas pela especificidade, ou seja, com uma “marcação bem saliente de definitude” ao se referir a coisas (como é o caso para ele dos pronomes, numerais e demonstrativos), aponta para um sistema em que o *-ãni* é usado quando há uma especificidade do nome e a forma *-tu* quando a especificidade ou a definitude não é importante. Para o pesquisador, a função dos sufixos fica ainda mais opaca com a presença opcional deles em vários marcadores temporais, locativos e conectivos verbais. Em relação a estes últimos, enquanto a maioria dos conectivos não são marcados, os que são recebem exclusivamente o sufixo *-ãni*.

De acordo com Eberhard (2009), a relação entre marcadores temporais, locativos e conectivos verbais é a sua “função orientativa” (*orienting function*), em oposição a uma “função assertiva” (*assertion function*)¹⁵, o que leva o pesquisador a acreditar que a compreensão do sufixo *-ãni* como marcador de uma função orientativa no discurso, utilizado assim em material de subordinação e para indicar tópico marcado, e a do sufixo *-tu* como um marcador de assertividade em nomes isolados são as hipóteses mais promissoras para se entender os sufixos finais. No entanto, para Eberhard (2009), a compreensão dos sufixos finais ainda é carregada por inúmeras inconsistências, e uma reconstrução total da função gramatical desses morfemas talvez seja impossível.

¹⁵ Para Eberhard (2009), a única indicação de que a forma *-tu* tem uma função assertiva é a sua presença constante em nomes falados isoladamente.

Se questionados sobre as construções em (03) e (04), os falantes da língua normalmente dirão que ambas se referem a uma mesma entidade, isto é, que podem ser usadas para se referir a um arco ou a uma arma qualquer.¹⁸ No entanto, as referencialidades resultantes apresentam uma pequena distinção semântica perceptível por quase todos os indígenas. Por exemplo, quando perguntado sobre a diferença entre (05) e (06), um colaborador diz que (06) refere-se a uma “mão sem sentido”, “sem explicação”, enquanto (05) é uma mão que “tem sentido”, “mão de gente”.

(05)	a-hiki-su	[a'hikisu]
	I-mão-SR	
	‘mão’	
(06)	a-hiki-a	[a'hika]
	I-mão-SR	
	‘mão’	

Esses dados metalinguísticos, se transpostos para uma língua como o português, poderiam apontar para uma relação dos sufixos *-a* e *-su* com as propriedades de, respectivamente, indefinitude e definitude, indo contra as proposições de pesquisadores como Kroeker (2001) e Lowe (1999), que relacionaram o sufixo *-a* com o valor de definido e o *-su* com o de indefinido, talvez pela maior presença daquele em enunciados (com uma maior função referencial) e deste em palavras isoladas.¹⁹

Para Givón (1984), falantes marcam um referente nominal como definido quando eles o assumem como identificável ou acessível, isto é, quando eles pressupõem uma representação mental do referente na mente do ouvinte. Como resume Frawley (1992), no nível discursivo, a distinção entre as propriedades de definitude e indefinitude se dá da seguinte forma: os nomes definidos estão ligados a uma informação dada, a “o que o falante assume estar na consciência do ouvinte” (p. 75, tradução nossa); e os indefinidos, a uma informação nova, a o que se pressupõe não estar na consciência de quem ouve.

¹⁸ A palavra /hukisu/ é usada também para *arma*. Como no Wakalitesú o conjunto de prováveis referências de um termo é normalmente amplo, manteremos como tradução nas glosas as palavras solicitadas aos colaboradores.

¹⁹ No entanto, no trabalho de Kroeker (2001), encontram-se alguns exemplos de enunciados em que as palavras com a forma *-a* são traduzidas nas glosas com valor de indefinitude.

Como apontado anteriormente por outros pesquisadores, o uso indiscriminado dos sufixos referenciais em construções com morfemas que caracterizam posse, tanto alienável quanto inalienável, parece excluir, também no Wakalitesú, a hipótese de a função desses sufixos estar diretamente ligada às propriedades de definitude e indefinitude. Em (07) e (08), por exemplo, tem-se uma representação mental, bastante acessível ao ouvinte, realizada com os dois morfemas.

- | | | |
|------|---|-------------|
| (07) | wa-sũn-su
P.2SG-avô-SR
'seu avô' | [wa'sũnusu] |
| (08) | wa-sũn-a
P.2SG-avô-SR
'seu avô' | [wa'sũna] |

Em uma entrevista, um colaborador, professor indígena, ao ser perguntado sobre a distinção normalmente atribuída aos sufixos referenciais, explica que existe “uma diferença entre dizer o nome de uma coisa e falar dessa coisa”. Assim, para ele, as construções com *-su* referem-se aos nomes das coisas, e as com *-a* a estas sendo referenciadas.

A gente não fala *hukisu iũnahera*. Tá errado. Com *hukisu* você tá distinguindo. Quando a gente fala, é diferente do que tá em distinção. [...] Por exemplo, temos a tradução da palavra *arco*: a gente fala *hukisu*. Mas, quando você vai falar, é: *huka iũnawa*, *huka iũnahera* [...]. É diferente quando tá em especificação de quando você tá conversando.

Apesar de a reflexão metalinguística do falante indígena enriquecer bastante as discussões sobre os sufixos referenciais, é importante perceber que sua explicação não necessariamente soluciona todos os usos desses morfemas na língua. Afinal, mesmo em elicitções, contexto que para o indígena seria mais “especificador”, encontramos o uso do sufixo *-a*, e, em contextos enunciativos, de fala, há a presença não rara da forma *-su*.²⁰ Talvez a contribuição mais importante dos comentários acima transcritos seja a de afunilar o escopo funcional dos sufixos referenciais, para que possamos mais facilmente tatear e entender os

²⁰ Em Kroeker (2001) e também nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho (apesar de não transcritos), encontramos alguns enunciados com palavras marcadas com o sufixo referencial *-su*.

lugares para onde o indígena aponta com o “dizer o nome de uma coisa” e o “falar dessa coisa”.

Aqui, atenhamo-nos à possibilidade, tal como sugerida por Borella (2003) e Eberhard (2009), de os sufixos marcarem formalmente propriedades semânticas relacionadas à especificidade nominal, isto é, tal como resume Frawley (1992) baseado em Givón (1984), à acessibilidade referencial de uma entidade em um mundo mentalmente projetado.

De acordo com Frawley (1992), a definitude e a especificidade, apesar de estarem bastante conectadas, são propriedades independentes, ou seja, uma entidade pode apresentar um certo grau de identificação, de singularidade ou, como aponta Givón (1984), de “acessibilidade referencial”, sem necessariamente se relacionar com o valor de definitude, isto é, com a propriedade de uma informação ser nova ou já ter sido dada. Em outras palavras, independentemente de qualquer conhecimento prévio, um termo pode especificar um membro particular de uma classe, tornando-se assim mais específico (com uma referência determinada), ou pode representar qualquer membro de uma categoria, constituindo neste caso uma não especificidade.

(a) *Estou procurando um homem que fala inglês.*

(b) *Estou procurando um homem que fale inglês.*

Nos exemplos acima, adaptados de Frawley (1992), a diferença entre o grau de especificidade do referente, em que o de (a) é mais específico que o de (b), é fruto de uma mudança no modo verbal. Apesar de os valores semânticos de especificidade e não especificidade serem, na maioria das línguas do mundo, como é o caso do português, determinados por um contexto linguístico e pragmático, Frawley (1992) aponta a existência de línguas que parecem codificar formalmente essa distinção, sem necessariamente diferenciar seus nomes definidos dos indefinidos. Sobre a relação entre especificidade e definitude, ela pode ser resumida da seguinte maneira: “O fator unificador em tudo isso é que os [nomes] definidos tendem a ser *conhecidos* e, se são conhecidos, tendem a ser *referencialmente acessíveis*; se eles são referencialmente acessíveis, tendem a ser *específicos*; se eles são específicos, tendem a ser *definidos*” (FRAWLEY, 1992, p. 76, tradução nossa, grifos no original).

Assim como Borella (2003) no Sararé, encontramos no Wakalitesú, de forma bastante distintiva entre o que se foi postulado sobre as línguas nambikwára, a presença quase sempre obrigatória do sufixo *-a* em compostos nominais, marcando o primeiro constituinte da

analisados. Afinal, para ele, influenciado pelo paradigma funcional, “uma língua é em primeiro lugar conceituada como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relações comunicativas” (DIK, 1989, p. 3, tradução nossa). Com sua gramática funcional, ele se propõe a revelar, portanto, a instrumentalidade das línguas humanas, isto é, o que as pessoas fazem e alcançam quando as usam.

A predicação nas línguas do mundo acontece, para Dik (1989), por meio de dois atos básicos: o de referir e o de predicar. Enquanto o ato de *referir* está relacionado com a seleção de uma determinada entidade sobre a qual algo deve ser predicado, o de *predicar* envolve o ato de designar propriedades e de estabelecer relações entre as entidades selecionadas. A referência, entendida como uma ação pragmática e cooperativa, é resumida por Dik (1989, p. 127) pelo seguinte modelo, no qual *F* refere-se ao falante, *D* ao destinatário, *E* a alguma entidade e *T* a um termo qualquer:

F remete D a E por meio de T

Segundo Dik (1989), “as informações fornecidas no termo devem ser suficientes para que o destinatário seja capaz de escolher o referente desejado [pelo falante] a partir da classe infinita de possíveis referentes virtualmente disponíveis em qualquer situação comunicativa” (p. 127-128, tradução nossa). E conclui:

Para que isso aconteça, *F* descreve o referente desejado por meio de propriedades que, sucessivamente, restringem o conjunto de referentes potenciais para o termo utilizado. Em geral, *F* não precisa dar mais e não pode dar menos informação descritiva do que a necessária para que *D* chegue à identificação pretendida. Se *F* fornece informações insuficientes, *D* pode ser incapaz de identificar o referente pretendido; se *F* fornece mais informações do que as necessárias para a identificação, isso pode atrasar desnecessariamente e, assim, frustrar o curso da interação comunicativa. (DIK, 1989, p. 128, tradução nossa).

É importante perceber que, na gramática funcionalista de Dik (1989), uma entidade não está relacionada a coisas da realidade, mas, sim, a coisas da mente. Em outras palavras, um termo não se refere a algo do mundo real, mas a coisas de um mundo mental, a entidades de uma representação mental do mundo. É isso que justifica, para ele, a capacidade de uma pessoa de falar sobre coisas que não necessariamente existem e também a de se referir a entidades do mundo real apenas na medida em que ela possui alguma representação mental dessas entidades, mesmo quando “essas coisas não podem ser percebidas ou de alguma maneira diretamente experienciadas” (DIK, 1989, p. 129, tradução nossa). Dessa forma, já

que as entidades são construções mentais, a referência a elas (pelos termos) pode acontecer, segundo Dik (1989), de duas maneiras:

Quadro 5 - Formas de se referir

REFERÊNCIA CONSTRUTIVA	REFERÊNCIA IDENTIFICANTE
F usa um termo T para ajudar D a construir um referente E para T e, assim, introduzir E em seu modelo mental.	F usa um termo T para ajudar D a identificar um referente E que, em certo sentido, já está "disponível" ²⁴ para D.

Fonte: DIK (1989, p. 130)

Apesar de Dik (1989) apontar que as referências construtivas (com as quais o falante ajuda o ouvinte a construir o referente) são normalmente realizadas por meio de termos indefinidos e as identificantes (com as quais o falante ajuda o ouvinte a identificar o referente) por meio de termos definidos, seria bastante esperado que línguas que não apresentam formalmente uma marcação gramatical para definitude ou indefinitude nos nomes, como acreditamos ser o caso da língua aqui estudada, procurem outros meios de identificar e construir as entidades.

Como já apontamos, as línguas polissintéticas recorrem à complexidade morfológica para a realização de funções que a maioria das línguas do mundo performam no nível lexical. Dessa forma, não seria fantasioso imaginar que línguas como as nambikwára utilizem marcações morfológicas, como pode ser o caso dos sufixos referenciais *-a* e *-su*, para diferenciar um termo cujo referente está em construção, formando o que para o linguista funcionalista é uma referência construtiva, de um termo cujo referente está concluído,²⁵ realizando assim uma referência identifiicante.

Utilizaremos nesta pesquisa a teoria funcionalista de Dik (1989) mais como uma forma de enriquecer as discussões sobre os sufixos referenciais nas línguas nambikwára, tendo em vista que, por termos nos limitado ao estudo de nomes elicitados no Wakalitesú, sabemos muito pouco sobre como esses morfemas funcionam em um nível mais discursivo. No entanto, os apontamentos de pesquisadores que adentraram os universos mais enunciativos dessas línguas, como é o caso de Eberhard (2009), que propõe, ao final das suas reflexões, o entendimento geral dos sufixos referenciais a partir de uma função orientativa e de uma

²⁴ Dik (1989) enumera quatro fontes de disponibilidade: (a) informação de longo prazo, (b) informação contextual, (c) informação perceptiva (situacional) e (d) inferência de (a) - (d).

²⁵ Achamos que *conclusão*, em vez de *disponibilidade*, é o termo que melhor cobre a realidade linguística polissintética das línguas nambikwára.

função assertiva, parecem corroborar essa proposta funcional, discutida (principalmente para o Wakalitesú) de forma mais aprofundada a seguir.

6.3.2 A referência construtiva

Como dito anteriormente, foi encontrada no Wakalitesú a presença quase sempre obrigatória do sufixo referencial *-a* em compostos nominais, marcando o final do primeiro constituinte da composição, independentemente de ele ser ou não o núcleo da composição. Com exceção do Sararé, construções desse tipo não foram relacionadas, em outras línguas nambikwára, aos sufixos referenciais. No entanto, tanto Eberhard (2009) para o Mamaindê quanto Telles (2002) para o Latundê, atestaram em ambas as línguas a existência do marcador relacional nominal *-ã* em composições nominais.

Apesar de Eberhard (2009) não indicar em sua gramática uma conexão entre o sufixo *-ã* — descrito por ele como “um morfema derivacional usado para conectar dois substantivos dentro de um radical composto quando eles estão em um relacionamento genitivo ou de possuidor/possuído” (EBERHARD, 2009, p. 373, tradução nossa) — e o sufixo referencial *-ã* (para o autor, uma forma truncada de *-ãni*), essa relação nos parece bastante clara, principalmente quando comparada com a realidade linguística encontrada em línguas como o Wakalitesú e o Sararé.

Para Telles (2002), a presença do marcador, exemplificada em (11) e (12), é crucial para que ocorra na língua a distinção entre uma relação de posse (carne do bicho) e uma de procedência (carne de bicho).

- (11) **'nun-ã-'sjn-'te**
 bicho-POS-carne-REF
 ‘carne do bicho’(TELLES, 2002, p. 159)

- (12) **'nun-'sjn-'te**
 bicho-carne-REF
 ‘carne de bicho’(TELLES, 2002, p. 159)

Já no Mamaindê, diferentemente do Latundê, o marcador é utilizado tanto em construções possessivas quanto nas de procedência, situações exemplificadas por (13) e (14).

- (13) **toh-ã-ja-tu**
 bee-GNT-NCL.LIQUID-FNS
 ‘liquid of the bee/honey’ (EBERHARD, 2009, p. 373)
- (14) **jaho-ã-sih-tu**
 old.man-GNT-house-FNS
 ‘the house of the old man’ (EBERHARD, 2009, p. 373)

As diferenças funcionais observadas inicialmente entre os sufixos referenciais encontrados em línguas extremamente aparentadas como o Mamaindê e o Latundê, somadas à provável presença nesta de um também sufixo referencial *-ã*, podem indicar resquícios nessas línguas de um sistema de sufixação referencial mais complexo. Dessa forma, em algum momento no Latundê, a marca *-ã* pode ter ocupado o lugar do que Telles (2002), ao comparar com a presença em predicções verbais das formas *-te* e *-tu*, apontou como um morfema zero, isto é, como uma ausência morfológicamente significativa do que ela chama de “menos referencialidade”. No Wakalitesú, em predicções verbais, a função desse morfema zero apontado por Telles (2002) é exercida pelo sufixo referencial *-a*.

Buscaremos refletir sobre as relações, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, entre os sufixos referenciais mais adiante (cf. 5.3.3). Aqui, basta-nos perceber que os apontamentos de Kingston (1976) sobre a existência no Mamaindê de três séries de sufixos referenciais, permeadas por um sistema vocálico de modo, podem ser bastante elucidativos sobre a realidade atual dos sufixos referenciais nas línguas nambikwára.

No Wakalitesú, quando há uma relação entre dois compostos lexicais, o primeiro deles vem sempre marcado pelo sufixo referencial *-a*, independentemente da natureza dessa relação. É o que observamos nos exemplos a seguir:

- (15) **adĩ-a-han-ti-su** [a,dĩa'ha^{dn}disu]
 anu-SR-branco-SN-SR
 ‘anu branco’
- (16) **ta-sũn-a-huki-su** [ta,sũna'hukisu]
 P.1SG-avô-SR-arco-SR
 ‘arco do meu avô’

- (17) **alũ-a-sĩn-ti-su** [a,lũa'sĩt□u]
 anta-SR-carne-SN-SR
 ‘carne de anta’

Ao pensar essa realidade respaldada pelas reflexões de Dik (1989) sobre as construções referenciais, parece-nos plausível que, ao marcar um termo com o sufixo *-a*, o falante na verdade possa estar dando pistas ao ouvinte de um referente em construção, isto é, de uma provável mudança (ou afunilamento) referencial, que pode ser exercida por qualquer constituinte lexical da língua.

Em contextos de predicação verbal, como podemos observar em (18), a presença desse sufixo aparenta²⁶ também ser obrigatória no Wakalitesú²⁷.

- (18) **sih-a-to-na-ra** [,siha'donara]
 casa-SR-construir-1SG-PERF.MASC²⁸
 ‘eu construí casa’

Dik (1989) restringe a função referencial aos termos que ele chama de “argumentos ou satélites”. Para ele, portanto, predicados, predicações, proposições e cláusulas não são entidades, mas, sim, as designam. No entanto, ao pensar que, com o uso dessas expressões, representações mentais são acrescentadas à informação pragmática construída pelo ouvinte, Dik (1989) conclui: “Dessa forma, se aplicássemos o conceito de ‘referência’ em tudo a esse respeito, a função de designar se aproxima do que rotulamos de ‘referência construtiva’” (DIK, 1989, p. 131, tradução nossa).

Nessa perspectiva, em (18) o uso da palavra nominal com o sufixo *-a* pode ser explicada pela natureza também construtiva das predicações verbais, que acrescentam ao

²⁶ Em Kroeker (2001), em frases enunciativas, quando não estão raramente marcados pelo sufixo *-su*, os referentes são quase sempre sufixados pela forma *-a*. Também observamos em Kroeker (2001), mesmo que em pouquíssimos casos, a palavra nominal marcada por um morfema *-sa* (interpretado pelo pesquisador como uma marcação de objeto direto para primeira pessoa do singular).

²⁷ Nas poucas frases predicativas transcritas, as palavras estão sempre sufixadas pelo *-a* e pelo que inicialmente interpretamos como uma simples variação fonológica desse morfema, o *-sa* (situação discutida em 5.3.3). Em comunicação pessoal, Costa (2019) também atesta, para o grupo Nambikwára do Campo (Kithãulhú e Wakalitesú), em contextos enunciativos, a presença constante do morfema *-a*.

²⁸ Como não avançamos no estudo da morfologia verbal da língua, a identificação desta foi feita, em comunicação pessoal, por Edney Melo, membro do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), que realiza uma pesquisa de doutorado sobre o Hahãntesú, língua bastante aparentada do Wakalitesú.

Nos nomes do Wakalitesú, a ausência do sufixo *-a* parece demarcar, portanto, quando dois ou mais morfemas de naturezas diversas se relacionam para constituir o radical de uma palavra, isto é, para juntar-se à sua raiz em uma relação lexicalizadora. Em (32), por exemplo, o morfema *ki*, identificado como classificador para coisas arredondadas, parece funcionar como um sufixo derivacional, nominalizador da palavra *mão*,³⁸ e, portanto, não mais necessário quando a raiz dessa palavra se une a outras raízes, como podemos observar em (34).

- | | | |
|------|---|----------------|
| (32) | a-hiki-su
I-mão-SR
‘mão’ | [a'hikisu] |
| (33) | a-talãki-su
I-unha-SR
‘unha’ | [a'talãkisu] |
| (34) | a-hi-talã-ki-su ³⁹
I-mão-unha-CL-SR
‘unha da mão’ | [a'hitalãkisu] |

Em (35), o classificador *ki* também parece nominalizar a raiz nominal da palavra, sendo, portanto, de realização obrigatória para o referente *jatobá*, como observamos em (36) e (37). Por sua vez, em (37), demarcada pela presença prévia do sufixo referencial, vemos o mesmo morfema, em uma construção mais composicional, isto é, com uma natureza mais lexical, ajudar a construir o referente *jatobá* como *semente de jatobá*.

- | | | |
|------|--|------------|
| (35) | kaũki-su
jatobá-SR
‘jatobá’ | [,kaũkisu] |
|------|--|------------|

³⁸ Em todo o trabalho, optamos por não delimitar nas glosas os morfemas, classificadores ou não, que constituem o radical das palavras, já que alguns deles possuem uma natureza opaca, cuja delimitação pede um estudo mais aprofundado das formas nominais da língua.

³⁹ Delimitaremos apenas neste caso, para efeito de exemplificação, os morfemas que compõem o radical da palavra *unha da mão*.

- (36) **kaũki-a-jãu-ti-su** [ˌkaũkaˈjãwtɕu]
 jatobá-SR-flor-SN-SR
 ‘flor de jatobá’
- (37) **kaũki-a-ki-su** [ˌkaũkaˈkisu]
 jatobá-SR-CL-SR
 ‘semente de jatobá’

Apontada em alguns exemplos, como em (32) e (33), foi atestada no Wakalitesú a existência do marcador de posse inalienável *a-* (descrito nas glosas deste trabalho como *I*). O morfema de inalienabilidade, quando existente, marca nas línguas do mundo os termos cuja posse é inata, permanente, tal como aqueles relacionados às partes do corpo. Para Telles (em comunicação pessoal), esse morfema pode de algum forma estar relacionado com o sufixo referencial *-a*. Essa proposta, mesmo especulativa, faz muito sentido quando pensamos que o sufixo referencial normalmente cria, em composição nominal, a relação entre duas entidades, e a marcação prefixal dele em uma palavra poderia dar a esta a propriedade de estar sempre relacionada a algo. Essa teoria também se encaixa nas postulações sobre posse inalienável de Nichols (apud HEINE, 1997), para quem a posse inalienável não exerce primordialmente uma distinção semântica, mas, sim, é uma consequência automática da íntima relação formal que resulta na posse de núcleo-marcado: na categoria de inalienáveis normalmente estão inclusos substantivos que são mais prováveis de ocorrer como possuídos no discurso, e a marcação formal de inalienabilidade simplesmente gramaticaliza essa posse. Para essa autora, a posse inalienável rotula um conjunto limitado de nomes com marca obrigatória, inerente, de posse (ou, para abarcar a língua aqui estudada, com marca relacional obrigatória).

Como dito anteriormente, o sufixo referencial *-a* parece exercer a função do marcador que em muitas línguas do mundo poderíamos chamar de *genitivo* ou *relacional*, realizada no português, por exemplo, pela preposição *de*. No entanto, como observamos, a função do sufixo referencial *-a* parece ser mais ampla do que a de simplesmente construir uma relação entre dois termos em frase nominal e não parece, portanto, encaixar-se completamente nas categorias disponíveis da tipologia linguística. Essas lacunas categoriais, discutidas no capítulo anterior pelas reflexões de Rijkhoff e Lier (2013), são preenchidas na linguística, assim como em qualquer ciência, pela classificação dos fenômenos como membros ou de uma nova categoria ou de uma categoria neutra. Aqui, optaremos por uma categoria neutra e entenderemos esse morfema como

um *sufixo referencial construtivo*. Essa natureza construtiva das palavras marcadas com o sufixo referencial *-a* pode explicar, portanto, a percepção de alguns colaboradores que as definem, quando pronunciadas isoladamente, como “sem sentido”, “sem explicação”, já que elas carregam, nessa interpretação, uma carga semântica um pouco vazia, a ser completada por outros referentes.

De uma forma especulativa, o uso do sufixo referencial construtivo em composições nominais pode ser entendido como uma forma funcional que os falantes têm de construir as entidades a partir de formas já lexicalmente cristalizadas na língua. Transpondo para o português, é como se, em vez de recorrer à lexicalização da palavra *mamilo*, a estrutura dessa língua permitisse descrever o referente desejado — de forma eficiente, sem “frustrar o curso da interação comunicativa”, como reflete Dik (1989) — por meio de construções como *buraco do peito*.

Apesar de uma clara necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as construções enunciativas da língua, o entendimento do sufixo *-a* como um marcador de referência construtiva, isto é, como uma maneira que o falante possui de marcar o termo para o qual vai ajudar o destinatário a construir uma referência, parece-nos ser a forma mais elucidativa até agora disponível para categorizar todos os usos desse morfema na língua.

6.3.3 Uma interpretação geral para os sufixos referenciais

Antes de avançarmos para a discussão sobre a referencialidade identificante, são necessárias algumas considerações gerais sobre os sufixos referenciais. Se a hipótese da obsolescência, no Latundê, de um sufixo referencial *-ã* estiver correta (e a comparação com outras línguas da família linguística aponta para que ela esteja), revela-se a existência em algum momento nessa língua de três, em vez de dois, sufixos referenciais: o *-ã*, o *-te* e o *-tu*. Essa teoria parece corroborar as observações de Telles (2002), que apontou nestes últimos apenas uma variação de um valor de mais referencialidade, em que *-te* ocorre, no discurso, para referenciar “um participante que não terá continuidade no contexto de fala” (p. 212) e *-tu* introduz “um participante no contexto comunicativo, o qual, portanto, terá relevância no desenrolar do discurso” (p. 212-213).

Como apontado, inicialmente foi atestada no Wakalitesú a presença de dois sufixos referenciais, o *-a* e o *-su*. Por sua vez, também foi encontrada ao final de palavras nominais a forma *-sa*, que, por quase nunca estar presente em palavras isoladas, foi classificada como uma variação fonológica do sufixo referencial *-a*. Por exemplo, as seguintes formas para *sangue* podem ocorrer na língua:

Quadro 6 - Uma interpretação geral para os sufixos referenciais nas línguas nambikwára

Línguas nambikwára	Sufixo referencial construtivo	Sufixos referenciais identificantes	
<i>Latundê</i>	Ø ⁴⁰	-te	-tu
<i>Mamaidê</i>	-ã (-ãni)	-tu	
<i>Sararé</i>	-a	-su	-sa
<i>Sabanê</i>	Ø ⁴¹	-mi	-mali
<i>Wakalitesú</i>	-a	-su	-sa

Fonte: Autoria própria

6.3.4 A referência identificante

Segundo Dik (1989), a referência identificante acontece quando o falante usa um termo para ajudar a identificar um referente que, “em certo sentido”, já está *disponível* para o destinatário. Como buscamos apontar no início do capítulo, uma língua polissintética é caracterizada pela capacidade de uma palavra conter um grande número de morfemas, os quais carregam valores semânticos variados e podem, como observamos em (41), mudar ou afunilar completamente o referente de uma palavra.

- (41) **ialuli-a-nēki-a-wēn-ti-su** [ɿalulanēka'wētisu]
 ingá-SR-árvore-SR-criança-SN-SR
 ‘muda de ingazeiro’

Dessa forma, acreditamos que, em vez de *disponibilidade*, o termo que melhor descreve a referência identificante nas línguas nambikwára é *conclusão*. Em outras palavras, a referência identificante acontece no Wakalitesú quando o falante marca um termo com o sufixo referencial *-su* (ou, a confirmar, com o *-sa*) para ajudar o ouvinte a perceber que o referente já está concluído para ser, portanto, identificado. Ora, o uso da forma *-su* é constante em elicitación, em nomes falados isoladamente, contexto cuja natureza é pragmaticamente

⁴⁰ Interpretamos que, no Latundê, há apenas resquícios do sufixo referencial *-ã* em construções genitivas.

⁴¹ Apesar de atestar a inexistência de alguma marcação genitiva ou de inalienabilidade, Araújo (2004) aponta que quase todos os nomes de parte do corpo começam pela vogal *a* ou pela vogal *i*, o que para ele “deve ser mais do que uma mera coincidência” (p. 102, tradução nossa).

Kroeker (2001), ao descrever na língua a construção de orações equativas nominativas, aponta que o complemento predicado recebe o sufixo *-su* (em vez do *-a*) quando se é usado o sufixo verbal *-nala* (em vez do sufixo *-ailawa*), como observamos nos exemplos (43) e (44).

- (43) **te²na²-txa²-hu³kxi³-su²-na³-la²**
 aquela-POS1-espingarda-INDEF-EQUA-PF
 ‘Aquele é a minha espingarda’ (KROEKER, 2001, p. 12)

- (44) **wai³a³lxi³-su²-na³-la³**
 cachorro-INDEF-EQUA-PF
 ‘É um cachorro’ (KROEKER, 2001, p. 12)

Kroeker (2001) também aponta que o sufixo *-su* tem a função de coordenar as locuções nominativas e adverbiais nos enunciados. Segundo ele, quando uma locução nominativa ocorre sozinha (não coordenada), usa-se o sufixo *-a*.

- (45) **Wxã³-ain¹-Ø-te²-su²** **sxa³-ain¹-Ø-te²-su²**
 vir-3PL-3SG-NMZ-INDEF descansar-3PL-3SG-NMZ-INDEF
wa³ko³n-ain¹-Ø-te²-su² **ã³yxo²ha³kxa¹**
 trabalhar-3PL-3SG-NMZ-INDEF todos
yai³n-ain¹-Ø-na²hẽ³-la².
 comer-3PL-3SG-T/E.IO.P-PF
 ‘Aqueles que vieram, os que descansavam e os que trabalhavam, todos eles comeram’ (p. 25)

Para o pesquisador, se caso na construção em (45) o falante quisesse dizer que “os que descansavam e os que trabalhavam” são os mesmos “que vieram”, esta locução nominativa seria marcada pelo sufixo *-a*.

Como a compreensão do contexto mais identificador dos enunciados acima solicita um mergulho mais aprofundado na palavra verbal dessas línguas, não realizado por esta pesquisa nem mesmo para o Wakalitesú, não nos aprofundaremos nesses apontamentos. Acreditamos, no entanto, que os dados elencados não só corroboraram a proposta da natureza sufixal identificador da forma *-su* como também apontam para a necessidade de um estudo que tente

mapear nos enunciados discursivos as exigências por uma forma mais identificante, assim como as diferenças provavelmente existentes entre as formas *-su* e *-sa* no Wakalitesú.

6.4 AS METÁFORAS PELAS QUAIS ELES VIVEM

Esta parte do trabalho, cujo título é uma referência clara ao livro *Metaphors we live by*, de Lakoff e Johnson (2003), apresenta reflexões de natureza puramente especulativa. Para esses autores, as metáforas não são apenas uma propriedade da literatura poética, mas delineiam diretamente nosso sistema conceitual cotidiano, a partir do qual pensamos e agimos. Para eles, tendo em vista que a comunicação se baseia nesse mesmo sistema conceitual, o estudo de uma determinada língua poderia revelar as estruturas metafóricas que de algum modo ordenam a vida cotidiana de seus falantes.

Para exemplificar seus argumentos, os autores recorrem a uma série de expressões que, em sua base, são condicionadas por conceitos metafóricos relacionados a uma determinada visão sobre o mundo. Por exemplo, expressões como *perder tempo* e *poupar tempo* só fazem sentido para uma cultura que se constituiu sob o conceito metafórico de que tempo é dinheiro. A essência de uma metáfora, segundo Lakoff e Johnson (2003), é entender e experienciar uma coisa a partir de outra. Dessa forma, apesar de possuírem naturezas completamente diferentes, o tempo é parcialmente estruturado, entendido e falado em termos de dinheiro. É nesse sentido que os autores afirmam que a metáfora não é apenas uma questão de linguagem, mas que envolve todo o pensamento humano, e assim nossos conceitos mais cotidianos são estruturados em termos de outros. Para Lakoff e Johnson (2003), mesmo os espaciais, como *em cima* e *embaixo*, são frutos de uma experiência específica, de um determinado corpo que consegue se deitar e também se manter ereto, ou seja, da nossa interação com o ambiente físico. Esses conceitos são, para eles, aqueles a partir dos quais vivemos da maneira mais fundamental (LAKOFF, JOHNSON, 2003).

De forma bastante semelhante, Merleau-Ponty (1984), ao criticar o idealismo de Descartes, responsável pelo dualismo no estudo da relação da mente com o corpo, faz uma reflexão — tendo como objeto a pintura — sobre o corpo humano. Para o filósofo francês, seria necessário um abandono radical dos dualismos cartesianos para então se perceber o corpo como horizonte para a percepção de si, do outro e do mundo. Segundo ele: “Não há visão sem pensamento. Mas não basta pensar para ver: a visão é um pensamento condicionado; nasce ‘por ocasião’ daquilo que sucede no corpo, é ‘excitada’ a pensar por ele” (1984, p. 288). E conclui:

Essa interioridade não precede o arranjo material do corpo humano e tampouco dele resulta. Se nossos olhos fossem feitos de tal sorte que nenhuma parte do nosso corpo nos incidisse sob o olhar ou se algum maligno dispositivo, deixando-nos livres de passear as mãos sobre as coisas, nos impedisse de tocar o corpo — ou simplesmente se, como certos animais, tivéssemos olhos laterais, sem sobreposição dos campos visuais —, esse corpo que se não refletisse, que se não sentisse, esse corpo quase adamantino que, totalmente, não fosse carne também não seria um corpo de homem, e não haveria humanidade. Porém a humanidade não é produzida como um efeito por nossas articulações, pela implantação dos nossos olhos (e ainda menos pela existência dos espelhos que, no entanto, são os únicos que tornam visível para nós nosso corpo inteiro). Estas contingências e outras semelhantes, sem as quais não haveria homem, por simples soma não fazem que haja um só homem. A animação do corpo não é a junção, uma contra a outra, de suas partes — nem, aliás, a descida, no autômato, de um espírito vindo do outro lugar, o que ainda suporia que o próprio corpo é sem interior e sem “si”. Um corpo humano aí está quando, entre vidente e visível, entre tateante e tocado, entre um olho e outro, entre a mão e a mão, faz-se uma espécie de recruzamento, quando se acende a centelha do senciente-sensível, quando esse fogo que não mais cessará de arder pega, até que tal acidente do corpo desfaça aquilo que nenhum acidente teria bastado para fazer... (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 279).

Assim como o filósofo francês, Lakoff e Johnson (2003) acreditam que as experiências físicas nada mais são do que o resultado de se ter um corpo de um certo tipo, e assim toda experiência é cultural de uma certa forma, isto é, “que experimentamos nosso ‘mundo’ de tal maneira que nossa cultura já está presente na própria experiência em si” (LAKOFF, JOHNSON, 2003, p. 57, tradução nossa). A proposta desses autores, apesar de se basear em modelos conceituais de natureza cognitiva, dialoga de certa forma com a ideia geral do relativismo linguístico, isto é, com a proposta de que cultura, linguagem e pensamento estão interconectados.

Como refletem Gumperz e Levinson (1996), a teoria original do relativismo linguístico, cuja base é construída por inúmeras reflexões, como as de Humboldt, Boas, Sapir e Whorf, propõe que “as estruturas semânticas de diferentes línguas são fundamentalmente incomensuráveis, com consequências na maneira com que os falantes de uma determinada língua pensam e agem” (p. 2, tradução nossa). Na década de 1950 e 1960, vários pesquisadores norte-americanos buscaram provar empiricamente essa ideia, que ficou conhecida como a teoria de Sapir-Whorf. No entanto, principalmente após os estudos de Berlin e Kay sobre a percepção de cores focais, que revelaram nesta a importância de fenômenos não linguísticos, as reflexões sobre o relativismo foram deixadas de lado (GUMPERZ, LEVINSON, 1996).

Para Lakoff (1987), que defende a distinção entre os sistemas conceituais e as capacidades de conceituar, as pessoas ao redor do mundo podem utilizar-se de sistemas diferentes a partir das mesmas capacidades de conceitualização. Apesar de discordar de um relativismo linguístico total, o teórico cognitivista parece aderir a muitas das hipóteses de Whorf, um dos grandes responsáveis por popularizar questões relacionadas ao tema. Segundo Lakoff (1987), Whorf estava correto em apontar, por exemplo, que os conceitos que fazem parte da gramática de uma língua são os que são usados no pensamento humano “de forma espontânea, automática, inconsciente e sem esforço” (p. 335, tradução nossa) e que, portanto, a maneira como eles são usados pode conduzir a diferentes experiências da realidade. Para Lakoff (1987), os conceitos gramaticalizados nas línguas do mundo, apesar de nascerem de uma capacidade humana geral, podem transformar-se, por meio de diferentes usos, em experiências diferentes. Para ele, portanto, sistemas conceituais diferentes existem, “quer gostemos ou não” (p. 336, tradução nossa), e podem afetar o comportamento humano de forma significativa.

Ao transpor essas reflexões para o estudo aqui realizado sobre o sistema de categorização nominal⁴² do Wakalitesú, é preciso considerar a hipótese de que o arcabouço conceitual e epistemológico das investigações científicas e também das próprias línguas e culturas dos pesquisadores, abrangendo também a nossa, pode ser o grande responsável por tornar ininteligíveis os usos dos sufixos referenciais, que parecem ser facilmente decodificados por qualquer falante indígena nambikwára. Afinal, respaldados em Lakoff (1987), devemos considerar válida a possibilidade de que os falantes do Wakalitesú, apesar de terem a mesma capacidade de conceituar que a nossa, possuem sistemas conceituais diferentes, que podem ser motivados por um outro tipo de experiência de mundo.

Dessa forma, apesar de uma teoria funcionalista ser capaz de apresentar os conceitos que envolvem a inquestionável instrumentalidade das línguas do mundo, ela por si só não consegue explicar por que o uso deles varia, podendo afetar, como defendem Lakoff (1987) e Whorf, a forma como a vida cotidiana é entendida e experienciada. Em outras palavras, se a proposta do relativismo linguístico estiver em algum nível correta, a maneira como os indígenas nambikwára referenciam as entidades na língua pode estar diretamente relacionada à cosmovisão desse povo, isto é, às estruturas metafóricas que de algum modo ordenam a vida cotidiana de seus falantes. Apesar de bastante especulativa, já que a análise dos sufixos

⁴² Neste trabalho, como apontamos no capítulo anterior, chamamos de *categorização nominal* o conjunto geral de técnicas de classificação dos nomes, que pode incluir tanto os sufixos referenciais quanto os fenômenos chamados de *classificadores*.

referenciais realizada neste trabalho é insuficiente para que avancemos na discussão, essa ideia não nos parece fantasiosa, principalmente quando observamos claramente indícios dessa cosmovisão em outras estruturas da língua estudada.

Os classificadores, que exercem inúmeras funções nas línguas do mundo e que, como aponta Allan (1977), denotam características salientes percebidas ou inerentes às entidades que eles classificam, estão diretamente relacionados, portanto, com a percepção dos falantes, constituindo-se, assim, como um conjunto de categorias cognitivas que são usadas por eles para classificar o mundo ao redor. No Wakalitesú, quando ligados a uma palavra nominal, os classificadores⁴³ parecem construir com ela, a partir da propriedade semântica carregada por eles, um determinado referente. Em (46) e (47), por exemplo, o classificador com carga semântica de líquido ajuda a selecionar um referente específico do conjunto total de possíveis referências expresso pelas palavras *arco* e *remédio*.⁴⁴

- | | | |
|------|---|----------------|
| (46) | huki-a-jau-su
arco-SR-CL-SR
‘arco de flecha de veneno’ | [huka'jawsu] |
| (47) | hinēki-a-jau-su
remédio-SR-CL-SR
‘remédio líquido’ | [hinēka'jawsu] |

Os morfemas classificadores, portanto, parecem formar na língua um conjunto básico de conceitos que ajudam a referir outros, servindo, portanto, como um dos principais mecanismos, para retomar aqui as ideias de Lakoff e Johnson (2003), a partir dos quais as estruturas metafóricas que ordenam a vida de seus falantes se revelam. De forma análoga, Eberhard (2015) aponta que os classificadores do Mamaindê “oferecem, talvez mais do que qualquer outra categoria morfológica, uma ótica para captar uma parte da cosmovisão desta cultura, observando a maneira em que os Mamaindê definem o mundo ao seu redor, tanto o físico como o abstrato”.

⁴³ Como já apontamos, é necessário um estudo mais aprofundado de outros níveis da gramática da língua para que a natureza dos fenômenos aqui entendidos como classificadores seja comprovada.

⁴⁴ Como um provável reflexo cultural, a palavra /hinēkisu/ é utilizada para se referir tanto à *remédio* quanto à *arvore*.

No Wakalitesú, por exemplo, o classificador com carga espacial de grandeza está semanticamente relacionado ao gênero feminino,⁴⁵ especificamente ao conceito de maternidade. Assim, como podemos observar em (48) e (49), quando um falante quer se referir a algum animal ou objeto grande, independentemente do sexo deste, ele usa o classificador */-ta/*, o que especifica o referente para algo maior daquela espécie ou, como normalmente os falantes irão traduzir, para a “mãe dele”.

- | | | |
|------|---|----------------|
| (48) | wakali-su
jacaré-CL-SR
‘jacaré’ | ['wakalisu] |
| (49) | wakali-a-ta-su
jacaré-SR-CL-SR
‘crocodilo/mãe de jacaré’ | [wakala'tahsu] |

Poderíamos especular que a codificação semântica desse classificador pode ter surgido da percepção de grandeza intrínseca à comparação entre mães e filhotes na natureza ou ainda da característica de algumas espécies de animais cujas fêmeas são sempre maiores do que os machos. No entanto, independentemente da fonte semântica dessa relação, percebe-se claramente que ela é condicionada por uma determinada cosmovisão de mundo, isto é, que o conceito de grandeza é experienciado de tal forma que a cultura dos falantes já está presente na própria experiência em si.

O classificador para coisas líquidas é utilizado, no Wakalitesú, na construção de referentes que possuem, de alguma forma, essa propriedade: água, chicha, veneno, remédio líquido, sangue, rio, chuva, entre outros. No entanto, o conceito carregado por esse classificador pode ultrapassar a fronteira da percepção física e marcar referentes que, na cosmovisão dos nambikwára, compartilham de uma mesma natureza líquida, é o caso, por exemplo, de *palavra* ou *fala*. Como podemos observar em (50), o verbo *falar* é nominalizado pelo classificador */-jau/*, dando ao referente final uma carga semântica de liquidez.

⁴⁵ Essa relação parece originar a forma com valor pronominal para a terceira pessoa do singular do gênero feminino: */ta-la/* (ela).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As plantas pioneiras são espécies vegetais com capacidade de colonizar áreas inóspitas, com poucas condições favoráveis à vida. Assim, no ecossistema, sua função é a primeira de uma sucessão ecológica, isto é, a de cobrir e preparar o solo para que novas espécies possam surgir. Nesse contínuo, apesar da impressão trazida pela escala temporal, não existe uma valoração entre as espécies. Cada uma, portanto, exerce um papel fundamental e é responsável pelo equilíbrio do todo; e as pioneiras, apesar de darem lugar no ecossistema às secundárias, deixam sementes para que, caso algum incêndio ou qualquer outro fenômeno disperse a energia até então acumulada, elas possam retomar a função que nenhuma outra espécie conseguiria fazer e iniciar o processo que, apesar de parecido, nunca será o mesmo do de antes.

A sucessão epistemológica descrita por Foucault (2002) poderia, tal como nas sucessões de espécies vegetais, sugerir uma escala valorativa entre as epistemes da humanidade. A retomada de um campo epistemológico baseado na noção de semelhança seria entendida, assim, como um retrocesso, e a visão do mundo como um todo orgânico, em que as coisas podem se aproximar entre si, não teria mais uma importância nos dias de hoje. O surgimento de um paradigma ecológico, que abrange diversas áreas do conhecimento, parece mostrar o contrário, que atualmente o repensar dos nossos modelos investigativos a partir de um viés holístico é imprescindível. Talvez como consequência da episteme moderna, que buscou cultivar a consciência da presença do homem como sujeito e objeto do saber (FOUCAULT, 2002), o conhecimento humano, mais do que nunca, mostra-se fértil para um modelo que, assim como as espécies pioneiras, parece hoje contribuir com uma função que nenhuma outra perspectiva científica poderia exercer.

A ecolinguística, no entanto, não busca acumular esforços para se distinguir das produções científicas anteriores, ou seja, para ser entendida como uma disciplina teórica inovadora no âmbito do estudo da linguagem humana. A perspectiva ecológica da linguística se propõe, ao contrário, a assumir a consciência de que cada ponto de vista até então existente é importante e necessário e deve dialogar com todos os outros na compreensão dos fenômenos da realidade. Afinal, cada época produz o que pode, cada pesquisa alcança apenas aquilo que os esforços de pesquisas anteriores lhe permitem alcançar.

Nesse sentido, o estudo dos sufixos referenciais nasce aqui embasado pela consciência epistemológica de que toda interpretação surge, portanto, de um determinado contexto, de um recorte que é incapaz de descrever precisamente a realidade das coisas. Assim, quando

propomos uma interpretação funcional para esses fenômenos, não buscamos empurrar, com isso, a essência da linguagem para um campo funcionalista, mas, sim, desejamos elucidar que o funcionalismo pode, como acreditamos que o fez, contribuir para o entendimento de fenômenos que indiscutivelmente também possuem uma função comunicativa.

Apesar de ser necessário um estudo mais aprofundado sobre os usos dos sufixos referenciais em contexto enunciativo, o entendimento dos morfemas *-a* e *-su* como marcadores, respectivamente, de referência construtiva e de referência identificante parecem-nos ser a sandália conceitual mais elucidativa até agora disponível para categorizar esses fenômenos, os quais ainda têm muito o que contribuir com os estudos sobre a categorização nominal das línguas do mundo.

Rijkhoff (1991), por exemplo, defende a existência em línguas naturais do que ele chama de *aspecto nominal*, que se refere à maneira como a propriedade designada por um nome é representada em uma dimensão espacial, a partir das características relacionadas à forma e à estrutura das entidades. Para o linguista, existem quatro aspectos nominais, dentre os quais ele propõe a existência do aspecto conceitual, que marca nos nomes apenas o conceito da propriedade designada por eles, sem, no entanto, definir uma forma e uma estrutura e invalidando-os, assim, de participar de algumas relações, como a de quantificação. De forma semelhante, Dik (1989) também reflete sobre a existência hipotética de nomes (*ensemble nouns*) que carregam apenas conceitos genéricos e, dessa forma, são neutros em relação à individualização e quantificação. Assim como Rijkhoff (1991), Dik (1989) aponta os classificadores como prova da existência dessa classe nominal, os quais teriam o papel de individualizar esses nomes genéricos.

Percebe-se, dessa forma, que os sufixos referenciais, a partir da sua relação com outros fenômenos, como os morfemas classificadores, parecem ter um potencial gigantesco de enriquecer as discussões sobre os sistemas de categorização nominal das línguas do mundo, tal como aquelas relacionadas aos possíveis aspectos nominais. Apesar de não se enquadrar completamente na proposta dos autores citados, principalmente em relação à quantificação, o sufixo referencial *-a* também poderia ser interpretado como uma marca de aspecto conceitual, designando assim apenas uma propriedade genérica às palavras que são sufixadas por ele.

Uma grande contribuição que pode ser alcançada com trabalhos futuros é a da reconstrução, por meio de um estudo de natureza essencialmente diacrônica, do sistema de sufixação referencial da família linguística Nambikwára. Apesar de uma tarefa talvez impossível, estudos desse tipo têm uma grande capacidade de nos revelar não só para onde a mudança linguística empurra as línguas naturais, mas também como ela o faz.

Como apontamos em vários momentos deste trabalho, é necessário, no entanto, um estudo mais aprofundado e contextual de todos esses fenômenos para que possamos avançar ainda mais no estudo não só dos sistemas de categorização nominal dessas línguas, mas também da relação deles com aspectos por muito tempo entendidos como exteriores à linguagem, como aqueles relacionados à cultura e ao pensamento, também influenciados, como sugerem Lakoff e Johnson (2003), por estruturas essencialmente metafóricas.

Ao refletir sobre a natureza dos poemas, Octavio Paz (2012) afirma que a linguagem em si já é uma vasta metáfora, já que ela, tal como as metáforas, consiste em representar um elemento da realidade por meio de outro.

Cada palavra ou grupo de palavras é uma metáfora. E desse modo é um instrumento mágico, ou seja, algo suscetível de tornar-se outra coisa e de transmutar aquilo em que toca: a palavra *pão*, tocada pela palavra *sol*, se torna efetivamente um astro; e o sol, por sua vez, se torna um alimento luminoso. (PAZ, 2012, p. 42).

Para o crítico mexicano, a distância entre palavra e objeto, responsável por tornar a palavra uma metáfora do que designa, é consequência da distância, imposta pela natureza humana, entre o homem e as coisas, isto é, da separação deste com o mundo natural, com a realidade exterior: “A palavra não é idêntica à realidade que nomeia porque entre o homem e as coisas – e, mais profundamente, entre o homem e seu ser – se interpõe a consciência de si” (p. 43). Para ele, portanto, não podemos escapar da linguagem, porque ela é uma condição da existência do homem.

Certo, os especialistas podem isolar o idioma e transformá-lo em objeto. Mas se trata de um ser artificial arrancado de seu mundo original, já que, diferentemente do que acontece com os outros objetos da ciência, as palavras não vivem fora de nós. Nós somos o mundo delas e elas, o nosso. Para capturar a linguagem não temos outra saída senão empregá-la. As redes de pescar palavras são feitas de palavras. Com isso não pretendo negar o valor dos estudos linguísticos, mas os descobrimentos da linguística não devem nos fazer esquecer suas limitações: a linguagem, em sua realidade última, nos escapa. (PAZ, 2012, p. 39).

Segundo o crítico mexicano, para dissolver essa distância, o homem deve renunciar a sua humanidade, “seja regressando ao mundo natural, seja transcendendo as limitações que sua condição lhe impõe” (p. 44). Para ele, portanto, ou a humanidade mergulha para sempre na inocência animal ou livra-se do peso da história. Na segunda proposta, a rebelião do homem contra sua condição se daria por meio da conquista da consciência, que não mais seria determinada por uma existência histórica. Ao fazer isso, ao usar a consciência para domar as

leis históricas e sociais, a espécie humana determinaria sua própria existência e daria o seu segundo salto-mortal: “Graças ao primeiro, abandonou o mundo natural, deixou de ser animal e ficou em pé: contemplou a natureza e se contemplou. Ao dar o segundo, retornaria à unidade original sem perder a consciência, fazendo desta o fundamento real da natureza” (PAZ, 2012, p. 44). De acordo com o poeta, ao homem são oferecidas outras vias, como as místicas e as religiosas, para que ele recupere a unidade primitiva entre consciência e existência. No entanto, como consequência desse reencontro, da união entre o homem consigo mesmo e com o mundo, todas elas levariam à reunião da palavra com a coisa, do nome com o nomeado, ou, em outras palavras, resultariam no fim da linguagem, no silêncio.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Classifiers: A typology of noun categorization devices*. New York: Oxford University Press, 2000.
- ALLAN, Keith. Classifiers. In: *Language*, 53, p. 85-311, 1977.
- ALLEM, A. C. The origins and taxonomy of cassava. In: HILLOCKS, R. J.; THRESH, J. M.; BELLOTTI, A. (Eds.). *Cassava: biology, production and utilization*. Wallingford: CABI Publications, 2002, p. 1-16.
- ARAÚJO, Gabriel A. *A grammar of Sabanê: a nambikwaran language*. Netherlands: LOT Press, 2004.
- BORELLA, Cristina de Cássia. *Manuscrito sobre a morfologia do nome no Sararé*. 2003. Localizado em: Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Letras, Núcleo de Estudos Indigenistas.
- BORGES, J. L. O idioma analítico de John Wilkins. In: BORGES, J. L. *Outras inquições*. São Paulo: Globo, 1999.
- BRAGA, A. G. M. *Fonologia Negarotê: análise fonológica da língua do grupo Negarotê (família Nambikwára)*. Tese de doutorado. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2017.
- BUSATTO, I. L. V. Os Nambikwára da Terra Indígena Tirecatina – Mato Grosso: agricultura, espécies e variedades tradicionais. Dissertação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.
- CAPRA, F.; LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- CAPRA, F. *O tao da física: uma análise dos paralelos entre física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CASTRO, S. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Unesp, 2005.
- COSTA, A. M. R. F. M. da. *O homem algodão uma etno-história Nambiquara*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- COSTA, P. M. (Núcleo de Estudos Indigenistas, da Universidade Federal de Pernambuco). Conversas sobre a fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Kithãulhú e Wakalitesú) com: Roberto Sotero (Núcleo de Estudos Indigenistas, da Universidade Federal de Pernambuco). 2019.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CRAIG, C. Classifier languages. In: ASHER, R.E.; SIMPSON, J.M.Y. *The encyclopedia of language and linguistics*. Vol. 2. Oxford: Pergamon Press, 1994, p. 565-569.

CUNHA, M. C. da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris publications, 1989.

DESCOLA, P. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

EBERHARD, David. *Mamaindê grammar: a northren nambikwaran language and its cultural context*. Netherlands: LOT Press, 2009.

_____. Os classificadores nominais da língua mamaindê. *SIL*, 2015.

EVANS, N.; SASSE, H-J. Introduction: problems of polysynthesis. In: EVANS, N.; SASSE, H-J. (eds.). *Problems of polysynthesis*. Berlin: Akademie Verlag, 2002, p. 1-13.

EVERETT, D. Cultural constraints on cognition and grammar in Pirahã. *Current Anthropology*. 46/4. 621-646, 2005.

FEITOSA OLIVEIRA, A. *Línguas conviventes: aspectos sociolinguísticos na aldeia Três Jacus – comunidade Wakalitesu/Nambikwara*. Dissertação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

FILL, A. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. In: COUTO, H. H. do. et. al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016, p. 77-95.

FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. *ALEA*, vol. 10, n. I, 2008, p. 29-53.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRAWLEY, W. *Linguistic semantics*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol. I. Amsterdam: Benjamins, 1984.

GÖTSCH, E. *Homem e natureza*. Recife: Centro Sabiá, 1997.

GRINEVALD, C. A morphosyntactic typology of classifiers. In: SENFT, G. *Systems of nominal classification*. Australia: Cambridge University Press, 2000, p. 50-92.

GRUYTER, W. *Morphology: an international handbook on inflection and word-formation*. New York: Offprint, 2004.

GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. Introduction: linguistic relativity re-examined. In: GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. (eds.). *Rethinking linguistic relativity*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 1-18.

- HAUGEN, E. *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HARNAD, S. To cognize is to categorize: cognition is categorization. In: COHEN, H.; LEVEBVRE, C. (eds.). *Handbook of categorization in cognitive science*. Amsterdam: Elsevier, 2005, 20-44.
- HARRIS, D. R. New light on plant domestication and the origins of agriculture: a review. *The Geographical Review*, 57, 90–107, 1967.
- HEINE, Bernd. *Possession. Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HENGVELD, K. Parts-of-speech systems as a basic typological determinant. In: RIJKHOFF, J.; LIER, E. (eds.). *Flexible word classes: typological studies of underspecified parts of speech*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 31-55.
- ISA. *Povos indígenas do Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- KINGSTON, P. Sufixos referenciais e o elemento nominal na língua Mamaindê. In: *Série Linguística*. Brasília: SIL, 1976, p. 31-81.
- KROEKER, M. *Gramática descritiva da língua nambikuara*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- KROEKER, B. *Aspectos da língua Nambikuara*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- LABOV, W. The boundaries of words and their meanings. In: Aarts, B., Denison, D., Keizer, E., Popova, G. (Eds.). *Fuzzy grammar: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 67-89.
- LAKOFF, G. Classifiers as a reflection of mind: a cognitive model approach to prototype theory. In: *Noun classes and categorization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B.V., 1986, p. 13-51.
- _____. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. La vie familiale et sociale des indiens nambikwara. *Journal de la Société des Américanistes*, 37. Paris : 1948.
- LOWE, Ivan. Nambiquara. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 269-291.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NASH, J. Norfolk Island, South Pacific: An empirical ecolinguistic case study. *AUMLA* -

Journal of the Australasian Universities Language and Literature Association, 116, 2011, p. 83-97.

NETTO, L. A. de S. *Fonologia do grupo Nambikwára do Campo (Nambikwára do Sul)*. Dissertação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

OPAN. *Plano de gestão da Terra Indígena Tirecatunga*. Cuiabá: Operação Amazônia Nativa, 2015.

PAYNE, Thomas E. *Describing morphosyntax. A guide for field linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PAYNE, D. Classifiers. In: *Language: Journal of the linguistic society of America*. Oregon: Waverly press. 1977.

PAZ, O. *O arco e a lira*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PRICE, D. *Nambiquara society*. Tese. Chicago: University of Chicago, 1972.

PRICE, D.; COOK, E. The Present Situation of the Nambikwara. *American Anthropologist*, Journal of the American Anthropological Association, 71, 1969, p. 688-93.

PRIGOGINE, I. *As leis do caos*. São Paulo: Unesp, 2002.

REESINK, E. Nomes e destinos: etnohistórias Sararé. *Revista de estudos em relações interétnicas*, v.7, n. 2, 2003.

RIJKHOFF, J. Nominal aspect. *Journal of semantics*, v. 8, n. 4, 1991, p. 291-309.

RIJKHOFF, J.; LIER, E. Flexible word classes in linguistic typology and grammatical theory. In: RIJKHOFF, J.; LIER, E. (eds.). *Flexible word classes: typological studies of underspecified parts of speech*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-30.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RONAN, C. A. *The cambridge illustrated history of the world's science*. New York: Cambridge University Press, 1983.

RONDON, C. M. da S. *História natural – ethnographia*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1947.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SENF, G. What do we really know about nominal classification systems? In: SENFT, G. (ed.). *Systems of nominal classification*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 11-49.

_____. Nominal classification. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 676-696.

STEFFENSEN, S. V.; FILL, A. Ecolinguistics: the state of the art and future horizons. *Language Sciences*, vol. 41, p. 6–25, 2014.

STIBBE, A. O tao da linguagem: semelhanças entre linguística, construtivismo social e misticismo. In: COUTO et. al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016, p. 415-436.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TELLES, Stella. *Fonologia e gramática Latundê/Lakondê*. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2002.

_____. Traços laringais em Latundê (Nambikwára do Norte). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, p. 291-306, maio-ago. 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WATTS, A. *Nature, man and woman*. New York: Vintage Books, 1991.

WITTGENSTEIN, L. Family resemblances. In: Aarts, B., Denison, D., Keizer, E., Popova, G. (Eds.). *Fuzzy grammar: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 41-44.